



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

LAÍS PEREIRA SANTOS

**OCUPAÇÕES URBANAS COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO AO PROCESSO
DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, EXPRESSO NA CONQUISTA DA VILA
UNIÃO**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2024

Laís Pereira Santos

Ocupações urbanas como forma de enfrentamento ao processo de segregação socioespacial, expresso na conquista da Vila União

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Antunes da Silva

Miracema do Tocantins, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S237o Santos, Lais Pereira.
Ocupações urbanas como forma de enfrentamento ao processo de segregação socioespacial, expresso na conquista da Vila União. / Lais Pereira Santos. – Miracema, TO, 2024.
93 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2024.
Orientador: Maria José Antunes da Silva
1. ocupação urbana. 2. segregação socioespacial. 3. luta por direitos. 4. resistência. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LAÍS PEREIRA SANTOS

OCUPAÇÕES URBANAS COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO AO PROCESSO DE
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, EXPRESSO NA CONQUISTA DA VILA UNIÃO

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Universitário de Miracema, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Foi avaliada para a obtenção do título de mestre em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: ___/___/___

Banca examinadora:

Prof^a. Dra. Maria José Antunes da Silva, Orientadora, UFT.

Prof. Dr. Perci Coelho de Souza – Membro Externo à universidade PPGPS/SER/IH/UnB

Prof^a. Dra. Rosemary Negreiros Araújo - Membro interno PPGSS/UFT

Prof^a Dra. Josenice Ferreira dos Santos Araújo – Membro interno (Suplente) PPGSS/UFT

AGRADECIMENTOS

A trajetória do mestrado demandou intensa dedicação ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, exigindo empenho contínuo na produção acadêmica e na superação dos desafios inerentes ao processo de pesquisa. Nesse percurso, a paciência, o apoio e a motivação oferecidos por amigos, familiares e pela instituição foram essenciais para a concretização deste trabalho.

Agradeço à Universidade Federal do Tocantins, pela oportunidade de realização do mestrado. À Prof^a. Dra. Maria José Antunes da Silva, orientadora, pela disposição e pelos aprendizados.

Às pessoas que gentilmente aceitaram compartilhar suas histórias e vivências, minha mais sincera gratidão. A disponibilidade em participar desta pesquisa, assim como a confiança depositada em mim, reflete o reconhecimento da importância da entrevista oral como instrumento de preservação de memórias e valorização de trajetórias de luta. A vocês, meu muito obrigada e minha profunda admiração pela força e pela resistência diante das diversas formas de violência e opressão enfrentadas ao longo de suas vidas.

De forma mais carinhosa, expresso minha gratidão à minha mãe, Dona Lusinete, que sempre me apoiou incondicionalmente, confiou nos meus passos e acreditou no meu potencial, sem jamais medir esforços para que eu pudesse seguir em frente. E ao meu companheiro de vida, Gustavo Batista, por sua paciência nos momentos de estresse, pelo incentivo nas horas de bloqueio e por nunca ter deixado de acreditar em mim ao longo dessa jornada, oferecendo apoio e compreensão em cada etapa desse processo.

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de ocupação urbana da Vila União, localizada no centro de Palmas, Tocantins, com o objetivo de compreender como as práticas de resistência da classe trabalhadora contribuíram para a consolidação de um território que desafia a lógica de segregação socioespacial predominante na cidade. A pesquisa parte do reconhecimento de que a formação de Palmas, concebida dentro de uma estrutura urbana excludente e voltada à valorização imobiliária, destinou áreas periféricas para a classe trabalhadora, promovendo a concentração de infraestrutura e serviços nos espaços centrais, geralmente acessíveis apenas às camadas sociais mais privilegiadas. Nesse contexto, a ocupação da Vila União emerge como um fenômeno singular, que confronta diretamente as estratégias de afastamento das populações de baixa renda para regiões distantes e subalternizadas. Portanto, a pesquisa se justifica pela necessidade de explorar como, a partir de práticas autônomas de organização e luta por direitos, os trabalhadores conseguiram estabelecer uma ocupação que subverte as dinâmicas tradicionais de exclusão e contribui para a construção de uma cidade mais justa e inclusiva, ao reivindicar o direito de morar em áreas centrais e bem localizadas. Metodologicamente, o estudo adota um enfoque qualitativo, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores locais e de uma análise bibliográfica que engloba autores que discutem a produção do espaço urbano e a luta por habitação. Com base nos relatos obtidos e na revisão de literatura, pretendeu-se traçar a trajetória da Vila União e entender as estratégias de resistência dos moradores. Os resultados indicam que, apesar das adversidades e das tentativas de remoção por parte do poder público, os moradores conseguiram superar os desafios iniciais e consolidar sua permanência na área, obtendo conquistas em termos de infraestrutura e de serviços públicos essenciais. Esses avanços são fruto de um longo processo de mobilização e luta, que evidencia o papel ativo dos moradores na construção de uma cidade menos excludente e segregada. Assim, a Vila União constitui-se como um exemplo de resistência e afirmação de direitos, revelando a força da organização comunitária na luta por um espaço urbano mais democrático.

Palavras-chave: Ocupação urbana. Segregação socioespacial. Luta por direitos. Resistência.

ABSTRACT

The present study analyzes the process of urban occupation of Vila União, located in the center of Palmas, Tocantins, aiming to understand how the resistance practices of the working class contributed to the consolidation of a territory that challenges the prevailing logic of socio-spatial segregation in the city. The research starts from the recognition that the formation of Palmas, conceived within an exclusionary urban structure oriented toward real estate valuation, allocated peripheral areas for the working class, concentrating infrastructure and services in central spaces that are typically accessible only to more privileged social groups. In this context, the occupation of Vila União emerges as a unique phenomenon, directly confronting the strategies of displacing low-income populations to distant and subaltern regions. Therefore, this research is justified by the need to explore how, through autonomous practices of organization and struggle for rights, the workers managed to establish an occupation that subverts the traditional dynamics of exclusion and contributes to the construction of a fairer and more inclusive city by claiming the right to live in central and well-located areas. Methodologically, the study adopts a qualitative approach, utilizing semi-structured interviews conducted with local residents and a bibliographical analysis encompassing authors who discuss the production of urban space and the struggle for housing. Based on the accounts collected and the literature review, the intention was to outline the trajectory of Vila União and understand the residents' strategies of resistance. The results indicate that, despite the adversities and attempts at removal by public authorities, the community managed to overcome the initial challenges and consolidate its permanence in the area, achieving gains in terms of infrastructure and essential public services. These advances are the result of a long process of mobilization and struggle, highlighting the active role of the residents in building a less exclusionary and segregated city. Thus, Vila União stands as an example of resistance and rights affirmation, demonstrating the strength of community organization in the fight for a more democratic urban space.

Keywords: Urban occupation. Socio-spatial segregation. Struggle for rights. Resistance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD/TO - Agência de Desenvolvimento do Tocantins

ATI - Associação Tocantinense de Imprensa

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH - Banco Nacional de Habitação

CENOG - Casa do Estudante do Norte Goiano

CEP - Conselho de Ética em Pesquisa

CODETINS - Companhia de Desenvolvimento do Tocantins

CONEP - Conselho Nacional de Saúde

CONORTE - Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano

CRECI/TO - Conselho Regional de Corretores de Imóveis

DIGEP - Diretoria de Gestão de Pessoas

ESPII - Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis

MEDH - Movimento Estadual dos Direitos Humanos

NUTA - Núcleo Tocantinense de Arqueologia

OEPA - Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária

OMS - Organização Mundial da Saúde

PPGSS/UFT - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins

SETAS - Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNITINS – Universidade Estadual do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CAPÍTULO I - O CAPITALISMO E O ADVENTO DA PROPRIEDADE PRIVADA E A CIDADE	15
2.1	Mediações da construção urbana brasileira sob a perspectiva capitalista	21
3	CAPÍTULO II - OCUPAÇÕES URBANAS COMO EXPRESSÕES DE LUTAS DE CLASSES.....	33
3.1	A criação do Tocantins.....	42
3.2	De terra batida para a capital do estado: Palmas	47
4	CAPÍTULO III - A OCUPAÇÃO DA VILA UNIÃO, NA CIDADE DE PALMAS: NA VOZ DAS MORADORAS LOCAIS	61
4.1	A Vila União e sua ocupação	61
4.2	A infraestrutura.....	65
4.3	O incêndio que resultou na regularização de quadras da Região Norte.....	67
4.4	Lutas urbanas	69
4.5	Vila União após a luta e resistência	82
5	CONCLUSÃO	84
	REFERÊNCIAS	90

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSS/UFT), fruto da consolidação dos estudos teóricos e empíricos realizados ao longo do curso, tendo como objetivo contribuir para o aprofundamento das discussões sobre as ocupações urbanas e a segregação socioespacial, com enfoque no contexto da cidade de Palmas, Tocantins.

A questão urbana, em sua dimensão histórica e mundial, caracteriza-se por uma evolução pautada em práticas conservadoras e marcadas por uma profunda desigualdade. Estudiosos apontam para uma estrutura global do espaço urbano, especialmente evidente em países periféricos como no Brasil, onde se observa a expansão territorial das cidades acompanhadas de segregação socioespacial e especulação imobiliária.

Santos (2023) destaca que, a partir do século XX, o Brasil vivenciou um processo acelerado de urbanização, marcado pelo crescimento de grandes centros urbanos, conhecidos como cidades milionárias, e de cidades intermediárias em proximidade a centros urbanos menores. Esse fenômeno resultou em uma distribuição espacial desigual de indivíduos e serviços, com uma concentração desproporcional em determinadas áreas em detrimento de outras. A disparidade na distribuição espacial, observada por Santos (2023), embora originada em um contexto histórico específico, ainda se manifesta de forma persistente nas cidades brasileiras contemporâneas. Mesmo dentro de uma mesma cidade, é comum encontrar regiões com infraestrutura e serviços de alta qualidade coexistindo com áreas que enfrentam graves carências socioeconômicas. Essa desigualdade intramunicipal é consequência de diversos fatores, como a ausência de planejamento urbano adequado, desigualdades históricas enraizadas, processos de segregação socioespacial e a falta de investimentos públicos em determinadas regiões.

Lojkine (1997) aprofunda essa discussão ao identificar três categorias principais de segregação social e espacial. A primeira categoria está relacionada à habitação, revelando as diferenças acentuadas entre as condições de moradia das classes trabalhadoras e aquelas das classes média e alta. A segunda categoria refere-se à distribuição desigual de equipamentos públicos, que são majoritariamente direcionados para atender às necessidades das classes mais privilegiadas. Por fim, a terceira categoria aborda as disparidades no sistema de transporte, evidenciando a precariedade do transporte público acessível aos trabalhadores em contraste com os meios de transporte particulares, amplamente utilizados pelas classes mais abastadas.

Assim, a cidade, que deveria ser o espaço de realização de necessidades sociais emergentes, acaba por se transformar, conforme afirma Santos (2023, p. 11), no "teatro de conflitos crescentes", mas também no "lugar geográfico e político da possibilidade de soluções".

As metrópoles e grandes cidades brasileiras, inseridas em um contexto de país periférico, seguiram fielmente o modelo de estrutura urbana caracterizado por desigualdades e segregação socioespacial. Esse padrão de urbanização persistiu, inclusive, nas cidades criadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988, marco legal que trouxe significativos avanços no campo dos direitos sociais e urbanos. A Constituição de 1988 buscou assegurar a todos os cidadãos "direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos" (BRASIL, 1988). Contudo, apesar dessas garantias constitucionais, muitas cidades brasileiras continuam a enfrentar desafios relacionados à concentração de riqueza, infraestrutura e serviços em áreas específicas, em detrimento de outras, perpetuando as desigualdades estruturais que têm marcado o desenvolvimento urbano no Brasil.

A capital do estado do Tocantins, Palmas, é fruto de uma política urbana que corresponde à lógica do sistema capitalista. Após a divisão do estado de Goiás e criação do Tocantins, houve a necessidade de designar uma cidade para ser capital do estado, e através de fundamentos políticos decidiu-se criar uma cidade para esse encargo. A mais nova capital surge a partir da idealização de uma cidade utópica, sendo pensada suas totais particularidades, como aspectos demográficos, renda e ocupação, habitação, e urbanização de forma gradual. Mesmo com todos os estudos e o projeto realizados para Palmas, a construção não saiu como projetado. A cidade é repleta de déficits como desconforto para os pedestres, não preservação de ambientes naturais, a falta de coleta de lixo e infraestrutura que resulta em alagamento na cidade, urbanização de forma desordenada, contribuindo para vazios urbanos e segregação socioespacial etc.

Reis (2018), em *Modernidades tardias no Cerrado*, discorre que no memorial descritivo do projeto da capital constam dez princípios como embasamento, ao analisar o sétimo princípio que discorre sobre a quantidade de pessoas que deveriam residir por hectare, a escritora afirma que 40% da população reside fora dos limites planejados da cidade. A população que reside fora dos limites planejados da capital são normalmente famílias que não conseguiram arcar com o valor de residências estabelecido pelo mercado imobiliário e diante da falta de política habitacional e compromisso da gestão governamental, tiveram que ocupar regiões irregulares mais afastadas do centro, ou foram "jogadas" nas extremidades da cidade.

No processo de construção da capital tocantinense foi desconsiderado que a relação entre as classes sociais se fazia essencial para efeito do plano, a crise organizacional também contribuiu para que o “planejamento” fosse alterado diversas vezes, resultando em inúmeros déficits habitacionais na cidade, forte especulação imobiliária e aumento do valor dos lotes nas proximidades do centro da cidade impossibilitando a população sem condição financeira de adquirir moradia nessas localidades, e as jogando para as regiões mais afastadas do centro e arredores da cidade. Como forma de resistência à essa segregação socioespacial, alguns trabalhadores, recém-chegados na cidade, ocuparam regiões centrais da cidade, porém enfrentaram repressão violenta, sendo removidos por meio da força policial. No entanto, outros indivíduos pertencentes a classe trabalhadora conseguiram estabelecer-se em regiões centrais, como no caso da Vila União, localizada a aproximadamente 5 km da Praça dos Girassóis. Tendo em vista a segregação socioespacial instaurada, principalmente pelo estado, a pesquisa visa responder a seguinte questão: como se deu a conquista da Vila União, considerando que tal região fica localizada no centro da cidade?

Desse modo, a pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo de ocupação urbana da Vila União, região localizada no centro da capital do Tocantins, tendo em vista o processo de segregação socioespacial existente na cidade. Para atingir o objetivo geral proposto, delineiam-se os seguintes objetivos específicos:

- Investigar as mediações que perpassam na construção da cidade conduzida pela questão urbana capitalista;
- Analisar as ocupações urbanas como expressões de lutas de classes;
- Debater os movimentos de ocupação urbana desenvolvida na construção das Vila União na cidade de Palmas- TO

A fim de responder à questão principal, e alcançar os objetos específicos, fez-se importante a análise conjunta do processo histórico e social, tendo em vista, principalmente que através dessa junção há a possibilidade de compreensão da problemática do conhecimento, direcionada sobretudo a interesses sociais, bem como sua natureza, função social e seu alcance.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi adotada a abordagem qualitativa, considerando que a pesquisa buscou desvendar e compreender como ocorreu um determinado fenômeno, priorizando a profundidade da análise em detrimento de dados estatísticos. Conforme Freitas e Jabbour (2011), a principal vantagem da abordagem qualitativa reside na sua capacidade de fornecer evidências detalhadas e abrangentes, trianguladas a partir de múltiplas fontes, como entrevistas, observações e análise de documentos, o que permite ao

pesquisador uma conexão mais próxima e sistêmica com o objeto de estudo, capturando nuances que são frequentemente inacessíveis por métodos quantitativos.

O estudo tem por natureza a pesquisa aplicada, também conhecida como pesquisa de campo, que envolve a coleta de dados diretamente dos indivíduos ou do território estudado. Gonsalves (2001) observa que a pesquisa de campo requer do pesquisador uma interação direta com o ambiente onde o fenômeno ocorre, o que demanda tempo, dedicação e atenção, dado o contato direto com o meio pesquisado.

Em termos de objetivos, o estudo se configura como uma pesquisa explicativa, uma vez que busca esclarecer os motivos e as causas dos acontecimentos, proporcionando um entendimento mais profundo da realidade. Prodanov e Freitas (2013) destacam que a pesquisa explicativa vai além da simples descrição, buscando identificar os fatores determinantes dos fenômenos estudados, o que a torna mais complexa e suscetível a erros.

O procedimento técnico adotado foi a abordagem da totalidade, pois visa o aprofundamento do conhecimento sobre uma determinada região. Essa metodologia permite ao pesquisador captar e analisar as múltiplas dimensões do fenômeno em estudo, incluindo fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, com o objetivo de construir uma teoria que explique o caso em análise e discuta seus desdobramentos futuros. Dessa forma, busca-se uma compreensão profunda e abrangente, fundamentada em evidências robustas e teoricamente embasadas.

Para o desenvolvimento, a pesquisa foi apoiada em três abordagens principais: a) Pesquisa documental, que, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 56), envolve a utilização de registros que possam servir como fonte de informação, como documentos oficiais, matérias jornalísticas, fotografias, cartas, registros individuais, processos judiciais, legislações, entre outros. b) Pesquisa bibliográfica, que consiste no levantamento e revisão de obras relevantes sobre a temática em estudo, incluindo livros, artigos, dissertações e fontes confiáveis online. c) Entrevista oral, uma técnica que busca, através da construção de fontes e documentos, registrar testemunhos, versões e interpretações de eventos por meio de narrativas induzidas e estimuladas (DELGADO, 2006). A entrevista oral permite a obtenção de informações detalhadas e perspectivas únicas que não estão disponíveis em outras fontes de pesquisa, oferecendo uma visão mais inclusiva e diversa sobre os acontecimentos estudados.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, o projeto precisou ser submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa- CEP, com o objetivo de garantir a proteção dos direitos e a dignidade dos participantes em pesquisas, de forma ética, além de o progresso da ciência e da tecnologia respeitando os hábitos e a cultura de cada indivíduo.

Após a aprovação do projeto pelo CEP, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE que visa resguardar os mesmos e o pesquisador, somente em seguida a pesquisa pôde ser realizada. Foi utilizado o modelo do TCLE disponibilizado pelo site do Ministério da Defesa.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, incluindo quatro entrevistas individuais e uma coletiva com três participantes. No total, foram entrevistadas sete pessoas. Seis participantes da pesquisa residentes na Vila União, tendo estes envolvimento direto no processo de ocupação e consolidação desse bairro. Além disso, foi conduzida também uma entrevista com uma participante que esteve envolvida em uma ocupação em um setor das Arnos, que embora esse território não seja oficialmente reconhecido como parte da Vila União pelos autores, é frequentemente considerado como tal por muitos moradores locais, atualmente, essa entrevistada reside no setor sul de Palmas, o que possibilita uma perspectiva diferenciada sobre os processos de ocupação e as dinâmicas socioespaciais da capital tocantinense.

As entrevistas, guiadas por um roteiro elaborado pela pesquisadora, proporcionaram esclarecimentos aprofundados sobre o processo histórico de formação da Vila União, permitindo uma compreensão mais detalhada dos eventos e das experiências vivenciadas pelos moradores.

Destaca-se a dificuldade encontrada na identificação e localização de moradores que participaram diretamente do processo de ocupação da Vila União. Muitos dos entrevistados relataram que a maioria dos pioneiros envolvidos nesse processo já faleceram ou mudaram-se para outras cidades, o que limitou o acesso a fontes primárias vivas e representou um desafio adicional na coleta de dados históricos e na reconstrução detalhada dos eventos que marcaram a formação do bairro. Apesar das dificuldades apresentadas, houve a localização das pessoas que participaram do processo de formação inicial da região.

Após a coleta, houve a transcrição dos dados obtidos, em seguida, a realização da leitura cautelosa do documento transcrito com o objetivo de identificar e selecionar as informações a serem utilizadas, e em seguida houve a realização da análise e interpretação destes.

A questão urbana é um tema abordado por diversos autores devido à complexidade e à amplitude do debate que suscita, e embora não seja um tema inédito, é importante destacar que a temática pode abarcar uma vasta gama de categorias e subtemas que ainda precisam ser explorados, investigados e discutidos de maneira aprofundada. Entre essas categorias, as ocupações urbanas se destacam como uma forma significativa de resistência às políticas urbanas que refletem a lógica do sistema capitalista. A pesquisa sobre essas ocupações se faz

fundamental, pois oferece contribuições relevantes tanto para o avanço científico no campo dos estudos urbanos quanto para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas. Ao investigar as ocupações urbanas, abre-se espaço para a reflexão crítica sobre as formas de resistência da população frente à exclusão socioespacial, promovendo, assim, um diálogo que pode influenciar positivamente as políticas públicas e a prática social.

O Serviço Social, como área de conhecimento e intervenção, tem como objetivo compreender e intervir nas múltiplas expressões da questão social para promover uma sociedade mais justa e igualitária. As questões urbanas afetam diretamente a qualidade de vida da população, como a falta de acesso à moradia adequada e serviços públicos, e o Serviço Social pode contribuir na discussão e proposição de estratégias para garantir o acesso da população urbana ao direito à cidade. A formação do Serviço Social permite uma abordagem mais ampla da realidade social, favorecendo a proposição de soluções criativas e efetivas para atender as demandas da população. A motivação científica para o desenvolvimento de tal trabalho surge tendo em vista que a pesquisa sobre questões urbanas no Serviço Social pode resultar na proposição de novas práticas e políticas sociais que promovam o direito à cidade e a inclusão social.

Magnoli e Araujo (1996) afirmam que, a partir de 1950, muitas cidades teriam sido planejadas com o objetivo de solucionar problemas urbanos emergentes, como a falta de infraestrutura e o crescimento desordenado, no entanto, esse “planejamento” muitas vezes não foi efetivamente implementado. Cabe destacar que, até 1950, o Brasil contava com poucas regulamentações específicas voltadas para o ordenamento urbano, sendo as intervenções mais pautadas por Códigos de Posturas Municipais e legislações dispersas, como o Decreto-Lei nº 58 de 1937, que regulava o parcelamento do solo. A falta de cumprimento das normativas e do planejamento urbanístico, que já era observada naquele período, permanece um problema até os dias atuais, mesmo em cidades criadas após a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade. Mesmo com todo um desenvolvimento legislativo a respeito de cidade e urbanização, a problemática urbana ainda é muito atual em todo território brasileiro, a cidade de Palmas surge como um grande exemplo do descumprimento de projetos e leis.

Para compreender de maneira aprofundada a problemática urbana no contexto do sistema capitalista, este trabalho foi estruturado em três capítulos, cada um com um enfoque específico e inter-relacionado. O primeiro capítulo aborda a formação das cidades sob a ótica do capitalismo, partindo do conceito de acumulação primitiva e examinando como a urbanização no Brasil se desenvolveu de maneira subordinada às dinâmicas capitalistas. No segundo capítulo, o estudo avança para discutir as ocupações urbanas como manifestações

concretas das lutas de classes, nesta seção discute-se também a criação do estado do Tocantins e o planejamento de Palmas, destacando as contradições e disputas socioespaciais que emergiram durante o processo de implementação da capital. Por fim, o terceiro capítulo concentra-se na pesquisa de campo, trazendo à tona a história da ocupação da Vila União a partir das narrativas dos próprios moradores, evidenciando as dificuldades, as estratégias de resistência e as conquistas de tal região ao longo do tempo.

CAPÍTULO I

2 O CAPITALISMO E O ADVENTO DA PROPRIEDADE PRIVADA E A CIDADE

Com o propósito de aprimorar a compreensão do objeto de análise relacionado à temática em consideração, tornou-se essencial abordar, de maneira concisa, a discussão acerca da configuração urbana sob o paradigma capitalista. Esse delineamento visa situar de forma mais aprofundada, o contexto que norteia o desenvolvimento das cidades capitalistas como base para a análise, compreensão e interpretação dos aspectos da capital tocantinense, cidade de Palmas.

Lefebvre (2016) afirma que a formação das cidades antecede a industrialização, tendo existido a cidade oriental, a cidade arcaica e posteriormente a cidade medieval. Quando surgiu a industrialização, com o capitalismo concorrencial, orientado pela burguesia, a cidade já tinha um significativo poder. Com base em Marx e Engels, Lefebvre (2001) destaca a importância histórica da cidade, afirmando ainda que embora esta tenha desempenhado um papel importante ao longo do tempo, a evolução histórica não se limitou ao espaço urbano. A cidade continuou a se transformar e a se adaptar às mudanças históricas, reinventando-se constantemente. Novos estágios e formas de organização social, política e econômica foram previstos para surgir além do contexto urbano.

A cidade é concebida como um centro de atividade social intensa, com a capacidade de reunir e associar pessoas de diferentes origens, formando uma comunidade onde ocorrem interações sociais, econômicas e culturais. Não obstante, é pertinente enfatizar que os modelos supracitados não se aplicam na concepção da capital tocantinense, campo de pesquisa deste trabalho, item que será discutido no capítulo seguinte.

A gênese histórica do desenvolvimento capitalista, a chamada acumulação primitiva ou acumulação originária, fase em que se iniciou um processo de acumulação de riqueza na Europa entre os séculos XVI e XVIII, é também marcada pela expropriação da terra anteriormente pertencente a produtores rurais e camponeses, tendo se desenvolvido de maneira singular em cada país e em cada época, processando-se de maneira clássica apenas na Inglaterra.

Durante a Idade Média, para ser considerado “poderoso” era necessário possuir muitas terras, os chamados feudos. Estes eram doados, dos reis aos nobres e cavaleiros, como recompensa nas participações em batalhas, era também possível adquirir os feudos através de casamento ou de guerra por território. O Feudo era composto pelo castelo, terras destinadas à produção, aldeias e bosques, e mansos servis, onde trabalhavam os servos. Lefebvre (2016)

afirma que as cidades começaram a acumular riquezas a partir do mais-produto¹ gerado pela agricultura, a partir dos feudos, além do artesanato.

Em o *Capital*, Marx (2013) discorre que durante o século XV na Europa, o sistema de produção feudal se caracterizou pelo modelo distintivo de distribuição de terras, que visava a alocação extensiva de parcelas de terra entre um amplo contingente de vassallos, consolidando, assim, uma estrutura sócio-econômica baseada nas relações de suserania e vassalagem. Entre o final do século XV e o início do século XVIII houve a dissolução dos séquitos feudais, resultando na expulsão dos produtores rurais e camponeses da região em que habitavam e que, sobretudo, tinham títulos jurídicos feudais.

Algumas aldeias e cidades foram abandonadas, e outras foram destruídas para pastagem de ovelhas. Com a intensificação do empobrecimento populacional na época, houve também declínio das cidades, das igrejas e dízimos, e como estratégia para solucionar esse declínio, o rei Henrique VII, juntamente com o Parlamento, estabeleceram medidas contra a destruição de “domínios comunais e o despovoador regime de pastagens” (MARX, 2013, p. 966). Henrique VIII instaurou uma lei onde determinava a reconstrução das propriedades rurais demolidas, porém essa legislação não teve êxito devido ao desenvolvimento do capitalismo.

O que o sistema capitalista exigia, ao contrário, era uma posição servil das massas populares, a transformação destas em trabalhadores mercenários e a de seus meios de trabalho em capital. Durante esse período de transição, a legislação procurou também conservar os 4 acres de terra contíguos ao cottage do assalariado agrícola e proibiu-lhe abrigar subinquilinos em seu cottage. (MARX, 2013, p. 968)

Durante o século XVI, houve novamente expropriação das classes mais baixas. Como consequência da Reforma protestante² e a diminuição do poder da igreja Católica muitos governantes e nobres roubaram terras tanto desta quanto dos camponeses e produtores rurais,

¹ De acordo com Marx, em *O Capital*, “Chamamos de mais-produto (surplus produce, produit net) a parte do produto (1/10 de £20 ou £2 de fio, no exemplo apresentado no item 2 deste capítulo) em que se representa o mais-valor. Assim como a taxa de mais-valor é determinada por sua relação não com a soma total, mas com o componente variável do capital, também a grandeza do mais-produto é determinada por sua relação não com o resto do produto total, mas com a parte do produto em que está incorporado o trabalho necessário. Como a produção de mais-valor é o objetivo determinante da produção capitalista, o que mede o grau de riqueza não é a grandeza absoluta do produto, mas a grandeza relativa do mais-produto” (MARX, 2013, p. 387-388)

² A Reforma Protestante foi um movimento religioso iniciado no século XVI na Europa, que resultou na ruptura da unidade cristã ocidental e no surgimento de diversas denominações protestantes. O movimento foi impulsionado por figuras como Martinho Lutero, que criticavam práticas da Igreja Católica, como a venda de indulgências, falta de moralidade e abuso do poder, e promoviam a reforma da doutrina e da estrutura eclesiástica. A Reforma teve profundos impactos políticos, sociais e econômicos, desafiando o autoridade da Igreja Católica e contribuindo para mudanças na distribuição de terras e poder.

antes detentores por lei. Ainda no mesmo século este fato se agravou sob a dinastia real dos Stuarts³.

Sob a restauração dos Stuarts, os proprietários fundiários instituíram legalmente uma usurpação, que em todo o continente também foi realizada sem formalidades legais. Eles aboliram o regime feudal da propriedade da terra, isto é, liberaram esta última de seus encargos estatais, “indenizaram” o Estado por meio de impostos sobre os camponeses e o restante da massa do povo, reivindicaram a moderna propriedade privada de bens, sobre os quais só possuíam títulos feudais, e, por fim, outorgaram essas leis de assentamento (laws of settlement), que, mutatis mutandis, tiveram sobre os lavradores ingleses os mesmos efeitos que o édito do tártaro Boris Godunov sobre os camponeses russos. (MARX, 2013, p. 970).

Com a Revolução Gloriosa⁴, houve um aumento no roubo de domínios estatais, que anteriormente acontecia de forma moderada, de acordo com Marx (2013), estes domínios foram presenteados, vendidos a valores baixíssimos ou até mesmo usurpados. Com o advento do sistema capitalista burguês, embora a terra não seja propriamente uma mercadoria no sentido estrito, ela passou a adquirir um preço devido à propriedade privada, intensificando sua exploração agrícola em larga escala, e tendo como consequência a expulsão de muitos camponeses de suas terras, criando uma ampla oferta de trabalhadores assalariados (proletários) que, desprovidos de meios de subsistência próprios, estavam forçados a vender sua força de trabalho. Processo semelhante a este de subversão do acesso à terra ocorreu também com a criação de Palmas, fenômeno que será discutido mais adiante.

Nesse contexto, fora criada uma lei para o cercamento da terra comunal, bem como decretos para expropriação do povo. Decca e Meneguello (1999) salientam que o processo de cercamento na Inglaterra teve início por volta do século XV, porém se intensificou entre 1760 e 1845. Sobre o cercamento da terra comunal, Freire e Santos (1999, p. 09) afirmam ainda que “inúmeras famílias perderam suas terras que os proporcionavam subsistência e passaram a possuir apenas a sua mão de obra para ser vendida a valores insignificantes em troca de horas exaustivas de trabalho.”

³ A dinastia Stuart governou a Inglaterra, Escócia e Irlanda entre 1603 e 1714, com breves interrupções durante a Guerra Civil Inglesa e o período da República (1649-1660). Os monarcas Stuarts, como Carlos I e Carlos II, enfrentaram conflitos constantes entre o absolutismo monárquico e as demandas parlamentares, resultando em eventos como a Revolução Inglesa e a deposição de Jaime II na Revolução Gloriosa (1688). Esse período foi marcado por disputas religiosas, políticas e econômicas, que incluíam a expropriação de terras e o fortalecimento da nobreza terratenente.

⁴ A Revolução Gloriosa, ocorrida em 1688 na Inglaterra, foi uma transição política que resultou na deposição do rei Jaime II e na ascensão de Guilherme III de Orange e sua esposa Maria II ao trono, sem derramamento de sangue significativo. A revolução foi motivada por tensões religiosas e políticas, principalmente devido aos temores de uma restauração do catolicismo e do absolutismo real, e marcou o fim do absolutismo monárquico na Inglaterra, consolidando o poder do Parlamento, estabelecendo a monarquia constitucional. Além das implicações políticas, a Revolução Gloriosa também teve consequências econômicas, promovendo mudanças no acesso à propriedade de terras e fortalecendo a burguesia e o sistema capitalista emergente.

Em termos gerais, a situação das classes inferiores do povo tem piorado em quase todos os sentidos; os pequenos proprietários fundiários e arrendatários foram rebaixados à condição de jornaleiros e trabalhadores mercenários, ao mesmo tempo que se tornou cada vez mais difícil ganhar a vida nessa condição. (MARX, 2013, p. 974).

Marx (2013) evidencia como a busca incessante por lucro e a expansão dos mercados levam à exploração crescente dos trabalhadores, resultando no agravamento das condições de vida das classes trabalhadoras empobrecidas. Entre 1765 e 1780 os salários que esses trabalhadores recebiam não eram suficientes para suas subsistências, tendo estes que recorrerem à assistência oficial aos pobres. Freire e Santos (2022, p. 08) salientam, sobre este mesmo momento transcrito por Marx, que a classe mais pobre, que fora expropriada de suas residências, não recebia nenhuma recompensa pela tomada de suas terras, sendo inclusive punidos caso “plantassem, colhessem, caçassem ou mesmo recolhessem lenhas nesses locais”.

Subsequente, entre os séculos XVIII e XIX a Inglaterra passava por mais uma forma de expropriação de terras fruto do desenvolvimento capitalista, conhecida como clareamento das propriedades rurais, responsável por impossibilitar o acesso à terra aos trabalhadores agrícolas, alterando seu direito titular da propriedade para propriedade privada dos capitalistas burgueses.

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre. (MARX, 2013, p. 979).

Marx (2017), em “Os despossuídos”⁵, discorre que na Inglaterra, no século XVIII, “o direito torna-se um instrumento privilegiado para impor “novas definições de propriedade” em benefício dos proprietários, “fazendo desaparecer os direitos de uso agrários não definidos, ou acelerando o movimento dos cercamentos”” (MARX, 2017, p.20). O sociólogo afirma que é estabelecido um novo código de definição de propriedade, e imposto um sistema jurídico desconsiderando os princípios consuetudinários⁶, e fundamentado pelo individualismo. A nova lei visava extinguir o “direito inviolável” dos pobres ao bem comum que a natureza proporciona. A tentativa de privação de terra, que teve início na Inglaterra no século XV, só foi de fato legalizada no século XVIII.

⁵ Obra publicada pela editora Boitempo em 2017, que contém artigos escritos por Marx e publicados em um jornal alemão no século XIX, chamado Gazeta Renana, no qual o mesmo era redator, o livro abrange também textos de Ricardo Prestes Pazello, e trata de um debate sobre a lei referente ao furto da madeira, levantando uma reflexão sobre o direito sobre o uso da terra.

⁶ Cultura, costumes de um povo ou época.

Devido a diversos conflitos decorrentes desse novo código, em 1795, os “notáveis” garantiam aos pobres e suas famílias o valor vital do pão, sendo este sistema alterado por uma lei conhecida como Lei de Speenhamland ou Lei dos Pobres. Esta, era responsável por diminuir os impactos da acumulação originária do capital, além de ser uma combinação de tradição e reflexos religiosos, sendo definido por E. P. Thompson⁷ como “economia moral” ou “economia submetida ao direito natural à existência”. Porém, em 1834, a lei foi revogada.

[...] muitos dos pobres mais necessitados foram abandonados à própria sorte quando o auxílio em domicílio foi eliminado, e entre os que sofreram mais amargamente encontravam-se os pobres meritórios, orgulhosos demais para se abrigar nos asilos (as workhouses), que haviam se tornado uma estada vergonhosa. Nunca, em toda a era moderna, perpetrrou-se um ato de reforma social tão impiedoso; pretendendo simplesmente fornecer um critério de penúria autêntica, com a experiência da workhouse, ele esmagou legiões de vida [...]. (MARX, 2017, p. 24).

O processo de transformação do feudalismo em capitalismo, que subjugará uma determinada classe social, se replicava também com características particulares na França. Com o avanço da revolução francesa e a Declaração dos Direitos do Homem de abril de 1793, e contrariando o artigo 12 em que constava que “A sociedade é obrigada a prover à subsistência de todos os seus membros, seja proporcionando-lhes trabalho, seja garantindo meios de existência aos que não têm condições de trabalhar”⁸, ocorria mais um processo de espoliação dos pobres e o direito à liberdade/existência.

Após a dissolução do sistema feudal, haviam expectativas de movimentos revolucionários e sociais de que as terras controladas pela nobreza e pela Igreja fossem confiscadas e redistribuídas, o que abriria oportunidades para que os camponeses se tornassem proprietários de terra. No entanto, a redistribuição foi desfavorável aos camponeses mais pobres, as terras frequentemente vendidas em leilões não se mostravam tangíveis a esses que não detinham meios financeiros para comprá-las. Marx (2013) discorre que expropriados de suas terras, os produtores rurais e camponeses também sofriam com a falta de oportunidades de trabalho, estes se tornaram mendigos, assaltantes e intitutados como “vagabundos”, sendo criada entre o final do século XV e durante o século XVI uma legislação “contra a vagabundagem”. Tal legislação obrigava, de certa forma, que esses “vagabundos” se inserissem no mercado de trabalho, caso contrário os mesmos eram açoitados, escravizados, ou até mesmo mandados de volta para sua terra natal.

Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de

⁷ Edward Palmer Thompson foi um historiador inglês marxista

⁸ Citação retirada da nota de rodapé nº16 do livro “Os despossuídos” de Karl Marx (2017).

leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado. (MARX, 2013, p. 983).

Uma vez inseridos no sistema capitalista, surgia uma classe de trabalhadores, envolvidos por exigências do presente modo de produção. A produção do solo rendia tanto quanto antes, se não mais, devido à revolução nas relações de propriedade, ao aperfeiçoamento nas técnicas de cultivo, à cooperação e à concentração dos meios de produção, além de que os trabalhadores assalariados eram forçados a trabalhar exaustivamente, e o próprio campo passou a ser explorado de maneira mais intensa. (MARX, 2013).

A definição de propriedade é transformada com a expansão das relações mercantis e a consolidação do capital na produção, resultando no afastamento entre o trabalhador e seus meios de produção. Analisando algumas leis da época, fica evidente que as autoridades públicas beneficiam o setor privado, ao invés de ir ao encontro do interesse geral, das necessidades da maioria/classe trabalhadora. Marx (2017) fundamenta a respeito da propriedade como um direito natural de apropriação, o mesmo discorre:

Se os princípios de liberdade, igualdade e segurança proclamados pelas constituições revolucionárias são direitos absolutos, a propriedade, em compensação, é “um direito fora da sociedade” que se opõe aos outros. E se é definida como um direito natural, é “um direito antissocial”: “Propriedade e sociedade são coisas que repugnam invencivelmente uma à outra. É tão impossível associar dois proprietários como unir dois ímãs por seus polos iguais”. Portanto, é preciso “que a sociedade pereça ou mate a propriedade” como “faculdade de exclusão e invasão”: “Em resumo, a propriedade, pós espoliar o trabalhador pela usura, assassina-o lentamente pelo cansaço; ora, sem a espoliação e o assassinato, ela perece em pouco tempo por falta de apoio: logo, é impossível”. (MARX, 2017, p. 37).

Fauré (1988, p.110, apud, MARX, 2017, p.26), afirma que “[...] quando falta tudo a um, ele tem o direito de tirar do outro o supérfluo que lhe sobra [...]. Para conservar a vida, o homem tem o direito de atentar contra a propriedade, a liberdade e a vida de seus semelhantes” (Marx, 2017, p. 26). É possível verificar que tal citação harmoniza com princípios básicos de justiça social, no entanto, o desenvolvimento do sistema capitalista acentua nas cidades a disparidade de classes, pondo em conflito a acumulação, propriedade e a sociedade. Mesmo sendo uma reivindicação burguesa, a declaração do direito do homem é legada ao esquecimento com a metamorfose das relações de trabalho.

Pode-se identificar uma relação profunda entre sobrevivência e moralidade em uma sociedade baseada na desigualdade, onde as condições de vida de grande parte da classe trabalhadora são mantidas em níveis de extrema precariedade, enquanto uma minoria concentra riqueza e recursos. Em um contexto onde o acesso aos bens essenciais é profundamente desigual, as leis e normas que protegem a propriedade e a liberdade dos mais privilegiados

tornam-se moralmente questionáveis para aqueles que são privados de suas necessidades básicas. Nesse sentido, Marx (2017) problematiza o sistema capitalista, o qual possibilita a exploração e a privação, argumentando que as leis que asseguram a propriedade e as liberdades individuais, quando favorecem a preservação de uma ordem desigual em detrimento da sobrevivência coletiva, podem ser legitimamente transgredidas em nome da preservação da vida.

Herrera (2007, p. 375) usando os escritos de Robespierre, discorre que o direito à existência “implica na limitação do direito de propriedade, já que a subsistência obriga a “assegurar a todos os membros da sociedade o usufruto da porção de frutos da terra que é necessária para sua subsistência”. Portanto, Marx (2017), bem como Herrera (2007), sinalizam para a contradição latente entre o direito à propriedade e o direito à existência/ocupar.

Essa dicotomia se manifesta no crescimento acelerado e, muitas vezes, desordenado das cidades sob o jugo do capital. Lefebvre(2001) destaca que o desenvolvimento industrial é responsável por dissolver as relações naturais, subordinando-as às demandas do capital. “No lugar das cidades nascidas naturalmente, ela cria as grandes cidades industriais modernas, que brotam como cogumelos” (MARX, s/d, P. 90, apud LEFEBVRE, 2001, p. 62).

Com o desenvolvimento da grande indústria, novos agentes e forças entram em cena, como as relações de produção capitalistas, as classes sociais industriais emergentes e as mudanças tecnológicas significativas. Resultando em uma reconfiguração do papel da cidade como principal ator no cenário histórico, que traz consigo novos protagonistas e desafios.

2.1 Mediações da construção urbana brasileira sob a perspectiva capitalista

A urbanização no Brasil, inextricavelmente entrelaçada com os princípios do capitalismo, apresenta uma série de dinâmicas complexas que moldam não apenas a paisagem física, mas também as relações sociais e econômicas em meio a um cenário de crescimento populacional. A compreensão dessa configuração urbana requer uma análise aprofundada das mediações que permeiam seu processo de formação, especialmente quando consideradas sob a ótica do sistema econômico vigente. Neste subtópico, exploraremos as diversas facetas destas mediações, destacando as nuances do capitalismo que influenciam esse processo multifacetado.

De acordo com Reis (2020) com a “invasão” do Brasil pelos portugueses, período denominado “Brasil Colônia”, não houve urbanização no país, o que se efetivou de fato foi a “economia predatória e extrativista”, que ocorria por meio das extensas unidades agrícolas, da monocultura e do trabalho escravo. Até o século XVII, "a rede urbana existente tinha o

propósito exclusivo de amparar as atividades da agricultura de exportação, a qual transferia para os mercados urbanos do exterior os efeitos dinâmicos da produção efetivada no país” (FUJITA, 2008, p. 21). Portanto, as "redes urbanas" eram compostas pelas cidades ou centros urbanos que serviam tão somente como pontos de apoio e conexão para as atividades rurais. Essas cidades desempenhavam um papel crucial na logística e no comércio, servindo como locais onde os produtos agrícolas eram reunidos, processados, armazenados e enviados para os mercados externos, ou seja, tinha como objetivo estabelecer contato com a administração portuguesa e o poder local dos senhores de engenho. A política de urbanização que predominava, concentrava-se em centralizar os recursos nas cidades consideradas mais importantes, como Salvador e São Luís, exercendo supervisão indireta sobre pequenas comunidades.

Fujita (2008) relata que a partir do século XVII:

[...] iniciou-se uma política de centralização comercial e administrativa que exigiu a transferência para o Brasil de grupos de agentes provenientes da Metrópole, os quais pudessem tomar o lugar dos grandes proprietários rurais nas funções de intermediação comercial e administrativa civil e militar. (FUJITA, 2008, p.22).

De acordo com Fujita (2008), houveram mudanças significativas no cenário econômico e social da colônia brasileira a partir de meados do século XVII. Até esse período, a economia colonial estava fortemente centrada na produção de açúcar, que era exportado para os mercados europeus. No entanto, a queda nos preços do açúcar, nesse período, impactou negativamente os proprietários rurais, principais produtores da mercadoria, afetou a rentabilidade das plantações e, por consequência, seus lucros, resultando em divergências entre estes e a Metrópole europeia (a Coroa portuguesa). Anteriormente, os interesses eram mais alinhados, uma vez que a produção de açúcar era uma fonte vital de riqueza para ambas as partes.

Como consequência dessa disjunção, a Coroa Portuguesa sentiu a necessidade de exercer um controle mais direto e próximo sobre a vida colonial. A intervenção direta da Coroa poderia ser uma resposta à necessidade de proteger seus próprios interesses econômicos e garantir um fluxo constante de receitas da colônia, o que poderia envolver a implementação de políticas mais rigorosas, controle fiscal mais efetivo e uma administração colonial mais centralizada.

O reforço no controle e administração da Coroa refletiu no retardo do desenvolvimento urbano brasileiro, todavia, as cidades passaram por metamorfoses significativas com a criação de centros administrativos para controle fiscal português, contudo, o Brasil permanecia predominantemente agrícola.

Santos (2023) afirma que durante muito tempo, chegando a ultrapassar séculos, todo o Brasil foi um território agrário, e que o processo de urbanização aconteceu primeiramente no Recôncavo baiano e na Zona da Mata do Nordeste. Além de que, após a invasão do Brasil, entre 1500 e 1720, o território foi organizado em três principais etapas:

[...] A primeira fase, entre 1530 e 1570 (...) cujo ponto de maior intensidade estaria compreendido entre os anos de 1530 a 1540". Entre a fundação do Rio de Janeiro em 1567 e a de Filipéia da Paraíba em 1585, há um intervalo em que apenas ocorre a instalação de Iguape. O segundo período fica "entre 1580 e 1640, anos de dominação espanhola, com dois pontos de maior intensidade: os anos entre 1610 e 1620, com a fundação de uma vila e três cidades e entre 1630 e 1640, com a fundação de nove vilas, (...) com a existência de uma urbanização sistemática na costa norte, em direção à Amazônia" (p. 79). Num terceiro momento, entre 1650 e 1720, foram fundadas trinta e cinco vilas, elevando-se duas delas à categoria de cidades: Olinda e São Paulo. Ao fim do período, a rede urbana estava constituída por respeitável conjunto de sessenta e três vilas e oito cidades". (SANTOS, 2023, p.20)

Ainda para esse autor, nessa época, a urbanização tinha como elementos a organização político-administrativa, as atividades econômicas rurais e as camadas sociais correspondentes. No século XVIII já havia um crescente desenvolvimento urbano, porém apenas no século XIX houve sua maturação, e somente a partir do século XX começou a se parecer com a atual. Ainda de acordo com Santos (2023) as relações entre as cidades e regiões não era sólida e consistente, “[...] Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior” (SANTOS, 2023, p. 22).

Fujita (2008) afirma que ocorreram mudanças significativas no século XVIII. Com a ascensão da cidade, ocorreu não apenas uma transformação física do espaço, mas também consideráveis mudanças socioculturais, incluindo o surgimento de novas classes sociais. Essas “novas classes” evidenciadas por Fujita (2008) manifestam-se através da mudança no desenvolvimento econômico, industrialização e à complexificação das atividades urbanas, como novas oportunidades de emprego e atividades econômicas, havendo mudanças nas formas sociais tradicionais, como o surgimento de uma classe média e novas categorias profissionais associadas ao setor terciário, que envolve serviços e atividades não diretamente ligadas à produção de bens, como prestação de serviços, interações sociais, e facilitação de processos diversos.

A cidade passou a ocupar o centro da organização do território, fato que promoveu significativas alterações sócio-culturais. Houve o surgimento de novas classes sociais, o que trouxe possibilidades de mobilidade social. O desenvolvimento do setor terciário, com o aparecimento de novas profissões urbanas, do trabalho livre e autônomo e do desenvolvimento das artes, alimentou o germe do sentimento nacionalista e das lutas pela independência, sobretudo através do contato social

propiciado pelas atividades comerciais e administrativas. O aparecimento do setor terciário propiciou novas relações da sociedade com o seu entorno, dinamizando um cotidiano em constante recomposição. (FUJITA, 2008, p.24)

Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, foram estabelecidos novos métodos de organização sócio-espacial que transformaram o processo de urbanização no Brasil, refletindo a centralização do poder, a segregação socioespacial e a implementação de novas infraestruturas urbanas, que visavam atender às demandas de modernização econômica e política. A expansão das cidades consolidou a separação entre áreas ocupadas pelas elites e aquelas destinadas às classes populares, além de favorecer grandes empreendimentos comerciais.

Posteriormente, com a chegada da corte portuguesa em 1808, essas transformações foram intensificadas. O período subsequente, conhecido como “Brasil Império” (1822-1889), marcou a continuidade desses processos de urbanização, com maior ênfase na centralização administrativa e no desenvolvimento de projetos urbanos voltados para o fortalecimento do Estado e a integração do Brasil ao cenário internacional.

Segundo Ribeiro e Cardoso (2015), a sociedade no período do Brasil Império aparentava ser desorganizada, mas, ao mesmo tempo, tinha uma estrutura orgânica, possuindo uma coesão interna que lhe permitia funcionar de maneira natural e integrada, apesar de não seguir um modelo rígido de organização, sendo capaz de desenvolver um sentimento de identidade nacional de forma direta, sem a necessidade de mediação por instituições ou forças externas, como potências coloniais ou intermediários políticos. Nesse contexto, o Estado adotou uma ideologia de cunho tecnocrático, caracterizada por uma forte intervenção na reestruturação fundiária, com ênfase nas pequenas propriedades rurais e na promoção de uma exploração sustentável dos recursos naturais. Em complemento, Fujita (2008, p. 26) argumenta que, durante esse período, as transformações socioeconômicas não incluíam o desenvolvimento urbano, uma vez que “a cidade era vista como o lugar do artificialismo e, muitas vezes, da corrupção.”

O pensamento social era marcado pela herança escravista, Fujita afirma que:

[...] seja pelo viés das concepções racistas ou pelo viés ruralista, as elites olhavam para a cidade como *locus* da desordem social e política e da improdutividade econômica e a população urbana como classe perigosa. A cidade não era, para esses reformadores, seu eixo de atuação [...]. (FUJITA, 2008, p. 270).

De modo elitista e desvinculado da vida urbana, a aristocracia latifundiária migra para São Paulo na intenção de comercializar o café. O restante da população residia em espaços desocupados, “sem a disponibilidade de espaços públicos, culturais e de lazer, nem transporte

público eficiente, saneamento básico, saúde pública ou vias de comunicação” (FUJITA, 2008, p.28). A autora afirma que no período da Primeira República a cidade se empenhava apenas em intervenções localizadas, e não contemplava o seu todo. A questão urbanística no Brasil começou a ser debatida apenas na década de 1920. Na época, as elites objetivavam construir cidades espelhadas nos modelos europeus, baseando-as na modernidade.

Leme (1999) destaca que as cidades começaram a receber intervenções do Estado, visando um “melhoramento”, a partir de duas ênfases, a primeira correspondia a infra-estrutura, como saneamento básico, e a segunda dizia respeito ao planejamento de regiões centrais das cidades.

De acordo com Fujita (2008) no decorrer do século XIX houve crescimento populacional, porém não ocorreram muitas mudanças em relação à urbanização. No entanto, no final do mesmo século e devido ao avanço na industrialização e trabalho assalariado, viu-se uma necessidade de instituir espaços livres e públicos, visando o lazer do trabalhador. A autora afirma que foi neste mesmo período que se acelerou o processo de urbanização brasileiro.

Reis (2018) pontua que o Brasil, até o início do século XX, tinha seu interior desconhecido e que a maior parte de seus habitantes se encontrava nos litorais, sendo o restante do país inexplorado. Em complemento, Fujita (2008) afirma que à medida que ocorrem avanços da urbanização no interior do país, há o desligamento com a exportação colonial, acarretando no desenvolvimento da economia local, e tendo como resultado tensões e conflitos de interesses. Esses conflitos se davam entre a elite exportadora que se concentrava no litoral, e detinha o poder político e econômico, baseando sua riqueza na exportação de produtos agrícolas como café e cana-de-açúcar, e a elite agrária surgida no interior, que buscava autonomia econômica e política, defendendo o desenvolvimento regional e a industrialização.

No final do século XIX e início do século XX, período conhecido como “República Velha”, consolidou-se o processo de industrialização e a primeira aceleração urbana no Brasil, o que resultou em um crescimento populacional expressivo ao longo do século XX. Anteriormente, a pobreza era vista como uma condição inevitável e, em certos aspectos, considerada útil pelas elites agrárias e industriais, tendo em vista que os pobres e os ex-escravos se tornaram uma fonte de mão de obra barata e abundante, desempenhando papéis fundamentais como trabalhadores operosos em atividades agrícolas e industriais de baixo custo. Contudo, com o desenvolvimento das cidades e a intensificação dos processos de modernização, a classe trabalhadora passou a ser vista por essas mesmas elites e setores políticos como um obstáculo ao progresso e à constituição de uma identidade nacional moderna. Isso ocorreu porque a presença de trabalhadores em condições precárias nas áreas urbanas contrastava com o ideal de

modernidade e ordem que se buscava estabelecer nas grandes cidades, gerando tensões em torno das questões sociais e urbanísticas (RIBEIRO; CARDOSO, 2015).

Fujita (2008, p. 31), pensando ser o caso de uma questão nacional, discorre que “O enfrentamento da pobreza deveria ser efetuado pelo Estado, por intermédio de uma política de valorização do trabalho, como forma de ascensão social e obrigação da cidadania.”. A autora discorre que durante o Estado Novo, o governo formulou uma nova concepção do papel estatal, assumindo uma postura mais ativa, e responsável por mediar e resolver os problemas sociais, especialmente no que diz respeito aos trabalhadores. A política adotada tinha como foco principal aumentar a capacidade produtiva dos trabalhadores, tanto os atuais quanto as gerações futuras, e foi dividida em dois campos principais: O primeiro campo que visava garantir a recuperação e manutenção da capacidade de trabalho dos trabalhadores, incluindo benefícios previdenciários e assistência social, projetados para garantir que os trabalhadores pudessem se recuperar de doenças ou problemas físicos e continuar contribuindo para o processo produtivo. O segundo campo se preocupava com as condições de vida dos trabalhadores fora do ambiente de trabalho, como moradia, alimentação e educação, evitando que essas condições precárias afetassem negativamente a saúde e a produtividade dos trabalhadores, ou seja, evitar os "extravios da capacidade de trabalho", pois se os trabalhadores vivessem em más condições, poderiam prejudicar sua capacidade de trabalhar e, conseqüentemente, afetar o desenvolvimento econômico do país. Essa política foi implementada por meio de ações na área de previdência social e da melhoria das condições de vida, tendo como base a medicina social, que enfatizava a importância da saúde pública e coletiva para o desenvolvimento econômico do país.

[...] estas intervenções pontuais de melhoramento não produzem efeitos significativos para a diminuição das desigualdades sócio-espaciais, se não forem acompanhadas por efetivas políticas públicas de cunho social. Ao contrário, acabam beneficiando somente partes privilegiadas da sociedade e da cidade. Os mecanismos de regulação, nesse contexto, visam primordialmente o ordenamento das relações de produção capitalista no território. (FUJITA, 2008, p.32)

A partir do final da década de 1930 ocorreu uma mudança na estrutura urbana das grandes cidades, especialmente no Estado de São Paulo, com ênfase na construção de edifícios e obras públicas. Também foram instauradas leis, com o objetivo de delimitar o uso de espaços e a ocupação do solo. Nessa mesma época a questão urbana, como área de conhecimento e prática profissional, começou a obter maior atenção. À medida que houve maior aprofundamento nos conhecimentos da área, o urbanismo e o plano diretor surgem como ferramentas centrais, superando a era dos 'melhoramentos'. (FUJITA, 2008).

Segundo Santos (2023), até 1930 o desenvolvimento da industrialização se deu principalmente através da incitação do poder político, favorecendo o mercado interno. Entre 1940 e 1950 ocorreu uma ampliação na economia e no território, estes intencionando ultrapassar o nível regional, abrangendo assim o nacional. Santos (2023) afirma que antes dos anos 1940-1950 as funções administrativas eram pautadas na dominação, e que diante do desenvolvimento e expansão da indústria de diversas áreas (energia, telefone, gasolina etc), em várias localidades do País, acentuou-se o dinamismo urbano em todo o território. Santos (2023) detalha ainda sobre o processo de industrialização/urbanização brasileiro que:

[...] o termo *industrialização* não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do País, por isso a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de Estados. (SANTOS, 2023, p. 30).

Silva (1989) discorre que mesmo que, antes de 1930, a rede urbana fosse pobre e polarizada, as cidades, por serem espaços de produção e circulação internacional de mercadoria, além de aparelhos estatais, eram de imensa importância. Amaral (2009) expõe ainda que, no Brasil, até o início do século XX, as cidades eram consideradas importantes devido nelas estarem os aparelhos estatais e o controle do comércio agroexportador, e que a questão da urbanização foi ganhando força a partir de uma nova maneira de acumulação econômica quando o antigo modelo perdia valor.

Verifica-se que a urbanização no país vem se dando desde o Brasil colônia, intensificando-se a partir do século XIX, sendo que o fenômeno da urbanização, na sociedade e na economia brasileira, não se deflagra apenas a partir da industrialização, embora, a partir dela, o urbano brasileiro se redimensione, visto que, de sede do capital comercial e dos aparelhos do Estado, passa ele mesmo a ser a sede da indústria enquanto novo aparelho produtivo. (SILVA, 1989, p. 22).

Deák e Schiffer (1999) afirmam que o processo de urbanização das grandes cidades do Brasil, como São Paulo, ocorreu após a década de 1930, mais intensamente após 1950. Silva (1989) afirma que houve aumento no número de migrantes nacionais, direcionados principalmente para São Paulo, devido a mudança na economia do país, a inserção de mercado de mão-de-obra e fixação de um salário-mínimo, marcado pelo aceleramento da indústria.

[...] a industrialização brasileira não se faz seguindo o modelo clássico europeu, mas apresenta as seguintes especificidades: o populismo foi a forma política assumida durante toda a primeira fase do capitalismo industrial brasileiro; não foi necessário se

estabelecer ruptura total com o sistema anterior, sendo que as classes proprietárias rurais continuaram parcialmente hegemônicas ao manter o controle das relações externas da economia; superdimensionamento do setor terciário; absorção da reserva do “trabalho morto”, sob forma de tecnologia, dos países industrializados, o que permitiu ultrapassar determinadas etapas (1972:38), com consequências diretas sobre a força de trabalho, pela utilização da estratégia do capital intensivo, reduzindo portanto a oferta de empregos. [...] (SILVA, 1989, p. 24-25)

Magnoli e Araujo (1996) discorrem que o aceleramento no processo de urbanização a partir da década de 1950 no Brasil, teria atingido níveis próximos aos da população urbana de países da Europa e América do Norte em meados de 1991. Esse aceleramento urbano ocorreu nas grandes cidades, e foi fruto de uma profunda industrialização no período pós-guerra, apoiado principalmente no deslocamento da população do meio rural para os meios urbanos com o objetivo de conseguir emprego.

A partir de 1950, de acordo com Ribeiro e Cardoso (1996) apud Fujita (2008, p. 36), com o projeto de modernização acelerado, surgiram também teorias sobre marginalidade, tais teorias salientaram que “a insuficiência de mão-de-obra, exigida pelos novos padrões urbano-industriais de desenvolvimento, aliava-se à incapacidade dos migrantes em adequar-se ao modo de vida urbana, formando assim um círculo vicioso que reproduzia a marginalidade”, ainda segundo os autores outras teorias apontavam uma tendência “anti-urbana” a partir do inchaço das cidades e migrações desordenadas, dentre outros conflitos. Leme (1999) reafirma que a década de 1950 no Brasil foi marcada por profundas alterações no âmbito de estudos e prática da urbanização. Engenheiros e arquitetos começaram a compor a equipe multiprofissional das prefeituras das cidades, e foram também criados departamentos de urbanismos. Os departamentos, dentre outras coisas, eram encarregados de formular planos e legislações urbanísticas, porém, de acordo com Ribeiro e Cardoso (2015), os mesmos não estavam sendo efetivados.

Essa falta de cumprimento de planejamento e de legislações urbanísticas não ocorreu apenas na década de 1950, e continua sendo um fator marcante até os dias presentes e nas cidades brasileiras atuais, voltaremos a esse debate com maior profundidade no próximo capítulo.

Entre 1960 e 1985 havia duas linhas de debate urbano opostas:

Uma que se iniciou nos planos de melhoramento que, em seguida, se ampliaram para o conjunto da área urbana, para a aglomeração e receberam a denominação, já na década de 70, de planos diretores de desenvolvimento integrado. A outra linhagem é aquela que tem origem no movimento modernista e se difunde com os Congressos do CIAM. (LEME, 1999, p. 21).

As duas linhas se contrapõem, são debatidas no ensino de formas diferentes, e apresentadas na maioria das escolas de arquitetura e urbanismo distinguindo o planejamento urbano do urbanismo modernista. O projeto de Palmas seguiu os princípios do urbanismo modernista, priorizando a setorização dos espaços, a criação de amplas avenidas e a integração de áreas verdes.

O planejamento urbano refere-se à organização e desenvolvimento de áreas urbanas e suas infraestruturas, tendo ganhado destaque no século XIX, resultado do crescimento das cidades industriais e questões relacionadas a esta, como o saneamento, habitação e transporte, na Europa e na América do Norte. Grandes metrópoles, como Paris, Nova York e Londres, foram pioneiras em iniciativas de planejamento urbano. Reis (2018) afirma que Haussmann, responsável pela transformação urbana em Paris, justificou as mudanças da cidade, nas “deficiências” para suportar a quantidade de indivíduos e famílias migrando para a região.

A experiência urbanística de Paris foi a mais notória, pelo fato de ter sido a primeira de um plano regulador em grande escala para uma cidade moderna, plano surgido a partir de uma nova ordem econômica, idealizado e traduzido para a realidade, com controle administrativo, financeiro, técnico e formal. (REIS, 2018, p.36).

A autora discorre ainda que apesar das mudanças na cidade de Paris terem gerado inúmeras críticas de artistas e intelectuais, o plano urbanístico serviu como modelo para a construção e transformação de diversas cidades, inclusive para cidades brasileiras. A partir do final do século XIX e início do século XX, o Brasil começou a se espelhar, urbanamente, na Europa, em busca de implementar modernidade no país. Uma das cidades em que ocorreu essa transformação, decorrente do crescimento populacional, foi Rio de Janeiro, que tinha como prefeito Francisco Pereira Passos, também engenheiro, este ficou conhecido como o Haussmann brasileiro, devido às mudanças da cidade se assimilarem profundamente com as de Paris. Reis (2018, p. 46) afirma que “os três pontos principais do projeto para o Rio de Janeiro foram a circulação, a higienização e a estética”. A circulação refere-se ao aprimoramento do fluxo de automóveis no trânsito, com o alargamento das vias. A higienização remete-se ao saneamento da cidade, com o objetivo de diminuir e prevenir epidemias. E a estética, diz respeito ao embelezamento da cidade, com a padronização de fachadas, arborização, além do afastamento da população pobre de áreas centrais, consideradas estratégicas para o crescimento urbano.

Já o urbanismo modernista está relacionado à visão de uma cidade idealizada, normalmente com foco nas estruturas monumentais e grande centralização, tendo seu auge no século XX. Reis (2018, p.37) destaca que: “[...] Para Nadia Somekh, o urbanismo modernizador

simplesmente se enquadra no projeto de acumulação de capital e nas leis da competição que prevê inovações constantes. O espaço urbano aqui entendido como máquina produz valor”. Como exemplo de uma cidade idealizada, seguindo o urbanismo modernista, Reis (2018) destaca Belo Horizonte, uma das primeiras cidades planejadas do Brasil, inaugurada em 1897, antes das transformações realizadas no Rio de Janeiro, onde a construção da nova capital de Minas Gerais não simbolizava somente o estabelecimento do poder político, mas também representava a ruptura da República com o antigo, personificado pela cidade de Ouro Preto. A autora afirma ainda que os engenheiros responsáveis pelo projeto de Belo Horizonte tinham também como uma de suas referências as obras de Haussmann e o urbanismo francês, e que o planejamento foi pautado na “salubridade, embelezamento, centralização geográfica e econômica, necessidade de uma rede de circulação” (REIS, 2018, p. 40). E destaca que, apesar de todo o planejamento da capital mineira, não foi pensado um local para a classe trabalhadora, pessoas com menor condição financeira, que representa uma parte significativa de indivíduos e famílias que migraram para a região.

Santos (2023) afirma que a pobreza crescente no país tem locus na cidade, principalmente diante do fato de que muitas pessoas que viviam no campo passaram a residir em áreas urbanas, além também do processo de desenvolvimento da industrialização com o emprego de poucos trabalhadores, sendo estes mal remunerados. “A cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções.” (SANTOS, 2023, p.11).

Entende-se que as mudanças que aconteceram até metade do século XX, estruturaram um novo estágio da questão urbana que se iniciou por volta dos anos 1960.

A situação da classe trabalhadora no Brasil se agrava mais a partir de 1964, quando três elementos se associam na garantia da reprodução ampliada do capital: superexploração da força de trabalho, numa busca de níveis cada vez mais elevados de mais valia absoluta e relativa que garantissem a superacumulação; crescente concentração de renda e da riqueza nacional; e forte repressão política da classe trabalhadora, o que se agrava com a instabilidade no emprego, substituída pelo estabelecimento do FGTS. (SILVA, 1989, p. 27).

Santos (2023, p.32) afirma que entre 1940 e 1960 “o aumento anual da população urbana era, em números absolutos, menor que o da população total do País”, ou seja, embora a população urbana estivesse crescendo, esse crescimento não era tão significativo em termos absolutos quanto o crescimento da população total, que inclui tanto áreas urbanas quanto rurais, entre 1960 e 1970 houve um aumento na quantidade populacional total, e de 1970 a 1980 “o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total”, isso significa

que, nesse período, o aumento absoluto da população urbana superou o aumento absoluto da população total do Brasil. Em outras palavras, a urbanização (aqui entendida como o crescimento da população nas áreas urbanas) tornou-se um fator mais proeminente no crescimento demográfico do país.

Silva (2019), baseada em Topalov (1984), discorre sobre o aumento na ocupação dos solos urbanos a partir de 1970. Esse crescimento populacional nas cidades resulta em uma série de déficits, “[...] se apresenta um grande processo de exploração da renda do solo urbano, o que traz como consequência o aumento do valor das habitações no mundo capitalista atual, dos serviços e equipamentos de uso coletivo” (SILVA, 2019, p. 60).

Usando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Maricato (2015) discorre que na década de 1960, 44,67% da população brasileira residia nas cidades, já em 1980 esses dados cresceram para 67,59%, um aumento de em média 50 milhões de pessoas nas cidades, resultando em intensos problemas urbanos.

O crescimento exorbitante na taxa de pessoas migrando para as cidades acarretou uma crise habitacional e expansão de regiões ilegais, sendo necessária a interferência do estado com o financiamento de moradias populares. Em 1964, houve a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), foi através dele que o estado começou a intervir. O banco intermediava um diálogo entre o poder público e a iniciativa privada, uma estratégia entre a política e a economia, objetivando “amenizar tensões sociais nas cidades e estabelecer uma base de apoio popular para o regime militar recém-implantado” (MAGNOLI; ARAUJO, 1996, p. 256).

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criado em 1966, gerou recursos para o Banco Nacional da Habitação (BNH). Após 1975, os investimentos realizados pelo Estado diminuíram, e, segundo Maricato (2015, p.73), houve também um aumento significativo nos preços das habitações e nas atividades de especulação imobiliária. Além disso, a flexibilidade na promoção e produção de moradias foi severamente dificultada. Em 1980, com a economia estagnada, o programa habitacional entrou em crise, e o BNH foi extinto, tendo suas funções assumidas pela Caixa Econômica Federal. Nesse contexto, houve uma diminuição nas intervenções do Estado e um redirecionamento das moradias, que passaram a atender predominantemente a classe média.

O direito à moradia não estava expressamente previsto na Constituição Federal de 1988 no momento de sua promulgação. Contudo, a Constituição de 1988 já estabelecia diretrizes importantes para o desenvolvimento urbano e garantia de direitos sociais, como a função social da propriedade, presente no artigo 5º, e a promoção de políticas urbanas para garantir o bem-estar da população, conforme o artigo 182.

Com a Emenda Constitucional nº 26, de 2000, o direito à moradia foi incluído expressamente como um direito social no artigo 6º da Constituição Federal, ao lado de direitos como saúde, educação, trabalho, entre outros. Assim, o direito à moradia passou a ser reconhecido de forma explícita como um direito fundamental garantido pelo Estado.

Em 2001, houve a regulamentação do Estatuto da Cidade, responsável por regulamentar a política urbana da constituição, porém vale ressaltar que mesmo a moradia estabelecida como direito fundamental, nem todos têm acesso a esta, então é válido perguntar: direito para quem?

No contexto da luta de classes, a cidade configura-se como um espaço de confronto contra a segregação socioespacial, onde o solo urbano assume o papel de uma das principais contradições do problema habitacional. O caráter privativo da terra, decorrente da lógica da propriedade capitalista, restringe o acesso da classe trabalhadora à moradia urbana, reforçando as desigualdades e limitando o direito à cidade. As ações que integram a luta de classes buscam, portanto, enfrentar essas barreiras estruturais, reivindicando um espaço urbano mais acessível e inclusivo.

CAPÍTULO II

3 OCUPAÇÕES URBANAS COMO EXPRESSÕES DE LUTAS DE CLASSES

As cidades contemporâneas são cenários de uma complexa teia social, onde as interações entre diferentes estratos socioeconômicos muitas vezes se manifestam de maneiras palpáveis e visíveis. Este capítulo se propõe a explorar o fenômeno das ocupações urbanas como uma expressão intrínseca das lutas de classes na contemporaneidade. Ao adentrar os espaços urbanos, é possível observar não apenas a dinâmica arquitetônica e a intensidade e vitalidade das atividades urbanas, mas também as tensões latentes entre aqueles que detêm o poder e os que clamam por justiça social.

Silva (2019) afirma que à medida que o sistema capitalista se desenvolve, as classes sociais se reconfiguram. “[...] as classes sociais fundamentais, no capitalismo, apesar de suas metamorfoses, decorrem da contradição entre capital e trabalho, verificada no processo em que os donos do capital extraem a mais-valia e, a partir disso, constituem suas riquezas” (SILVA, 2019, p. 63).

Baseada em Topalov (1984), Silva (2019) destaca que na divisão social, todos os espaços se diferem, e discorre ainda sobre três diferentes espaços: as camadas superiores, as camadas intermediárias e os operários. “As camadas superiores são constituídas pelos donos do capital, que podem pertencer a oligarquias financeiras ou serem grandes industriais, pertencentes da média burguesia, chefes de empresas, etc.” (SILVA, 2019, p. 65), as moradias das camadas superiores são construídas em alto padrão, e normalmente em regiões onde são ofertados equipamentos públicos de maior qualidade. Assim como os estratos sociais mais elevados residem em ambientes distintos, adaptados ao seu estilo de vida específico, os trabalhadores também ocupam seus próprios espaços residenciais, caracterizados por particularidades que frequentemente contrastam com os ambientes das classes privilegiadas, com difícil acesso a regiões equipadas, e geralmente localizados nos arredores da cidade. A autora destaca uma semelhança entre essas duas camadas, a baixa mobilidade desses trabalhadores, diferente da camada intermediária, que mudam de residência com maior frequência. A formação urbana é estabelecida de acordo, principalmente, com a divisão social de trabalho.

As profundas mudanças nos diversos modos de produção impactam diretamente a forma de organização do espaço das moradias. As planificações urbanas têm uma forte ligação com os processos econômicos correntes. Os promotores de habitações procurarão espaços de uso do solo que lhes possibilitem a maximização de seus lucros,

e isso não significa que constroem em terrenos muito caros, mas naqueles que lhes ofertarão maior renda de monopólio. O preço do solo se modifica não somente em relação ao centro, mas também em função da composição dos grupos sociais e econômicos que aí se aglomeram. (SILVA, 2019, p. 65-66)

De acordo com Lefebvre (2016) as estruturas sociais, econômicas e políticas que moldam a cidade estão intrinsecamente ligadas às dinâmicas de classe e à distribuição de propriedade na sociedade. Destaca ainda que a cidade está sendo transformada constantemente, resultando nas mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas.

Ramos (2003) discorre sobre uma ordem hierárquica de ocupação do território com base em características socioeconômicas, onde diferentes grupos sociais são distribuídos de forma desigual em áreas geográficas específicas dentro de um município, acentuando desigualdades socioeconômicas e estruturais na sociedade. Essa hierarquização na distribuição dessas classes sociais aprofunda ainda mais a segregação, criando uma ordem onde certos grupos têm acesso privilegiado a recursos, serviços e oportunidades, enquanto outros estão relegados a áreas marginalizadas e empobrecidas.

Silva (2019) discorre sobre três submercados de moradia. **A privilegiada**, onde o valor das propriedades nessas áreas são determinadas pelo valor atribuído à sua localização única e exclusiva, esta tem sua capacidade de reprodução limitada principalmente devido à escassez de espaço disponível nessas áreas privilegiadas. Além disso, destaca-se que o ambiente social dessas residências é simbólico, o que significa que são valorizadas não apenas pelo seu aspecto físico, mas também pelo status e prestígio associados à sua localização. **A normal**, que se caracteriza pela produção em massa destinada às camadas populares e geralmente localizada em áreas urbanas menos prestigiadas, o que sugere uma distinção entre os mercados de habitação de alto e baixo valor, onde fatores como localização, prestígio e escassez de oferta desempenham papéis significativos na determinação dos preços. E **a infranormal**, diz respeito a moradias que são construídas em áreas onde o mercado imobiliário não tem interesse em investir na construção de novas residências, devido os preços de venda ou aluguel dessas moradias não serem suficientes para cobrir os custos de construção, essas áreas são geralmente caracterizadas pela desvalorização econômica, o que significa que as pessoas que vivem lá não têm acesso a habitações convencionais.

Para a classe trabalhadora em situação de superexploração, a habitação se constitui num problema social, que ao não conseguir arcar com o valor de uma residência, têm que se submeter a outras estratégias. “As saídas têm sido variadas e criativas: favelas, cortiços, casas de cômodos, palafitas, vilas proletárias, vilas populares, parques proletários, conjuntos habitacionais, moradias autoconstruídas em subúrbios etc.” (SILVA, 1989, p. 34).

Silva (1989) ressalta que nas cidades 70% da população está inserida nessa realidade, passando por dificuldades não apenas habitacionais, mas também de acesso a serviços básicos. Vale destacar que essas moradias utilizadas como “estratégias”, estão localizadas normalmente longe do centro da cidade, resultando em fragmentação/segregação socioeconômica.

Em concordância com as ideias de Silva (1989), Lefebvre (2016) observa que a ampliação territorial das cidades é responsável pelo surgimento dos subúrbios, sugerindo que a cidade está se expandindo para áreas periféricas, em torno do núcleo urbano central. Esse movimento é comum em muitas cidades que experimentam crescimento populacional e expansão urbana acelerada e desordenada.

A partir das levantamentos de Silva (1989) e Lefebvre (2016) é possível observar a dinâmica de exclusão e segregação espacial, constatado com o crescimento das cidades que tende a empurrar as populações mais pobres para áreas distantes e com infraestrutura precária, resultando em uma realidade de desigualdade socioespacial, na qual o acesso a serviços básicos e oportunidades está condicionado à localização das moradias no espaço urbano, esse fenômeno também é verificado em Palmas e será evidenciado em breve.

Santos (2023) afirma que todas as cidades do território nacional apresentam problemas parecidos, como desemprego, saúde, educação, transporte, lazer, moradia etc, e quanto maior a cidade, mais aparente são tais problemáticas. Esse fator teve grande proporção com a urbanização corporativa, que é uma dinâmica na qual a urbanização é liderada por grandes empresas, que buscam seus próprios interesses econômicos. Isso pode levar a um desequilíbrio entre os investimentos na expansão econômica e o apoio aos serviços sociais essenciais.

As cidades, e sobretudo as grandes, ocupam, de modo geral, vastas superfícies, entremeadas de vazios. Nessas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infraestruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia. Cada qual dessas realidades, sustenta e alimenta as demais e o crescimento urbano, é, também, o crescimento sistêmico dessas características. As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes. O modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e do espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e acentua-se o problema do acesso à terra e à habitação. Mas o déficit de residências também leva à especulação e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano.

Santos (2023) descreve como as grandes cidades brasileiras, especialmente as influenciadas por interesses corporativos, se expandem por vastas áreas e como várias

características do espaço urbano, como tamanho da cidade, transporte, infraestrutura, especulação imobiliária e pobreza, estão interligadas e se influenciam mutuamente, criando um modelo específico de centro e periferia, onde diferentes partes da cidade têm dinâmicas distintas. Nesse contexto, é importante destacar que Palmas, mesmo não sendo uma cidade grande, apresenta todas as características destacadas por Santos (2023), pois está estruturada de acordo com a lógica de uma cidade voltada para o capital. A especulação imobiliária nas cidades brasileiras leva à criação artificial de escassez, resultando em preços elevados e dificultando o acesso à terra e à habitação para uma parte significativa da população. A especulação urbana envolve manter propriedades ou terrenos sem uso, esperando que seu valor aumente no futuro para lucrar com a venda, sendo uma expressão do sistema capitalista, que prioriza o lucro em detrimento das necessidades sociais.

[...] os terrenos na cidade têm sua renda regulada por sua localização, já que dependem de sua capacidade de construtibilidade. Somada a esses elementos, estão os tipos de usos que o poder público imprime por meio de mecanismos regulatórios postos em instrumentos como o Plano Diretor, o que promove a valorização imobiliária. Em algumas situações, na ausência de infraestrutura urbana, o proprietário não realiza ações importantes, e a ele cabe apenas esperar o progresso do desenvolvimento chegar, sem falar na grande potencialidade que o proprietário tem de explorar a miséria alheia, com a cobrança de aluguéis ou vendas, com parcelas de vultuosos acréscimos anuais, produzindo uma grande lucratividade desses terrenos. (SILVA, 2019, p. 57).

A regulação do uso do solo, implementada por meio do Plano Diretor, promove a valorização imobiliária nas regiões abrangidas. Esse instrumento de planejamento urbano é fundamental para o desenvolvimento de infraestrutura urbana, a definição de zonas específicas para diferentes tipos de uso do solo, como residencial, comercial, industrial e áreas verdes, e a adoção de medidas para a melhoria da qualidade de vida dos residentes, incluindo a criação de parques, escolas e centros de saúde. A combinação desses fatores resulta na valorização dos terrenos e imóveis localizados em áreas reguladas por um Plano Diretor bem estruturado, beneficiando proprietários, investidores e desenvolvedores imobiliários, como no caso de Palmas.

Silva (2019) reflete sobre o fenômeno do superlucro em cima da renda urbana, e afirma ainda que normalmente esse excedente é usado na compra de mais áreas urbanas, criando um monopólio.

O crescimento das rendas incide no aumento do preço do solo, e não o contrário, ou seja, não é o solo que aumenta seu preço, mas a renda que aumenta o preço da terra urbana. Esses elementos são importantes para compreender o movimento dos preços dos terrenos, e é notório que, em tempos de crescimento econômico, o valor dos imóveis sobe de preço e, em tempos de crise, ocorre o processo inverso. (SILVA, 2019, p. 58)

A terra é um recurso finito e não reprodutível, isso significa que não é possível simplesmente criar mais onde não existe ou replicar terras idênticas em outros lugares. Cada parcela desta é única em sua localização, características físicas e potenciais usos. Para os capitalistas, essa característica da terra pode ser vista como um obstáculo, pois o solo não pode ser reproduzido da mesma forma que outros recursos ou mercadorias. Para contornar essa limitação, os capitalistas recorrem à especulação imobiliária.

De acordo com Silva (2019, p. 58) “o capitalista produz um movimento de especulação quando antecipa usos futuros dos terrenos”, o que envolve antecipar e apostar na utilização futura da terra, comprando-a agora com a esperança de vendê-la por um preço mais alto no futuro, quando seu valor aumentar devido a mudanças no ambiente circundante.

Um exemplo disso é quando um capitalista compra um terreno em uma área que está passando por desenvolvimento ou planeja construir um empreendimento específico, como uma indústria ou um shopping center, mesmo antes de qualquer construção real ocorrer, a notícia do projeto é divulgada, criando expectativas sobre o futuro uso e valorização da terra naquela região. A mera especulação sobre os usos futuros da terra pode levar a um aumento nos valores daquela área. Os proprietários das proximidades do local do projeto podem começar a demandar preços mais altos por suas propriedades, esperando capitalizar com o potencial aumento de valor resultante do desenvolvimento iminente. (SILVA, 2019)

Silva (2019) reflete sobre a moradia no modo de produção capitalista. A autora discorre que, além de fornecer um ambiente onde as pessoas podem descansar, se alimentar, socializar e realizar outras atividades necessárias para manter suas vidas cotidianas, desempenhando o valor de uso do local, atendendo às necessidades básicas e proporcionando conforto e segurança para seus ocupantes, a habitação possui um valor de troca e está sujeita às leis de oferta e demanda do mercado.

Os imóveis são comprados, vendidos e alugados como qualquer outra mercadoria, e seus preços são determinados pelas condições do mercado imobiliário. A autora destaca ainda a complexidade das relações entre mercado imobiliário, renda de aluguel e gestão do solo urbano, discorrendo que no mercado de aluguel, os preços podem ser determinados não apenas pelos custos de produção das propriedades, mas também por outros fatores, como demanda, localização e disponibilidade de moradias, o que pode resultar em uma situação em que os proprietários podem cobrar aluguéis que excedam os custos de produção, gerando uma renda de monopólio. Essa dinâmica pode ser alterada por meio da intervenção social na gestão do solo público. Isso implica que, em vez de deixar o mercado determinar o uso da terra e o

desenvolvimento urbano, a comunidade e seus representantes podem influenciar ativamente as decisões sobre como o solo é utilizado e quem se beneficia dele.

A moradia desempenha um papel importante no processo de produção de valor no capitalismo, por um lado, ela pode ser um ativo produtivo, como no caso de imóveis comerciais ou industriais que são usados para gerar lucro por meio de atividades econômicas, por outro lado, a moradia também pode ser um ativo financeiro, sujeito a especulação e investimento, onde seu valor é determinado não apenas pelo seu uso, mas também pelo seu potencial de retorno financeiro. E, isso impacta diretamente na possibilidade de acesso à moradia por parte da classe trabalhadora empobrecida.

Silva (2019) baseada em Harvey (2016), ressalta uma crítica fundamental ao sistema capitalista no que diz respeito à habitação, argumentando que as dinâmicas de mercado e a busca pelo lucro muitas vezes resultam na produção de moradias como mercadorias especulativas, em detrimento das necessidades habitacionais das comunidades.

Se as casas ao meu redor estiverem em mau estado ou as pessoas “erradas” se mudarem para lá, é provável que o valor da minha casa diminua, mesmo que eu a mantenha em perfeito estado de conservação. Inversamente, “melhorias” na vizinhança (como a gentrificação, por exemplo) farão o valor da minha casa aumentar, ainda que eu mesmo não tenha investido nada. (HARVEY, 2016, p. 310)

A questão da vulnerabilidade habitacional emerge como uma problemática de extrema gravidade no contexto brasileiro. Conforme enfatizado por Boulos (2014), o Brasil figura entre os países com um dos mais significativos déficits habitacionais globalmente, caracterizado tanto pela ausência de moradias quanto pela precariedade das condições habitacionais. A habitação, no contexto nacional, configura-se como uma mercadoria de elevado custo, inacessível para a maioria dos trabalhadores, sendo historicamente delineada por características elitistas. Em decorrência desse cenário, observa-se a ocupação de áreas irregulares por parte da população desprovida de recursos financeiros.

As ocupações urbanas podem ser vistas como expressões concretas das lutas de classes dentro do contexto das cidades. Elas frequentemente surgem como resposta às desigualdades socioeconômicas, e o entendimento da terra como propriedade privada e não mais como bem natural inato do direito intrínseco à existência humana, esta se apresenta como clamor em desalento pela falta de moradia acessível e exclusão social que são características próprias das sociedades capitalistas.

As ocupações urbanas, como já mencionado, surgem no contexto do desenvolvimento capitalista e da comercialização da terra, marcada pela sua transformação em propriedade privada. Esse fenômeno, que se manifesta como uma forma de "refúgio" para aqueles que são

expulsos das regiões onde anteriormente residiam, reflete um processo que historicamente se repete. Assim como no período feudal, em que houve a expropriação dos séquitos feudais, a exclusão territorial no capitalismo atual também resulta na perda do acesso à terra, reforçando as dinâmicas de segregação socioespacial.

As ocupações urbanas envolvem a utilização de áreas que foram deixadas sem uso, muitas vezes deterioradas ou negligenciadas, sendo "recuperados" e transformados pela comunidade ou grupos específicos para atender novas necessidades. Caminha (2018) discorre sobre algumas dessas necessidades como: habitação para pessoas que não têm acesso a residências adequadas; criação de espaços para o desenvolvimento de atividades econômicas ou empreendedoras; áreas para práticas recreativas, artísticas e culturais; além de servir para organização e mobilização em torno de causas sociais e políticas.

De acordo com Boulos (2014), a base da problemática do acesso à terra no Brasil está estritamente vinculada com a invasão do país pelos portugueses, que dividiram e privatizaram o solo, com o objetivo de atender os interesses econômicos da Coroa, marcando o início de um processo de concentração fundiária que se perpetua até os dias atuais. Grandes extensões de terra foram apropriadas por uma minoria privilegiada, enquanto a maioria da população, incluindo os indígenas, africanos escravizados e posteriormente os trabalhadores rurais, foi sistematicamente excluída do acesso a esses recursos. Mesmo não sendo mais uma metrópole portuguesa, a maneira como as cidades foram constituídas, continuaram seguindo a mesma lógica, "As terras foram repassadas e vendidas entre as famílias poderosas, que ainda utilizam uma malandragem para roubar terras que eram públicas: a grilagem" (BOULOS, 2014, p. 43).

A grilagem consistia na apropriação de terras de maneira ilegal através da falsificação de documentos para "legalizar" a posse destas, onde os grileiros colocavam os documentos falsificados em uma caixa com grilos, a presença dos insetos faziam com que os documentos parecessem antigos e legítimos, dando uma aparência de autenticidade às falsas certidões. Com isso, acentuou-se a concentração de terras nas mãos de poucos, intensificando o latifúndio e excluindo pequenos agricultores e comunidades tradicionais do acesso à esta, principalmente por se apropriarem de forma ilegal de tais localidades, expulsando os legítimos proprietários.

"O monopólio das terras ou imóveis pode ser exercido tanto pelo particular como pelo Estado. Em ambos os casos, o fato de se concentrar na mão de uma ou de poucas pessoas, frações significativas da malha urbana, garante a estas as vantagens e o lucro suplementar proveniente das características excepcionais de seus imóveis. Características estas que podem ser adquiridas por meio de artifícios, como o estoque de terras à espera de valorização e implantação de equipamentos urbanos e/ou comunitários." (GOUVÉA, 1995, p. 24)

Diversos proprietários, impulsionados pela expectativa de lucro futuro com a valorização dos imóveis, optam por mantê-los ociosos, sem destiná-los a um uso socialmente útil, e se tem suas terras ocupadas, tentam criminalizar a população que nela se encontra.

Boulos (2014) discorre que, de acordo com os artigos 5 e 170 da Constituição Federal de 1988, a terra precisa cumprir alguma função social, seja ela residencial, comercial ou que tenha qualquer outra utilidade, ou seja “[...] ocupar uma terra que não tenha função social é fazer cumprir a lei” (BOULOS, 2014, p. 46). Embora a legislação brasileira estabeleça a função social da propriedade urbana como um princípio fundamental, observa-se, na prática, uma desvinculação entre a propriedade e o cumprimento dessa função. Boulos (2014) aponta para um problema complexo e multifacetado, que exige uma abordagem integrada e multissetorial para ser resolvido. As soluções passam por uma regulação mais efetiva do mercado imobiliário, políticas públicas habitacionais mais robustas e inclusivas, e um comprometimento real com a redução das desigualdades sociais.

- 1) A maioria dos trabalhadores não consegue comprar uma casa no mercado, pelos valores elevados impostos pela especulação imobiliária.
- 2) Os programas habitacionais não atendem a maioria, especialmente entre os mais pobres, apesar de toda a propaganda.
- 3) Os aluguéis aumentam a cada dia, bem acima dos índices de inflação, também por conta da especulação. Muitos trabalhadores têm que tomar a dramática decisão no final do mês: pagar o aluguel ou botar comida na mesa. (BOULOS, 2014, p. 47).

Para o autor, quando há uma ocupação urbana, os governantes costumam se perguntar onde estavam essas pessoas antes de se apropriarem de tal território, e discorre ainda sobre a infinidade de respostas: “[...] em barracos pendurados nas áreas de risco; num cômodo de 2 por 2 na casa de um parente; despejados após meses sem conseguir pagar o aluguel; sem esperança após esperar 20 ou 30 anos na fila de algum programa habitacional, e por aí vai.” (BOULOS, 2014, p. 52).

A formação de ocupações urbanas surge como resultado de “um processo de urbanização/industrialização baseado em baixos salários e [...] de uma tradição de especulação fundiária alimentada por investimentos públicos regressivos e concentrados, além de uma legislação, cuja forma de aplicação exclui e segrega” (MARICATO, 2011, p. 155-156, apud, CAMINHA, 2018, p. 04).

A remuneração inadequada dos trabalhadores impede que muitos possam acessar moradias formais e de qualidade, levando à busca por alternativas informais, principalmente diante da especulação com terras, onde os terrenos urbanos são tratados como ativos financeiros.

Os movimentos de ocupação defendem que o uso social e prático das propriedades deve prevalecer sobre sua função como fonte de lucro ou como mercadoria no mercado imobiliário. Esses movimentos não se limitam à crítica de propriedades abandonadas, mas ampliam seu questionamento à prática da especulação imobiliária, característica do sistema capitalista. A especulação imobiliária, ao manter imóveis desocupados ou subutilizados à espera de valorização, eleva artificialmente os preços dos imóveis, agravando as desigualdades urbanas, com o difícil acesso à moradia para as populações mais vulneráveis, que enfrentam barreiras cada vez maiores para se estabelecer em áreas urbanas valorizadas.

[...] a reapropriação de imóveis e espaços por meio das ocupações políticas vem acompanhada da transformação dos modos de vida, em uma busca por uma forma de viver diferente da institucionalizada, e à maior importância ao valor de uso em relação ao valor de troca. Constituem-se tanto como oposição direta à desigualdade social resultante da existência da propriedade privada, quanto como oposição indireta em distintos níveis sociais, por meio da autogestão, da solidariedade, da crítica à repressão etc. [...] (CAMINHA, 2018, p. 05).

As ocupações não se limitam a uma mudança física no uso do espaço, elas implicam uma mudança na maneira como os ocupantes vivem e se relacionam entre si e com a comunidade em geral, abrangendo hábitos diários, formas de organização social, econômica e cultural. Ao realizar uma ocupação, os ocupantes buscam enfatizar a importância do valor de uso, priorizando a utilidade direta dos imóveis, ao invés de seu valor no mercado imobiliário.

Silva (2019, p. 58) cita ocupações de moradia como um modo de propriedade fundiária não capitalista, considerando que estas não visam o lucro e o valor de troca, “salvo em regiões em que a localização do solo proporciona um valor aumentado”. As ocupações de moradia mencionadas pela autora são caracterizadas pelo foco no valor de uso, ou seja, a utilidade direta que o imóvel proporciona aos ocupantes como um lugar para viver, em vez do valor econômico que ele pode ter no mercado.

Considerando todos os conflitos que são gerados por ocupações urbanas, estas podem ser consideradas uma forma explícita de resistência e contestação à desigualdade social causada pela propriedade privada, onde poucos têm acesso à propriedade enquanto muitos são excluídos. Estas que estiveram presentes desde o início do desenvolvimento capitalista, também é possível observá-las em Palmas, mesmo com todo o projeto urbano realizado para a capital tocantinense.

3.1 A criação do Tocantins

É imprescindível compreender a criação do estado do Tocantins como um passo fundamental para desvendar os processos históricos e sociais que culminaram na fundação de sua capital. Antes de examinar as particularidades de Palmas, é essencial delinear o percurso histórico que moldou a identidade tocaninense.

Silva (2019) sustenta que a constituição do Estado foi o resultado de um longo processo histórico, marcado por uma luta secular que envolveu diversos atores sociais e políticos. Esse processo de formação estatal foi permeado por conflitos e negociações que moldaram as estruturas de poder e a organização social ao longo do tempo, refletindo as dinâmicas históricas de transformação e consolidação das instituições governamentais.

Após algumas tentativas de divisão do estado de Goiás, nasce o Tocantins. O primeiro movimento divisionista na região do norte goiano ocorreu no século XIX. Nessa época a economia dessa região tinha pouco desempenho. “A economia da região passava por um processo de transição da sociedade mineradora para a sociedade pastoril. Iniciava-se assim o seu declínio econômico” (OLIVEIRA, 2002, p. 14). Os mineradores reivindicavam a separação da administração da Província de Goiás, diante de algumas exigências desta, como arrecadação da quinta parte do ouro em pó, e de 10% do dízimo, a divisão foi alcançada em 18 de março de 1809, tendo sido nomeado, pelo D. João VI, o desembargador Joaquim Teotônio Segurado como responsável pela comarca do norte, e pela comarca do sul, o capitão-general Sampaio.

A separação administrativa do Estado não foi o bastante para que a região norte do Estado tivesse um progresso. Diante da então conjuntura e contrariando o capitão-general, Joaquim Teotônio Segurado iniciou um movimento para a independência da região norte, juntamente com um soldado e alguns padres, tendo sido instalado o governo provisório em 1821. Esse movimento separatista em análise foi primordialmente impulsionado por interesses econômicos.

Os líderes desse movimento almejavam a consecução de autonomia regional, visando à gestão independente da economia local e à satisfação das demandas do mercado internacional. A separação proposta era concebida como uma estratégia para abordar de maneira mais eficiente as exigências econômicas específicas da região.

No entanto, a proposta de autonomia econômica do território tocaninense enfrentava a oposição do governo central brasileiro, que, naquele contexto histórico, buscava preservar sua hegemonia sobre o território nacional. Ademais, o posicionamento de Teotônio, como general da coroa portuguesa, o alinhava diretamente contra os ideais da independência do Brasil, sua

atuação contrariava os objetivos do movimento independentista, que visava à emancipação em relação a Portugal e à manutenção da unidade e integridade territorial como pilares da constituição de uma nação soberana.

Cavalcante (2002, p. 76) discorre ainda que Segurado, ao conduzir a causa de independência regional, esperava tão-somente neutralizar, retardar a investida da independência nacional, posto que insistia em manter-se fiel a Lisboa”, ou seja, é possível observar que Teotônio Segurado tinha como objetivo não necessariamente alcançar a independência completa da região, mas sim impedir ou atrasar os esforços em direção à independência nacional do Brasil em relação a Portugal, podendo ter considerado que a independência da região poderia ser uma maneira de manter a lealdade à coroa portuguesa e evitar uma ruptura completa com o poder colonial, mesmo enquanto líderes de outras regiões do Brasil buscavam a independência.

[...] Entretanto, a dissensão entre os membros do grupo pela mudança da capital, do governo de Cavalcante para Natividade, bem como a posição de não-independencista de Theotonio Segurado, além do regresso deste para a corte de Lisboa em 1823, resultaram no arrefecimento da luta divisionista da região. (OLIVEIRA, 2002, p. 16).

Cavalcante (2002) também discorre sobre a negligência do setor administrativo à região norte, podendo ser observado, na época, na saúde, no financeiro/econômico, em medicamentos, recursos humanos, na justiça e nas escolas, a autora exhibe parte de uma matéria jornalística do “*Jornal Folha do Norte*. Primeira fase, de 1891 a 1894. Porto Nacional, jul. 1891” onde expressa o abandono da região:

quando o norte reclama o conserto de suas estradas, quando o norte implora a criação de salas de aula para colocar seus filhos, esse mesmo governo, que pode gastar inutilmente contos e mais contos de réis, tem, para o norte, esta resposta invariável - “não há dinheiro (CAVALCANTE, 2002, p. 83)

Oliveira, (2002, p. 17) discorre que o movimento de divisão do Goiás de 1821 a 1823, mesmo não resultando na separação do estado na época, promoveu “consciência da desigualdade regional na população local”. A externalização dessa ciência da realidade local voltou a ser manifestada na década de 1980, com denúncias de atraso e abandono da região norte do Goiás.

O processo de retomada do movimento divisionista, que buscava a criação do estado do Tocantins, teve início na década de 1950. Conforme observado por Reis (2018), em 1956 o juiz da Comarca de Porto Nacional, Feliciano Machado Braga, desempenhou um papel fundamental ao liderar uma intensa mobilização em favor da separação do norte de Goiás. Por meio de campanhas e ações públicas, Braga consolidou sua posição como um dos principais defensores

da criação do novo estado. Em 1958, essa luta ganhou ainda mais força com a fundação da Associação Tocantinense de Imprensa (ATI), instituição que se alinhou ao movimento e passou a atuar ativamente na promoção da causa divisionista.

Também houve a criação, em 1960, da Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG), em Goiânia, com o objetivo de apoiar os estudantes do norte que estavam estudando no sul do estado, havendo um movimento estudantil instituído por tal. Este, reivindicava a resolução das necessidades dos estudantes do norte do Goiás, “A ênfase era dada aos problemas socioeconômicos enfrentados pela população do norte, considerada abandonada pelo governo do Goiás” (REIS, 2018, p. 64). Reis (2018) pontua ainda que, após decisão judicial, a CENOG foi extinta.

Em 1981, com o objetivo de criação de um novo estado, separado do estado de Goiás, diante da insatisfação das populações locais com a distância geográfica entre o norte goiano e a capital do estado, Goiânia, bem como com a falta de desenvolvimento e investimentos na região, alguns estudiosos, apoiados por fazendeiros, criaram a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (Conorte).

O segundo movimento de divisão de estado aconteceu de maneira diferente do primeiro, de acordo com Oliveira (2002), a região já tinha condições econômicas e sociais de se autogerir. A autora destaca ainda alguns pontos positivos para a instituição do novo estado.

[...] a) a evolução da densidade demográfica daquela região (de acordo com os dados do IBGE, em 1985 a área de 286.706 Km² apresentava uma população de 2 aproximadamente um milhão e cem mil habitantes e um quadro de quatrocentos mil eleitores distribuídos por 60 municípios na região); b) a conseqüente posse do coeficiente necessário para o preenchimento das vagas na Assembléia Legislativa Estadual e no Congresso Nacional (o que significava uma defesa direta dos interesses político e socioeconômico regional e nacional); c) o fato de, do ponto de vista econômico, a região tocantina dispor, nesse período, de 5,5 milhões de hectares de terras agricultáveis, dos quais 400 mil irrigáveis; d) o potencial para a geração de 25 mil megawatts, para a construção de usinas hidrelétricas; e) estradas pavimentadas; f) duas rodovias federais (Belém-Brasília e Transamazônica); g) solo rico em recursos minerais inexplorados e um crescimento expressivo no setor da agropecuária, que lhe assegurava a colocação de 10° produtor de grãos (soja, arroz, milho) e bovino do país. Todos esses elementos reforçaram os argumentos em defesa da criação do Estado do Tocantins. (OLIVEIRA, 2002, p. 16-17).

A Conorte, se propôs a estudar e debater sobre tal região, além de realizar ações políticas, tendo começado com uma análise detalhada dos aspectos econômicos e políticos, em que revelou a divisão dentro do país, refletida na decepção da população local, diante a falta de atenção e investimento por parte do governo central e das áreas mais desenvolvidas do Brasil, especialmente o Centro-Sul, em relação às necessidades e ao potencial econômico da região do norte goiano.

A Comissão ressalta a diferença entre o norte e o sul goiano, evidenciando a identidade cultural e o turismo da região norte, com o enaltecimento de lagoas e das praias dos rios Araguaia e Tocantins. Oliveira (2002) expõe fala retirada da entrevista ao jornal “O popular”, de Darci Coelho, que foi um integrante do Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins, onde o membro destaca a distinção entre as regiões:

Não há nenhuma identificação cultural com o Sul. Nossos costumes, alimentação, formação étnica, festas religiosas, folclores são completamente diferentes. A base da nossa formação cultural foi trazida pelos dominicanos, logo que chegaram em Porto Nacional, e pelos italianos que se instalaram no início do século passado no município de Tocantinópolis. Por isso, não somos goianos nem nortenses: somos tocantinenses. (OLIVEIRA, 2002, p. 29)

Em 1972, o deputado federal, Siqueira Campos apresentou o projeto de criação do Tocantins, tendo sido duas vezes aprovado pelo Congresso Nacional, e desfavorável pelo então presidente republicano José Sarney. A Conorte desenvolveu um diagnóstico, em 1985, na qual tinha como objetivo “[...] buscar uma política econômica integrada ao desenvolvimento da região e demonstrar a capacidade de autogestão desta” (OLIVEIRA, 2002, p. 31). A Comissão afirmava que a industrialização das matérias-primas do norte do Goiás, que acontecia no sul do estado, era responsável pelo atraso da área, e evidenciava que a única maneira de crescimento industrial e desenvolvimento regional era através da autonomia do estado Tocantinense.

A Conorte desenvolveu uma política econômica centrada no fortalecimento político e econômico dos "empresários agricultores" locais, os quais percebiam na criação do estado uma possibilidade de solucionar os conflitos agrários regionais e de promover estabilidade na área. O movimento buscava uma solução interna à região com o objetivo de reconciliar os interesses divergentes entre os diferentes grupos sociais e políticos, ao mesmo tempo em que procurava promover o desenvolvimento econômico e político de forma sustentável. Dessa forma, além de conferir autonomia ao Estado do Tocantins, a iniciativa proporcionava uma oportunidade para fomentar a cooperação entre os diferentes grupos locais e estabelecer condições propícias ao crescimento econômico e à estabilidade social na região.

A criação da rodovia Belém-Brasília, também foi um forte ponto para a urbanização e o desenvolvimento do norte do estado. Além de impulsionar o crescimento econômico da região, a rodovia foi responsável pelo surgimento e desenvolvimento de diversas cidades que se formaram ao longo de seu trajeto, destacando-se como um importante vetor de ocupação e infraestrutura.

Aquino (2002) discorre sobre a intenção de Juscelino Kubitschek de efetivar um governo desenvolvimentista, tendo como prioridade a construção de Brasília e de vias que

ligasse a capital com as demais regiões, surgindo, assim, a Belém-Brasília. Para a construção da rodovia federal, o então presidente, JK, mobilizou “[...] consulados, embaixadas, agentes financeiros, enfim todo um forte aparato estatal.” (AQUINO, 2002, p. 325). O autor destaca que JK deu uma significativa prioridade às rodovias (estradas para carros, caminhões e ônibus) em relação às ferrovias (trens) e hidrovias (canais e rios navegáveis), e ao optar por esse política, JK abriu as portas do Brasil para comércios internacionais de automóveis e caminhões, resultando na dependência do Brasil à respeito das empresas estrangeiras para o fornecimento de veículos e tecnologias associadas.

Aquino (2002) destaca a modernização do país, mas também discorre sobre a contradição na decisão do presidente, pois, apesar do discurso nacionalista (que geralmente defende a independência econômica e o fortalecimento da indústria nacional), a política de JK aumentou a dependência do Brasil de empresas estrangeiras.

A construção da rodovia Belém-Brasília resultou na criação e no desenvolvimento de diversas cidades, mas também impactou negativamente aspectos sociais e ambientais da região norte do Goiás, atual Tocantins, sobre isso Aquino (2002) discorre:

Um exemplo disso foi a impossibilidade de a população pobre conservar suas terras (posses), na medida que elas prometiam valorização. Isto é um dos preços que se paga pelo progresso. Um outro preço é pago pelo meio ambiente. Nesse sentido, o engenheiro Jefferson Bueno, testemunha da abertura da estrada, afirmou que, lamentavelmente, na época em que foi construída a rodovia nem se falava ainda em medidas que atenuassem os impactos ambientais. "Naquela época não se via assim com a clareza que se vê hoje, não só o perigo da internacionalização da Amazônia, como também não se via o perigo do meio ambiente ser profundamente atingido". (AQUINO, 2002, p. 330).

Aquino (2002) discorre sobre a construção da Belém-Brasília como uma “válvula de escape” para as pessoas que moravam no setor rural, considerando que, após a implantação da via, muitos indivíduos e famílias que desejavam sair de onde moravam, puderam migrar, com mais facilidade para os municípios próximos à estrada, que eram mais desenvolvidas que as mais afastadas, e até mesmo para grandes cidades como Brasília e Goiânia. A construção da rodovia começou no final da década de 1950, com inauguração em 1960 e conclusão na metade dos anos 1970. “Através dos censos de 1950 e de 1980, percebe-se que a população quase quadruplicou nas três décadas, passando de 204.041 habitantes (1950) para 738.688 (1980).” (AQUINO, 2002, p. 335).

A partir do século XX, a região norte de Goiás passou por um expressivo crescimento populacional, resultado da migração de pessoas oriundas dos estados do Maranhão, Bahia e Minas Gerais. Esse movimento migratório foi estimulado pelas promessas de desenvolvimento econômico na localidade, atraindo indivíduos em busca de melhores oportunidades de trabalho

e condições de vida. De acordo com Arbués (2002), essa dinâmica populacional teve um papel fundamental na transformação socioeconômica da região.

A região tocantina, em 1988, encontrava-se em conjuntura econômica, política e social bastante diferente daquela apresentada no início do século XIX. A pesquisadora Rosy de Oliveira explica que alguns argumentos fortaleceram o processo de luta pela autonomia política do atual Estado do Tocantins. (REIS, 2018, p. 65-66)

Reis (2018) ressalta que, no século XX, a imprensa, em parceria com líderes políticos locais, exerceu forte pressão sobre o Congresso Nacional, resultando na criação do estado do Tocantins em 1988. Após a recusa inicial do então presidente José Sarney em aprovar a criação do novo estado, a Assembleia Nacional Constituinte foi acionada para deliberar sobre a questão. Após intenso debate e votação, a criação do Tocantins foi finalmente aprovada em 5 de outubro de 1988, por meio do artigo 13 das Disposições Transitórias da nova Constituição Federal. O deputado federal Siqueira Campos desempenhou um papel crucial nesse processo, sendo um dos principais articuladores da causa divisionista, o que posteriormente contribuiu para sua eleição como o primeiro governador do recém-criado estado.

Após a criação do estado, deu-se início o processo de escolha da capital provisória, para em seguida ser escolhida a capital definitiva, tendo como candidatas as cidades mais desenvolvidas do novo estado (Araguaína, Gurupi e Porto Nacional). No entanto, o então governador, Siqueira Campos, ignorou as cidades concorrentes ao cargo, e anunciou a construção de uma nova cidade, localizada no centro do estado, destinada a ser a capital.

O governador comunicou ainda a cidade que seria a capital provisória, também localizada na região central, antiga Miracema do Norte (atual Miracema do Tocantins). Reis (2018) discorre que Miracema esteve como capital provisória entre o período de 1 de Janeiro a 1 de dezembro de 1989, onde ocorreram vários concursos para “professores, policiais, juízes, dentre outras; atraindo, dessa forma, uma intensa corrente migratória de todas as partes do país” (REIS, 2018, p. 69), a autora afirma ainda que a cidade passou de uma população de 15 mil pessoas, para 45 mil, em um ano, e que a cidade não tinha condições física para acolher essa quantidade de pessoas. Logo, em 1 de janeiro de 1990, iniciou o processo de transferência da capital provisória (Miracema), para a definitiva (Palmas).

3.2 De terra batida para a capital do estado: Palmas

Antes de adentrar nas especificidades da área em estudo, Vila União, é necessário compreender a trajetória de Palmas como um todo, seus objetivos fundacionais e as contradições inerentes ao seu crescimento, elementos que ajudam a desvendar as práticas de

organização espacial e as estratégias de ocupação implementadas em seu território. O presente tópico objetiva contextualizar a criação da cidade, idealizada para promover desenvolvimento e modernização regional, bem como as consequências sociais de suas estratégias de planejamento urbano.

Palmas adotou o paradigma conhecido como “cidades ex nihilo”, termo que alude à formação da cidade a partir do vazio, sem prévia ocupação urbana. Segundo Reis (2018), além de Palmas, outras capitais de Estados brasileiro seguiram esse modelo de criação de cidades, como o caso de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília, de acordo com a autora:

[...] os gestores justificam as suas escolhas baseados nas possíveis rivalidades que surgiram entre as eventuais cidades concorrentes e, portanto, a solução radical seria a criação *ex nihilo*, pois oferecia muito mais vantagens. Os argumentos mudancistas sustentavam-se em alguns tópicos, como a escolha da melhor situação, ausência de construções capazes de prejudicar a elaboração de um plano racional, regular e monumental que pudesse impressionar, destacar o caráter espetacular do empreendimento, que imporia respeito e contribuiria para o prestígio do estado inteiro, bem como dos responsáveis pela iniciativa, todos esses argumentos mostrados como decisivos. (REIS, 2018, p. 58).

A autora discorre ainda que o então governador do Estado do Tocantins, Siqueira Campos, também justificou a criação de uma nova cidade com a necessidade de desbravar o centro do Brasil, levando em consideração o escasso desenvolvimento da região.

Silva (2019, p.93) argumenta que essa forma de criação da cidade influencia significativamente “seu papel no processo de produção de capital”, e que devido à criação projetada da cidade, o espaço geográfico de Palmas desempenha uma função específica na geração de capital e na economia local. Além de que a lógica instituída na cidade pode resultar na produção de renda a partir do território, indicando que as decisões e políticas estabelecidas podem influenciar a valorização e uso da terra, afetando assim a economia local.

Reis (2018) afirma que Siqueira Campos aspirava a construção de uma cidade moderna, concebida como o “novo El Dorado”, que serviria como capital do estado do Tocantins, sendo um marco para a região. Com esse intuito, o governador contratou o GrupoQuatro Arquitetura Sociedade Simples Ltda., encarregado de desenvolver o projeto urbano. A escolha da elaboração de um projeto urbanístico foi estratégica, permitindo ao governo estadual exercer um controle direto sobre o desenvolvimento regional. O projeto da cidade foi elaborado pelos arquitetos Luiz Fernando Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, que fundamentaram seu trabalho em conceitos contemporâneos de urbanismo e arquitetura do século XX. Os profissionais buscaram integrar princípios de planejamento urbano sustentável, inovação arquitetônica e funcionalidade, com o objetivo de criar um espaço urbano que atendesse às

necessidades presentes e futuras da população, promovendo assim um desenvolvimento harmonioso e progressista.

A construção da futura capital iniciou-se em 20 de maio de 1989, no centro do estado, tendo ao seu redor a Serra do Carmo e Lajeado, e o rio Tocantins, o que possibilitou uma linda paisagem para muitos moradores da capital.

Conforme detalhado no memorial descritivo do projeto, o Plano Urbanístico de Palmas foi alicerçado em dez princípios fundamentais que guiaram sua concepção e desenvolvimento. Esses princípios, cuidadosamente formulados, refletem uma abordagem totalizando e visionária do planejamento urbano, tendo como objetivo criar uma cidade que não apenas atendesse às necessidades imediatas de seus habitantes, mas também promovesse um crescimento sustentável e equilibrado a longo prazo.

Reis (2018), discorre detalhadamente sobre esses dez princípios, sendo eles:

1) Apresentar características de cidades tradicionais, com uma macromalha viária de acessibilidade a toda a cidade. As avenidas Leste/Oeste foram projetadas de maneira que fosse possível a visualização do Lago e da Serra do Lajeado.

2) "Proteger, preservar e restaurar o ambiente natural" (REIS, 2018, p.78).

3) Associado ao slogan "A cidade ecológica do ano 2000", o projeto aborda a questão climática da região, visando diminuir impactos no microclima, com suas vias urbanas largas e espalhadas.

4) O projeto foi desenvolvido tendo como objetivo beneficiar o pedestre, havendo duas escalas: uma considerando o pedestre no centro das quadras e no centro da cidade, e a outra de caráter urbano.

5) "Intenção de centralidade da localização e agregação dos prédios institucionais na praça cívica da cidade" (REIS, 2018, p.79).

6) O sexto princípio visava a prevenção de segregação socioespacial, visualizando a urbanização da cidade e seu desenvolvimento gradual.

7) O sétimo princípio refere-se à densidade de 300 habitantes por hectare no interior das quadras.

8 e 9) Esses princípios dizem respeito à acessibilidade ao lago da cidade.

10) O último princípio diz respeito sobre o transporte urbano e o desenho urbano da cidade, com as avenidas Leste/Oeste devendo ter faixas prioritárias para ônibus.

Apesar de toda elaboração do projeto, a nova capital apresenta diversos déficits decorrentes da falta de implantação efetiva do mesmo. Reis (2018) afirma que o tamanho das quadras é de 600 x 700 metros foi algo previsto, no entanto este fator resultou no desconforto

para os pedestres da capital, que têm que percorrer por um longo caminho entre uma quadra e outra, a autora afirma ainda que a capital foi desenhada para a circulação de carros.

A cidade de Palmas é repleta de córregos e riachos em seu interior, o projeto previa a preservação desses espaços, com a criação inclusive de parques lineares, no entanto, mais uma vez o planejamento foi desrespeitado, um exemplo é a construção do shopping center muito próximo do Córrego Brejo Comprido. Além disso, Reis (2018) aponta que, embora o projeto urbano tenha incluído a implantação de ruas largas, com o objetivo de amenizar o calor, a execução não alcançou o resultado esperado. A substituição de árvores por grama em determinadas regiões da cidade não contribuiu para o controle do microclima, e, ao contrário, resultou em um aumento da temperatura, contrariando as previsões iniciais de mitigação climática. A ideia de implantação de uma cidade ecológica, também não deu certo, considerando:

[...] a falta de coleta seletiva e reciclagem do lixo e a situação lastimável de alagamento que ocorre anualmente devido a falta de infraestrutura e saneamento básico inerente ao planejamento de qualquer cidade nova, bem como a mobilidade urbana sem o mínimo de sustentabilidade. (REIS, 2018, p. 79)

Um dos princípios fundamentais do projeto urbanístico de Palmas, conforme destacado por Reis (2018), é a centralização das principais instituições governamentais na praça cívica da cidade, com o objetivo de criar um núcleo administrativo coeso. No entanto, a implementação desse princípio foi comprometida pela ausência de uma previsão específica para a construção de equipamentos de gestão municipal, concentrando-se apenas nas instalações de nível estadual. Como resultado, os prédios da administração municipal acabaram sendo distribuídos de maneira fragmentada por diversos pontos da cidade, não apenas dificultando o acesso dos cidadãos aos serviços públicos municipais, mas também requerendo que eles utilizem transporte público para se deslocar entre diferentes secretarias. Essa falta de integração e centralização compromete a eficiência administrativa e a acessibilidade dos serviços para a população, evidenciando uma falha significativa no planejamento urbano em relação às necessidades reais da gestão local.

Outro item do projeto que não fora seguido é em relação a urbanização de forma gradual, Reis (2018) afirma que este foi o princípio mais violado, e que diante desse fator a cidade é repleta de vazios urbanos, especulação imobiliária e segregação socioeconômica. Houve também o desrespeito do princípio que trata sobre a quantidade de indivíduos por hectares, “Pela maneira desigual como a cidade cresceu, tendo praticamente 40% da população morando fora dos limites do planejamento, é flagrante que a densidade atualmente seja bem menor do

que a esperada” (REIS, 2018, p. 81). Desde o início de Palmas, o transporte público se tornou essencial, devido a quantidade de pessoas morando fora do plano diretor inicial da cidades, mediante a segregação implantada, mas também como resultado há intensos gastos, que poderiam ter sido evitados se a implantação da cidade tivesse acontecido por etapas.

De acordo com Silva (2019) antes de ser urbanizada, a região que hoje é Palmas era integralmente de produção rural, havendo a desapropriação dos então donos, após 1988. Com o início da implantação da cidade e após a divulgação da nova capital, muitas pessoas migraram para a cidade, e ao chegarem, encontraram-se diante de um novo ambiente urbano, onde grande parte de sua extensão já estava sob posse privada, Silva (2019, p. 98) explica que “isso ocorreu em função de uma medida de gestão da cidade, que destinou diversos territórios, às vezes, quadras inteiras, via “dação em pagamento” para a iniciativa privada”, ou seja, ao invés de realizar o pagamento em dinheiro, o Estado transferiu grandes territórios para a empresa responsável pela urbanização da capital, como forma de quitação da dívida. Silva (2019) também observa que essas áreas foram e continuam sendo vendidas por valores extremamente elevados, enquanto o valor pelo qual foram transferidas para as empresas privadas foi insignificante em comparação com o preço atual, evidenciando o superfaturamento dessas terras.

Diversas matérias do Jornal do Tocantins noticiaram a valorização dos lotes logo no início da criação da capital. Segundo o jornal, as imobiliárias alegavam que a maior parte dos lotes da capital estava em situação irregular, e diante da alta procura e pouca oferta, havia o aumento do valor dos loteamentos,

“A falta de regulamentação de lotes é um dos entraves para o aquecimento das vendas no mercado imobiliário de Palmas. A grande demanda e a baixa oferta de lotes com documentação regular provocou um aumento de cerca de 50% e 70% nos preços dos lotes na Capital, de janeiro pra cá”⁹.

Sobre a renda de monopólio, Silva (2019) afirma que quando poucas pessoas controlam muitas terras ou quando há limitações físicas no solo disponível, os donos podem cobrar valores elevados, pois têm controle sobre um recurso essencial e escasso. No entanto, não se deve considerar apenas a retenção e a raridade do solo como os únicos fatores que determinam essa renda. Devem ser levadas em conta as relações sociais envolvidas, como as dinâmicas de poder e o controle exercido por grandes proprietários, que afetam a especulação imobiliária e o mercado de terras.

⁹ Jornal do Tocantins. 1654 a 1679. 1 a 31 de outubro. 1999. Preço de lotes em Palmas aumentam. Palmas, sexta-feira, 1º de outubro de 1999.

Em 1999, mesmo ano do aumento dos lotes, foram publicadas também matérias onde expressavam baixa de 30% a 50% no mercado imobiliário¹⁰, a queda foi decorrente ao alto valor dos lotes e a inexistência de terrenos vendidos por valores populares, “as imobiliárias confirmam que há oferta, mas os consumidores estão achando os preços altos”¹¹.

No ano seguinte, em 2000, o Jornal do Tocantins noticiou mais uma vez aumento de 60% da procura por imóveis em Palmas, havendo uma alta de 45% nos valores para aluguel, segundo a matéria¹², o Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci-TO) afirmava que a inflação nos valores era decorrente da chegada de funcionários de empreiteiras e de obras do Governo, além de famílias com filhos pequenos que se mudaram para a cidade no início do ano letivo. O valor da terra urbana é amplamente determinado pela localização, desenvolvimento da infraestrutura e a oferta de serviços que viabilizam tanto a produção capitalista quanto a reprodução da força de trabalho. À medida que meios de comunicação, transporte e serviços públicos essenciais, como saúde e educação, são implementados nas cidades, ocorre uma valorização significativa das áreas urbanas. Silva (2019) observa que, em Palmas, houve uma valorização acelerada da terra em um curto período, evidenciada por plantas de valores genéricos que indicam esse aumento à medida que a cidade se expandia e se urbanizava. Esses documentos são utilizados para demonstrar o valor da terra em diferentes regiões da cidade e servem como base para o cálculo do valor venal dos terrenos, que é utilizado na arrecadação de impostos, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

A partir das plantas de valores genéricos e das matérias jornalísticas, é evidente a variação nos valores dos lotes na capital tocantinense. No ano 2000, o presidente do Creci-TO discorreu, em uma entrevista para uma matéria jornalística, que apesar da grande procura por imóveis, mais uma vez houve baixa de 35% na venda destes na capital, resultado dos altos valores, o presidente do Conselho considerou ainda como fora da realidade¹³. Em outra matéria, o presidente do Creci-TO afirmou que “Muitos estão comprando lote por aí e segurando para

¹⁰ Jornal do Tocantins. 1680 a 1702. 2 a 30 de novembro. 1999. Mercado de imóveis na Capital está em baixa. Palmas, sábado, 20 de novembro de 1999.

¹¹ Jornal do Tocantins. 1680 a 1702. 2 a 30 de novembro. 1999. Setor imobiliário mostra baixa movimentação. Palmas, sábado, 20 de novembro de 1999.

¹² Jornal do Tocantins. 1729 a 1754. 1º a 30 de janeiro. 2000. Mercado imobiliário da Capital está inflacionado. Palmas, quarta-feira, 19 de janeiro de 2000.

¹³ 2000. Jornal do Tocantins. 1729 a 1754. 1º a 30 de janeiro. 2000. Vendas de imóveis em baixa na Capital. Palmas, quinta-feira, 27 de janeiro de 2000.

ver até quando vai valorizar; quem quer passar para a frente está praticando preço fora da realidade”¹⁴.

A especulação imobiliária e a valorização excessiva dos terrenos em Palmas, como exposto nas declarações do presidente do Creci-TO e também por Silva (2019), refletem uma dinâmica de mercado que não apenas afeta as vendas de imóveis, mas também impacta diretamente a acessibilidade à terra urbanizada. Essa valorização descontrolada cria barreiras para muitos, forçando a busca por alternativas habitacionais fora dos padrões formais. Nesse contexto, a questão da irregularidade fundiária, mencionada por Bazzoli (2019), torna-se ainda mais relevante, uma vez que o aumento dos preços dos terrenos contribui para a expansão de áreas irregulares e a perpetuação de desigualdades no acesso à terra, problemática que envolve múltiplos agentes e políticas (como agentes privados, setor público, modelo de controle urbanístico, fiscalização, normas urbanísticas e fundiárias, e promoção de políticas de acesso à terra urbanizada), ampliando o debate sobre o controle e a organização urbana.

A regularização fundiária plena (conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais) é um dos mecanismos de inserção do cidadão na cidade por possibilitar segurança da posse, endereço, identidade, acesso a serviços de infraestrutura e equipamentos coletivos. Propicia a transformação da economia informal em economia legal, o acesso dos moradores ao crédito para melhoria de suas habitações e, portanto, permite aos cidadãos o acesso à moradia digna e à cidadania. A legitimidade dos novos direitos juntamente com os operadores de crédito é fundamental para essa inserção, tornando possível que os títulos de propriedade possam ser considerados garantia de empréstimos para, por exemplo, melhorias habitacionais, até mesmo com subsídios da legislação específica de assistência técnica, Lei nº 11.888, de 2008 (BRASIL, 2008). (BAZZOLI, 2019, p. 52)

Além da regularização fundiária garantir uma vida digna, com direito ao acesso a políticas e equipamentos públicos, possibilita também a sustentabilidade da cidade, tendo em vista a diminuição de passivos urbanísticos e ambientais, além da inserção social vinculada às “políticas públicas de geração de emprego e renda, de regulação de impostos municipais suportáveis observando-se a capacidade contributiva e de mecanismos que evitem a gentrificação” (BAZZOLI, 2019, p. 52).

Bazzoli (2019, p.54) destaca como uma das principais questões referentes a regularização a “eficácia plena conferida às normas e princípios do Direito Urbanístico, os quais garantem aplicação dos instrumentos que possibilitem o uso racional e adequado do solo”, e diante dessa questão surge a problemática do diálogo entre a “cidade real” e a “cidade ideal e legal”

¹⁴ Jornal do Tocantins. 1806 a 1830. 1 a 30 de abril. Palmas – TO. 2000. Mercado imobiliário apresenta especulação. Palmas, domingo, 9 de abril de 2000.

O Jornal do Tocantins noticiava também diversas ocupações que ocorriam no processo de implantação da capital tocantinense. Essas ocupações, como a de Taquaralto em 1999, onde cerca de 200 famílias ocuparam um local público às margens da TO-050¹⁵, refletem a resposta da classe trabalhadora frente à impossibilidade de adquirir terrenos no mercado formal. A cidade, marcada por altos valores de lotes, como discutido anteriormente, criou um cenário em que muitas famílias viram na ocupação de áreas vazias sua única alternativa para garantir moradia. Esse fenômeno foi recorrente em outras regiões, como na 107 Norte (Arno 12), onde, em novembro do mesmo ano, 20 pessoas ocuparam terras repassadas pelo estado como indenização a antigos fazendeiros¹⁶. Ainda mais significativa foi a ocupação na 604 Norte (Arne 71), onde cerca de 500 pessoas, organizadas pelo Movimento Nacional Pela Moradia, reivindicaram seu direito à cidade em terras pertencentes a uma imobiliária local.¹⁷

Essas ações evidenciam uma contradição central no processo de urbanização de Palmas: enquanto grandes áreas permaneciam vazias ou sob especulação, as parcelas mais vulneráveis da população não tinham meios de acessar os terrenos disponíveis legalmente. Como os lotes eram vendidos por valores exorbitantes, a ocupação de terras tornou-se a única forma viável de moradia para muitos, expondo uma falha estrutural na política urbana da cidade.

Por outro lado, é relevante destacar que o poder público implementou políticas voltadas à inserção das famílias no processo de urbanização da capital, ainda que com limitações. Nesse contexto, a Agência de Desenvolvimento do Tocantins (AD-TO) desempenhou o papel de cadastrar indivíduos e famílias para o sorteio de lotes e residências. Entretanto, conforme revelam as matérias jornalísticas, diversos ocupantes afirmavam que o governo, por meio da AD-TO, havia prometido a doação de lotes, uma promessa que, em muitos casos, não foi cumprida. Assim, algumas ocupações ocorreram não apenas pela necessidade habitacional, mas também como forma de reivindicação e pressão política para que o governo cumprisse seus compromissos.

Embora o sorteio de lotes tenha representado uma tentativa de inclusão social, a iniciativa mostrou-se limitada diante da elevada demanda por moradia, com muitos indivíduos excluídos por critérios restritivos ou enfrentando longas esperas sem solução concreta.

¹⁵ Jornal do Tocantins. 1654 a 1679. 1 a 31 de outubro. 1999. Invasores são expulsos de uma área municipal. Palmas, quinta-feira, 7 de outubro de 1999.

¹⁶ Jornal do Tocantins. 1680 a 1702. 2 a 30 de novembro. 1999. Obras em área comercial invadida são paralisadas. Palmas, terça-feira, 2 de novembro de 1999.

¹⁷ Jornal do Tocantins. 1680 a 1702. 2 a 30 de novembro. 1999. Quadra é invadida por movimento de sem teto. Palmas, quarta-feira, 17 de novembro de 1999.

Ademais, a escassez de opções habitacionais acessíveis evidencia as deficiências das políticas de acesso à terra e a insuficiência das ações públicas frente ao déficit habitacional.

De acordo com o Jornal do Tocantins, a AD-TO anunciou previsão de entrega de 6.464 títulos de posse e sorteio de 750 lotes para venda na capital, localizados na Arnos, Arses e Aurenys, para famílias que migraram para Palmas para trabalhar na construção da cidade¹⁸. A agência disponibilizou ainda o número de título por quadra destinado à doação.

QUADRO DE LOTES NAS ÁREAS DE DOAÇÃO	
QUADRA	NÚMERO DE TÍTULOS
Arno 31	16
Arno 32	43
Arno 33	47
Arno 41	374
Arno 43	652
Arno 44	428
Arno 61	232
Arno 71	451
Arno 72	444
Arse 112	40
Arse 122	464
Aureny I	1.112
Aureny II	1.193

¹⁸ Jornal do Tocantins. 1499 a 1475. 1º a 31 de março. 1999. AD entregará 6 mil títulos de propriedade em Palmas. Palmas, sábado, 27 de março de 1999.

QUADRO DE LOTES NAS ÁREAS DE DOAÇÃO	
Aureny III	189
Aureny IV	779
TOTAL	6.464

Fonte: Jornal do Tocantins. 1499 a 1475. 1º a 31 de março. 1999. AD – TO anuncia entrega de títulos e lotes em Palmas. Palmas, sábado, 27 de março de 1999. Adaptado pela pesquisadora.

O Jornal discorreu que o governo não sabia ao certo quantas “famílias carentes” precisavam de moradia, mas seriam entregues, principalmente nas regiões arnos e aurenys, “casas simples, tamanho padrão com 30 metros quadrados, compostas por sala, quarto, banheiro e cozinha, mas que permitem ao morador fazer ampliação”¹⁹. No entanto, é importante destacar que uma casa com apenas 30 metros quadrados oferece um espaço extremamente restrito para uma família, refletindo o caráter insuficiente e excludente das políticas habitacionais implementadas, o que evidencia uma abordagem minimalista e desproporcional às reais necessidades habitacionais das famílias trabalhadoras, configurando uma política pública voltada para atender minimamente os mais pobres, sem considerar a dignidade e a qualidade de vida dos beneficiários. A limitação do espaço físico, somada às condições precárias de infraestrutura, reflete o caráter desigual do desenvolvimento urbano e a falta de comprometimento do poder público em oferecer soluções habitacionais efetivas e sustentáveis.

De acordo com Bazzoli (2019), a Câmara Municipal de Palmas promoveu a conversão de áreas rurais em urbanas, justificando a medida como uma solução para facilitar o acesso à terra pelas classes menos favorecidas, com a promessa de resultados imediatos ou em curto prazo. No entanto, é importante destacar que essa expansão atendeu, sobretudo, aos interesses do mercado imobiliário. A ocupação de áreas recém-urbanizadas frequentemente resulta na valorização dos loteamentos próximos, levando as imobiliárias a pressionarem o poder público a instalar infraestrutura nesses locais. Esse processo gera uma alocação ineficiente de recursos públicos, com a prefeitura destinando orçamento para áreas que favorecem a especulação imobiliária, sem necessariamente resolver a questão da moradia para as populações de baixa renda. Bazzoli (2019) argumenta que essa dinâmica reflete uma lógica que beneficia os

¹⁹ Jornal do Tocantins. 1499 a 1475. 1º a 31 de março. 1999. Mutirão beneficiará famílias na Capital. Palmas, terça-feira, 23 de março de 1999.

proprietários de terras e os interesses privados em detrimento das reais necessidades habitacionais da população.

O debate ao longo da sua trajetória assumiu vieses e dimensões variadas, mas evidentemente foi lastreado pelo político, econômico e social, revelando, sobretudo, a precariedade das moradias e a concentração de pessoas de baixa renda em locais da região norte da cidade, especialmente o setor Santo Amaro e o Lago Norte. Percebe-se nessa engenharia a busca da valorização imobiliária pela transformação do rural em urbano refletindo no valor, o que faria com que os ocupantes dessa região tirassem proveito nisso. Essa teoria por si desqualificava o cunho social proposto pelos vereadores; assim, a máscara revelava que por detrás do interesse em expandir a região, estava a obtenção de lucros imobiliários. E mais, os ocupantes da região estavam sendo manipulados para reforçar o interesse expansivo especulativo, porém transmutado em mecanismo de inserção do pobre na cidade [...] (BAZZOLI, 2019, p. 114 - 115).

Assim, os vereadores conquistaram a aprovação da expansão territorial de Palmas através do “paradoxo de inserção social pela exclusão periférica” (BAZZOLI, 2019, p. 115). Bazzoli (2019) utiliza o plano diretor da capital para argumentar que a cidade deveria ter sido implantada de forma gradual e compacta. No entanto, a aprovação e venda de áreas destinadas à expansão urbanística comprometeram o planejamento inicial, resultando em uma implementação que não seguiu as diretrizes propostas. Além disso, a configuração da periferia da cidade ocorreu antes da efetivação do plano diretor, o que é uma prática incomum em comparação com o planejamento urbano das demais cidades do país.

Bazzoli (2014) observa que, após 15 anos da criação da cidade de Palmas, o planejamento previa uma população de aproximadamente 800 mil habitantes, no entanto, até a atualidade, a cidade não atingiu essa projeção populacional. Paradoxalmente, Palmas experimentou uma expansão urbana considerável durante esse período, que não se refletiu no crescimento demográfico esperado. É possível que a expansão urbana tenha sido motivada por interesses de valorização e especulação imobiliária, em vez de atender às reais necessidades de desenvolvimento urbano e qualidade de vida dos habitantes. A evidência aponta para uma priorização da geração de renda através da comercialização de terrenos, em detrimento de um planejamento voltado para a criação de uma cidade funcional e adaptada às necessidades de seus residentes. Atualmente 97,12% da população reside na área urbana, porém apenas 11,59% destes no plano urbanístico inicial, resultando em uma repleta de vazios urbanos. O autor salienta ainda, que cerca de 65% dos proprietários desses vazios habitam fora da capital tocantinense.

Bazzoli (2019) afirma que Atlas of Urban Expansion mapeou a expansão de 200 cidades, extraíndo a amostra representativa de 4.231 cidades, sendo Palmas umas destas.

[...] O estudo constatou significativo crescimento de urbanização na cidade nas décadas de 1990 e 2000 (Figura 3), que passou de 14,17 km² em 1990 para 48,10km² em 2000, a uma taxa de 12% a.a. Em 2013, chegou-se a 61,72 km² dos 110,8 km² (total do Plano Urbanístico original) e 19,43 km² de espaços vazios urbanizáveis. (BAZZOLI, 2019, p. 23).

Segundo Bazzoli (2019), ainda apresentando o estudo Atlas of Urban Expansion, o Plano Urbanístico previa 300 habitantes por hectares, porém a população atual de Palmas é de 25,1 moradores por hectare. Houve um crescimento populacional de 3% entre os anos de 2000 e 2004, aumento territorial urbano de 4,5% e densidade de -2%. A pesquisa ainda sinaliza a possibilidade de um crescimento populacional bastante significativo previsto para os próximos 25 anos, se de fato houver o crescimento populacional previsto a Universidade de Nova York fornecerá “suporte técnico para elaborar um plano de ação local voltado ao crescimento ordenado da cidade” (BAZZOLI, 2019, p. 25), podendo resultar na redução da problemática referente à expansão urbana e alargamento do perímetro urbano.

Foi realizado um outro estudo sobre Palmas intitulado “Plano de Ação Palmas Sustentável”, e teve como principais atores a Prefeitura de Palmas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Caixa Econômica e o Instituto Pólis, tal estudo mostrou que:

[...] o crescimento da mancha urbana de Palmas entre 2006 e 2010 foi de 25,20 km², equivalente a 6% a.a., constatou ao final que o crescimento se deu com baixa densidade demográfica. Esse documento afirmou que no ritmo atual a mancha urbana deverá crescer 144% até 2030 (chegará a 92,17 km²). Essa condição avançaria mais 304% no custo da cidade. Considerando que Palmas já apresenta elevado custo de urbanização per capita, mostrado nesta publicação em item específico (Vide item 5 Custo de urbanização: uma questão de racionalidade), a situação identificada por esse plano de ação levaria a população a patamares de custos preocupantes. Este estudo estima que em 2050 a população de Palmas será de 652.691 habitantes, embora seja número aproximado, seria conveniente tê-lo como referência no planejamento urbano (PALMAS, 2015). (BAZZOLI, 2019, p. 26).

Bazzoli (2019) afirma que a cidade de Palmas está se expandindo territorialmente e que a densidade populacional não está acompanhando esse crescimento da cidade, resultando na insustentabilidade, custo alto de urbanização, vazios urbanos por toda a cidade, inclusive em espaços urbanizados.

Boulos (2014) discorre que expansões urbanas significativas podem decorrer de processos como a industrialização, que atrai trabalhadores em busca de emprego, ou de fatores demográficos, como o aumento natural da população. Contudo, esse cenário não se aplica ao caso de Palmas, uma cidade que não passou por um processo de industrialização capaz de justificar o crescimento demográfico observado, o que reforça a ideia de que Palmas foi concebida principalmente para atender aos interesses do capital, sobretudo o imobiliário. A cidade, desde sua fundação, tornou-se um espaço propício à extração de lucros por meio da

valorização das terras, aproveitando-se de seu status e função enquanto capital estadual. Assim, a expansão urbana de Palmas não resulta de um crescimento industrial ou populacional natural, mas de uma lógica de acumulação de capital, orientada pela especulação imobiliária e a valorização fundiária.

Com o crescimento populacional, a burguesia busca reorganizar o espaço urbano de forma a maximizar seus lucros e garantir a manutenção de suas condições de vida privilegiadas.

Para preservar suas áreas de residência e de negócios, as classes média e alta buscam promover políticas e estratégias que empurram os trabalhadores e os pobres para as periferias da cidade, através de mecanismos diretos, como despejos forçados, ou indiretos, como o aumento do custo de vida e dos preços imobiliários nos centros urbanos. Paralelamente ao deslocamento dos mais pobres, a burguesia vê uma oportunidade de lucro na especulação e desenvolvimento imobiliário.

Eles investem em áreas periféricas, desenvolvem novos empreendimentos habitacionais e aumentam o valor das terras nessas regiões, o que pode resultar em lucros significativos para os investidores, mas também em um aumento do custo de vida para os novos moradores dessas áreas.

Essa reorganização do espaço urbano acentua as desigualdades sociais e espaciais. Os trabalhadores, ao serem deslocados para regiões mais distantes, enfrentam desafios adicionais, como o aumento do tempo e custo de deslocamento até os locais de trabalho, acesso limitado a serviços públicos de qualidade (como saúde e educação), e menor inserção nas redes de oportunidades econômicas e sociais.

O planejamento urbano muitas vezes reflete os interesses da burguesia, promovendo políticas que facilitam a especulação imobiliária e a segregação socioespacial, incluindo a implementação de infraestrutura e serviços nas novas áreas de interesse imobiliário, ao mesmo tempo em que negligencia as necessidades dos indivíduos que moram em regiões deslocadas.

Como apoio do governo, fizeram o que chamaram de uma “limpeza” no centro: demoliram cortiços, despejaram favelas e aumentaram o valor dos aluguéis, que se tornou inviável para maior parte dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, abriram loteamentos clandestinos em áreas distantes – onde não havia nada – para vender os lotes aos trabalhadores. (BOULOS, (2014), p. 26).

Boulos (2014) descreve uma série de ações empreendidas com o apoio do governo que tiveram um impacto significativo sobre a população trabalhadora do centro urbano. Essas ações incluíram a demolição de cortiços e o despejo de favelas, resultando na expulsão de muitos trabalhadores das áreas centrais. Além disso, o aumento dos aluguéis tornou-se insustentável para a maioria dos trabalhadores. Simultaneamente, foram abertos loteamentos clandestinos em

áreas remotas, onde não havia infraestrutura, e os lotes foram vendidos aos trabalhadores, deslocando-os para regiões mais distantes e desprovidas de serviços essenciais. Fator esse presente na capital do Tocantins.

Apesar de Palmas ter seguido o modelo de cidade com alta valorização dos seus centros acarretando déficit habitacional e segregação socioeconômica, algumas quadras localizadas no centro da capital, ocupadas pela população com menor poder aquisitivo, surgiram como forma de resistência de luta da classe trabalhadora, como a Vila União (303 norte, 305 norte e 307 norte).

CAPÍTULO III

4 A OCUPAÇÃO DA VILA UNIÃO, NA CIDADE DE PALMAS: NA VOZ DAS MORADORAS LOCAIS

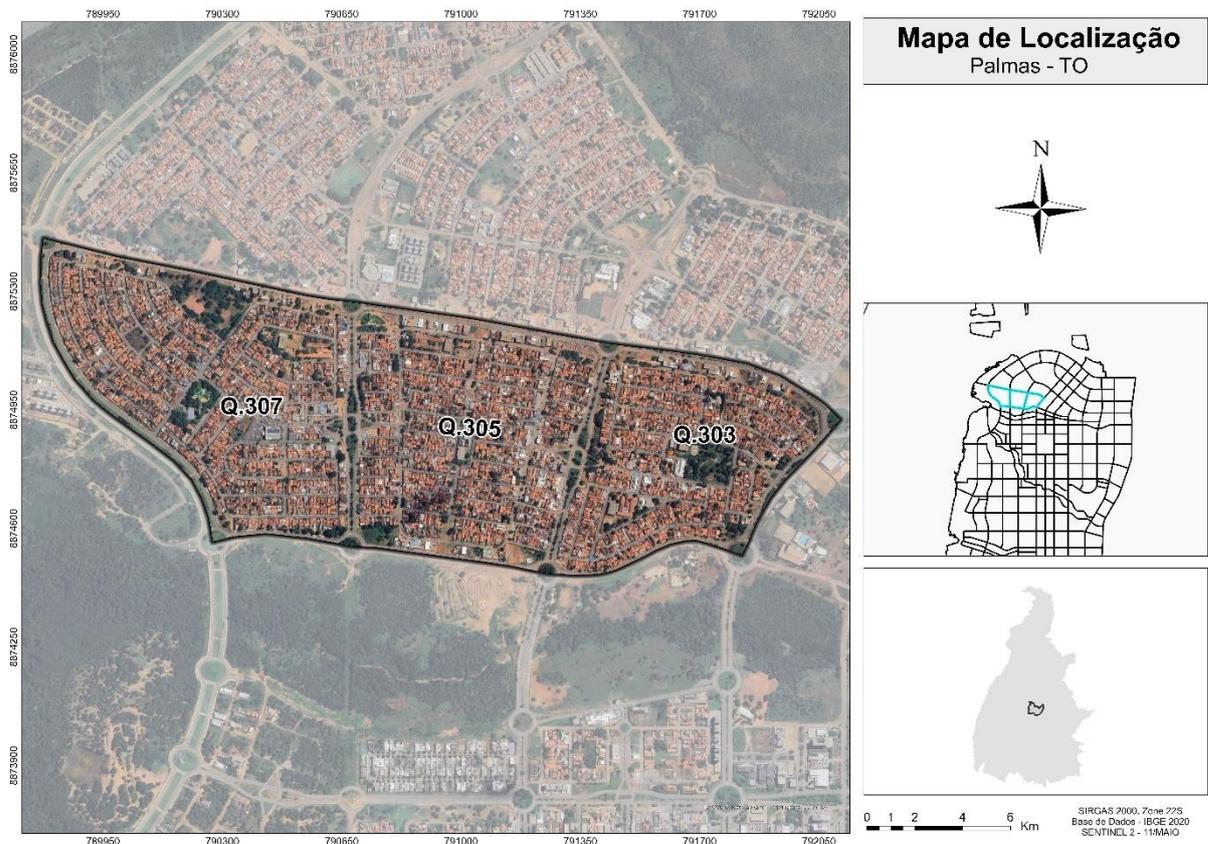
Este capítulo tem como objetivo analisar detalhadamente o processo de ocupação da Vila União, localizada na cidade de Palmas, destacando os desafios enfrentados, as estratégias de resistência adotadas e os impactos resultantes dessa mobilização comunitária. Para tanto, será realizado um estudo minucioso da história da Vila União, complementado por uma análise das práticas e das dinâmicas sociais que emergiram nesse contexto.

Ramos e Barbosa (2003) afirmam que, na cidade capitalista, um fator comum entre os indivíduos que compõem a classe trabalhadora é a segregação socioespacial, além de que a facilidade e qualidade do acesso à equipamentos públicos se dá devido ao maior ou menor grau de segregação. Foi possível observar esse fator no país, mais especificamente ao longo do segundo capítulo, e que a capital do estado do Tocantins também seguiu essa lógica. No entanto, apesar de que muitos indivíduos que compõem a classe trabalhadora foram levados e, de certa forma, obrigados a residirem em regiões longe do centro da cidade, outros conseguiram conquistar espaço de moradias em quadras centrais em Palmas, como o caso da Vila União.

4.1 A Vila União e sua ocupação

A instituição da Vila União, região localizada no centro da capital tocantinense, representa um marco significativo na luta da classe trabalhadora contra a segregação socioespacial em Palmas. A região que consiste hoje à Vila União, corresponde às quadras AR-NO 31, 32 e 33, também conhecidas como 303 Norte, 305 Norte e 307 Norte, e atualmente as quadras 405 Norte (Arno 42), 407 Norte (Arno 43) e 409 Norte (Arno 44) também compõem essa região. Segue abaixo imagem detalhada da Vila União, objeto de pesquisa dessa dissertação.

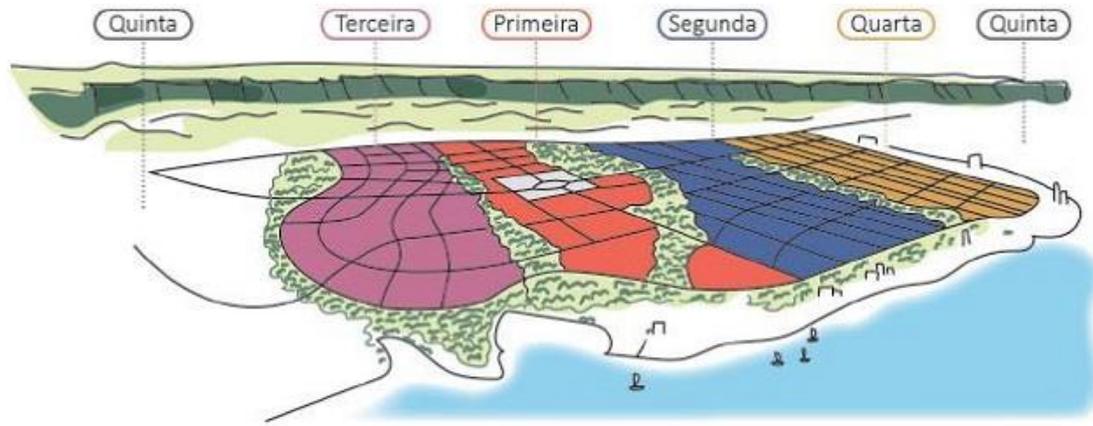
Figura 1 – Quadras que compõe a Vila União



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Cocozza (2007), ao analisar o projeto inicial de Palmas, aponta que a Vila União estava destinada a ser a terceira área a ser ocupada na capital, planejada para abrigar uma classe social distinta daquela que efetivamente se instalou na região. No entanto, tanto as entrevistas realizadas, quanto os estudos sobre o processo de ocupação, revelam que o plano urbano foi amplamente desrespeitado. Em vez de uma ocupação ordenada conforme o desenho original, expresso no desenho abaixo adaptado por Menezes (2019), os trabalhadores foram deslocados para áreas que, de acordo com o projeto, deveriam ser as últimas a serem ocupadas. Esse descompasso entre o planejamento e a realidade social reflete a dinâmica de exclusão e segregação que marcou a cidade ainda em seus primeiros anos de ocupação.

Figura 2 - Etapas previstas para a urbanização de Palmas – TO



Fonte: GrupoQuatro (Acesso: maio, 2014). Adaptado por W.S. Menezes (2019).

A Vila União está localizada em uma área considerada privilegiada em Palmas, situada em uma colina com vista para a Serra do Lajeado e o Lago de Palmas. Além disso, a proximidade ao centro administrativo da cidade torna a região ainda mais estratégica (COCOZZA, 2007). Ao contrário do esperado para uma área com essas características, Vila União foi uma das primeiras regiões a serem ocupadas na capital mais jovem do país. Atualmente, além da vista para o lago, a área conta com atrativos como a Praia das Arnos, um ponto turístico e de lazer apreciado pelos moradores e visitantes, que também foi fruto de muita luta.

A entrevistada 01 que participou do processo de ocupação da Vila União, relatou que chegou em Palmas no dia 10 de janeiro de 1990. Esta, que saiu da cidade de Acopiara, interior do Ceará, afirmou que ao chegar em Palmas, inicialmente participou da ocupação no Golfo Pérsico.

De acordo com Brito (2010, p.98), a ocupação do Golfo Pérsico ficava “à margem do córrego Suçuapara²⁰ devido à disponibilidade de água”. A participante da pesquisa relatou que ao chegar na localidade havia quatro barracos e um barracão que era o restaurante, e à medida que as famílias iam chegando, havia um aumento na construção de barracos, destes, alguns eram feitos de madeira e cobertos com palha de coqueiro, e outros eram feitos de lona, “que serviam de abrigo aos pedreiros, carpinteiros, serventes e desempregados” (BRITO, 2010, 97).

²⁰ “O córrego Suçuapara possui 5.945m de extensão, sua nascente se encontra na Área Verde (AV)2 206 Norte, próximo à Avenida NS-06 e a montante do prédio do Centro de Ensino Médio de Palmas, atravessa a área Palmas Centro/Norte no sentido Leste-Oeste e deságua no Reservatório da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, na Área de Lazer e Cultura (ALC) 109 Norte, apresentando 1,08km de sinuosidade.” (Carmo, et al., 2007, p.97)

Na continuidade da pesquisa, a mesma entrevistada relatou que depois de aproximadamente 1 ano e 8 meses (em 1992), o governo regularizou e disponibilizou a quadra 303 Norte (Arno 31), havendo a demarcação de lotes e de ruas. As famílias que faziam parte da ocupação do Golfo Pérsico foram direcionadas à essa região. A participante da pesquisa discorreu ainda que de início também foram construídos barracos de lona e de madeira nessa nova localidade.

Foi aberta a quadra e os engenheiros marcaram os lotes, abriram as estradas... Aí assim, pegavam a mudança... Tinha uns caminhões para carregar a mudança, passava pelo portão, você chegava aqui, você botava sua mudança em riba do lote. O pessoal da Codetins, chamava Codetins, não era habitação de primeiro, assentava um monte de família, só entrava aqui se você trouxesse essa mudança [...] Aí botou a mudança... Cheguei aqui e construímos o barraco de novo, de madeirite. E tinha muito barraco de lona, barraco pra tudo que era canto. (ENTREVISTADA 01).

A fim de compreender o que foi a CODETINS, as autoras Bessa, Lucini e Souza (2018), indicam que a Companhia de Desenvolvimento do Tocantins (CODETINS)²¹ foi um órgão criado pelo estado do Tocantins em 1989, responsável pela questão imobiliária de Palmas. Bessa e Oliveira (2017) observam que a CODETINS, um órgão estadual, aprovou e destinou à ocupação algumas quadras que não compunham a primeira etapa para desenvolvimento de Palmas.

Ademais, de acordo com as autoras, a Companhia direcionou muitos dos trabalhadores, que migraram para Palmas com o objetivo de contribuir para a construção da cidade, para a região de Taquaralto, uma área planejada para compor a quinta etapa de ocupação, onde foram doados lotes e materiais para a autoconstrução das moradias. É importante destacar, essa região está situada consideravelmente distante do centro administrativo de Palmas, e, à época, carecia de infraestrutura básica, como pavimentação asfáltica e transporte público adequado, dificultando o deslocamento dos trabalhadores para o centro da cidade, onde atuavam na construção da capital. Essas ações contrariam o plano inicial, que previa um desenvolvimento gradual e ordenado da cidade, e acabaram isolando as classes trabalhadoras em áreas periféricas e sem infraestrutura.

Santos (2023, p. 106) analisa a organização dos transportes urbanos e a forma como esta contribui para a reprodução das desigualdades sociais e espaciais nas cidades, discorrendo como a lógica de organização dos transportes "torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos

²¹ “Em razão de problemas administrativos esse órgão foi fechado e suas atividades foram transferidas para a Agência de Desenvolvimento do Estado do Tocantins - AD Tocantins [...]” (AMARAL, 2009, P. 30).

centros", e evidencia como a estrutura urbana e os sistemas de mobilidade reforçam a segregação socioespacial.

A entrevistada 04, então recém casada, que saiu de Porto Seguro - BA, no dia 22 de dezembro de 1991, tinha a expectativa de se mudar para um local estruturado, onde ela e seu esposo pudessem iniciar sua vida conjugal com conforto e segurança, no entanto, a entrevistada relatou ter se deparado com uma situação totalmente diferente, havendo dificuldade antes mesmo de chegar no destino final, Palmas, devido a rodovia que liga Porto Seguro-BA e Palmas-TO ser de difícil acesso na época.

Quando a gente veio, as estradas, era muito difícil. Não havia estrada. As pontes... Não havia as pontes naquela época. As pontes eram dois pau, e o motorista fazia todo mundo descer [do ônibus], né? E alguém ia guiar o motorista, 'pra lá um pouquinho, pra cá mais um pouquinho', pra passar em cima daquelas... daqueles dois troncos, né? Então quando eu entrei no Tocantins eu perguntei, 'meu Deus, o que eu vim fazer aqui? Como eu saí de Porto Seguro pra vir pra um lugar desse?' E quando eu cheguei em Palmas me assustei mais ainda, né? (ENTREVISTADA 04).

No capítulo anterior, alguns autores afirmaram que com a criação da rodovia Belém-Brasília houve o desenvolvimento de diversas cidades, e que essas rodovias foram responsáveis por atrair migrantes, em especial do Nordeste, em busca de melhores oportunidades no recém-criado estado do Tocantins. No entanto, a realidade enfrentada por esses migrantes, como relatado pela entrevistada 04, revela um cenário marcado por enormes desafios de infraestrutura, e ilustra o contraste entre o planejamento estatal e a vivência cotidiana dos primeiros habitantes da região, que, como em muitos casos, tiveram que atravessar precariamente as estradas e pontes improvisadas.

A participante da pesquisa (entrevistada 04), afirmou que quando chegou em Palmas, todas as moradias eram de lona e madeira, e que a população da época sofria com a quantidade de queimadas, poeira, lama, mato e fortes ventanias que ocasionalmente provocavam o desabamento dos barracos. Discorreu ainda sobre não ter acesso à água encanada, energia, asfalto, rede de esgoto, dentre outros serviços.

4.2 A infraestrutura

No início do processo de ocupação e implantação da Vila União, em Palmas, a ausência de infraestrutura básica foi uma das principais dificuldades enfrentadas pelos moradores pioneiros. Esse contexto de precariedade e abandono contrastava de maneira evidente com o discurso oficial de progresso e desenvolvimento associado à criação da nova capital do

Tocantins. As entrevistadas discorreram com detalhes sobre as dificuldades enfrentadas com a falta de serviços públicos básicos.

Sobre o acesso à água no processo de instituição da capital, a entrevistada 02 que migrou de Goiânia - GO, para Palmas, em 1991, acompanhando seu então esposo contratado para a construção do Palácio, discorreu com detalhes:

Quando a gente morava aqui, aí tinha vários carros pipa, a gente comprava aqueles tamborzão, tamborzão de... Que hoje nem existe mais esses tambor. Aí colocava na porta do barraco, aí o carro pipa passava quase todo dia para encher os tambores. Só botando água nos barraquinhos. Aí tinha esse córrego aqui, chamado Sussuapara. Ele ainda existe. [...] Aí a gente ia lavar roupa lá, pegava as trouxas de roupa e descia pra lá, lavar roupa lá. (ENTREVISTADA 02).

As entrevistadas 01, 03, e 04, também discorreram sobre a dificuldade do acesso à água, afirmando que muitas mulheres se reuniam para irem juntas lavarem roupas, e tomar banho, devido a falta de água encanada e demais infraestrutura da cidade. As entrevistadas evidenciaram que a falta de infraestrutura urbana básica em Palmas, nos primeiros anos da sua construção, resultou em sofrimento diário para os moradores, que enfrentavam condições difíceis para realizar atividades essenciais, inseridos em um cenário de privações e desafios diários, apontando que o sonho de uma vida melhor na nova capital rapidamente se confrontava com a dura realidade de um ambiente hostil e carente de infraestrutura, além de que a convivência em situações tão adversas reforçava o sentimento de vulnerabilidade e impotência, afetando profundamente o bem-estar e a dignidade dessas famílias.

Sobre o fornecimento de energia elétrica, a entrevistada 02 relatou que era inexistente na Vila União, na época, e que a maioria dos moradores dependia de lamparinas para iluminação, enquanto algumas poucas famílias com melhores condições financeiras providenciavam geradores, compartilhando a energia com quem não tinha acesso à eletricidade formal. A entrevistada 04 complementou, ressaltando que tal fator levava os moradores a recorrerem a meios ilegais para suprir suas necessidades básicas.

Energia, que aqui era tudo no gato. [...] Porque a energia era assim. O que aconteceu? Alguém foi, pegou, tinha energia lá para o centro. Aí alguém puxou um fio pra casa dele. Pra casa dele, aí o outro puxou pra outro, outro puxou pra outro. Aí foi chegando na casa de todo mundo, todos gatos. (ENTREVISTADA 04).

A situação relatada pela entrevistada evidencia de forma concreta a desigualdade estrutural na distribuição de serviços essenciais em Palmas. Enquanto as regiões mais privilegiadas, ocupadas por classes de maior poder aquisitivo, eram prontamente atendidas com a instalação regular de energia elétrica, os trabalhadores das áreas periféricas e marginalizadas se viam obrigados a recorrer a soluções improvisadas, como o "gato", uma alternativa não

regulamentada e de alto risco. A ausência de planejamento adequado para essas regiões, além de evidenciar a negligência estatal em relação à segurança da população trabalhadora, aumenta o risco de acidentes graves para esta população.

Apesar da situação estrutural da cidade, a quantidade de pessoas que migrou para a capital tocantinense foi significativa. Brito (2010) afirma que o governo estadual do Tocantins utilizou uma estratégia de marketing e propaganda para promover a nova capital, com a divulgação de uma imagem positiva desta, ainda que irreal, intencionado em atrair investidores, trabalhadores e interessados na nova cidade.

Nesta propaganda, vendia-se uma imagem projetada e fantasiada nas páginas de jornais, revistas ou pelo discurso dos governantes da época, transmitida em rede nacional. Vendia-se o que ainda não era real, que era imaginário, que só existia no projeto. A cidade de ruas largas, banhada por um maravilhoso lago, à época inexistente e que só foi construído quase dez anos depois. A cidade dos sonhos dos políticos; do mesmo canteiro de obras aberto à construção civil; das novas possibilidades de trabalho nos diversos ramos de utilidade e etc. (BRITO, 2010, p. 99).

A entrevistada 03 afirmou que na época chegava indivíduos de todas as partes do Brasil, principalmente da região nordeste, que saíam de suas cidades em busca de melhorias de vida. Com o crescente número de pessoas chegando na cidade, aumentava também a quantidade de ocupações urbanas.

4.3 O incêndio que resultou na regularização de quadras da Região Norte

De acordo com as entrevistadas 01 e 03, após a ocupação da quadra 303 norte, e com o aumento na quantidade de pessoas chegando na recém capital, as quadras 305 e 307 norte também foram ocupadas. As mesmas discorreram também sobre um incêndio que ocorreu na quadra 305 norte, na qual resultou em grandes perdas materiais e no desabrigo de muitas famílias, ainda na década de 1990, não sabendo exatamente o ano.

Foi aqui na... 305. Era uma invasão. O pessoal chegaram, já tinha uma quadra né? Já tinha a quadra, mas só que chegou tanta pessoa de fora, tanta gente de fora que eles criaram ali no lugar onde tinha... Você conhece aqui o CEM Castro Alves aqui, o colégio? Aquela região ali atrás. Aquela região ali da Santa Terezinha, ali do Castro Alves. Até sair ali na avenida, que nessa época não tinha essa avenida, era... Uma invasão, uma invasão bem aglomerada mesmo assim, sabe? Aí, quando foi um certo dia de manhã, não me recordo o ano. Eu só sei que foi um dia de manhã cedo, que a gente estava na escola, nessa época eu não trabalhava fora, eu estava aqui. Quando a gente se espantou foi pelo fogo, a fumaça, meu Deus, pensa em um desespero. (ENTREVISTADA 03).

De acordo com a entrevistada 03, o incêndio começou após crianças tentarem acender um fogo no fogão, um ato cotidiano que, devido às condições precárias das moradias, feitas

com materiais altamente inflamáveis, contribuíram para a rápida disseminação do fogo, resultando em uma tragédia de grandes proporções. A participante da pesquisa relatou ainda que os vizinhos se mobilizaram para retirar as crianças e os idosos do local, e que não houve nenhuma morte. A contenção do incêndio foi realizada através da intervenção do Corpo de Bombeiros, que atuou para extinguir as chamas.

Tal incidente não apenas destruiu inúmeras moradias e deixou várias famílias desabrigadas, como também ressaltou a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida da população, especialmente em áreas de ocupação irregular.

Após a ocorrência com fogo, muitas famílias ficaram abrigadas em um colégio na região norte. As entrevistadas 01, 02 e 03 relataram que, após o incêndio, ocorreu um processo de regularização fundiária, seguido pela distribuição de lotes e entrega de moradias de interesse social na quadra 73 (607 Norte). Essa iniciativa representou uma resposta das autoridades à tragédia, buscando fornecer uma solução habitacional segura e estável para as famílias afetadas, podendo ser considerado um esforço mais amplo de urbanização e reorganização das áreas ocupadas irregularmente em Palmas.

A entrevistada 03, discorreu ainda sobre ocupações em outras quadras dessa mesma região, como na Arno 61 (503 norte), 71 (603 norte), 72 (605 norte). “Nós, comunidade, que entramos aqui, a mesma turma, com a cara e a coragem, alguém ia lá e dizia que tinha um lugar, né? Aí a gente foi e entrou lá, junto com Santa Rita de Cássia, também, todo o tempo apoiando a gente”, discorreu a participante da pesquisa.

De acordo com o site da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a Fundação Santa Rita de Cássia foi a primeira entidade responsável pela Ação Social, Trabalho e Emprego no Estado do Tocantins, instituída pelo Decreto n.º 561/89. No entanto, com a expansão administrativa do Estado e a necessidade de uma estrutura mais robusta e abrangente para atender as demandas crescentes na área social, tornou-se necessário reconfigurar essa organização, sendo então criada a Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETAS), formalizada pela Lei n.º 791/95.

Como consequência, houve a extinção da Fundação Santa Rita de Cássia, em 1996, conforme estabelecido pela Lei n.º 815/96, e seus programas, projetos e atividades foram integralmente absorvidos pela nova Secretaria. Em 2011, a SETAS passou por uma nova reestruturação e teve sua denominação alterada para Secretaria do Trabalho e da Assistência Social, refletindo uma ampliação em seu escopo de atuação.

4.4 Lutas urbanas

Lefebvre (2001) analisa a cidade como um palco onde as contradições inerentes ao sistema capitalista se desdobram, essa percepção é particularmente relevante para compreender as lutas urbanas e a resistência da classe trabalhadora na Vila União no início de Palmas. A criação da capital do Tocantins foi cercada de um ideal de desenvolvimento e modernidade que se materializou em um projeto urbano voltado para atender aos interesses das classes mais abastadas, relegando as populações de baixa renda a uma posição marginal. No entanto, conforme Lefebvre destaca, o espaço urbano não é apenas um local físico, mas um terreno de disputa simbólica e real, onde diferentes classes sociais, com interesses antagônicos, competem pelo controle e definição do uso do território. A busca por recursos, oportunidades e poder na sociedade capitalista pode levar a tensões entre as classes, manifestando-se de diversas formas, como protestos, greves, movimentos sociais e até confrontos mais diretos. As lutas de classes sociais normalmente envolvem questões como o acesso a moradias adequadas, a distribuição de serviços públicos, a configuração do ambiente urbano e a definição do que é considerado um uso legítimo do espaço.

Pode-se observar a materialização da fala de Lefebvre sobre a cidade ser um palco onde ocorrem disputas de classe através das falas da entrevistada 04, onde a mesma expôs sua percepção de que, para o primeiro governador do Estado (1989-1991), José Wilson Siqueira Campos, era desinteressante promover a urbanização da área ocupada pela população que estava se formando, composta majoritariamente por pessoas de baixo poder aquisitivo. Segundo a entrevistada, o então governador não demonstrou preocupação em regularizar a região ou em delimitar os loteamentos, o que sugere uma intencionalidade em manter os moradores nas construções precárias de lonas, o que facilitaria a concretização de sua intenção. A entrevistada ainda considerava que Siqueira Campos tinha como objetivo realocar esses ocupantes para as Aurenys, uma região situada na extremidade da cidade, assim que essa área fosse implantada.

Ele não queria pobres aqui. Não queria pobres, porque aqui era quadra nobre. Era para ser uma quadra nobre. [...] Então o que ele queria? Ele queria segurar os pobres dentro do... Eu imagino que era isso, né? Dentro da lona. Aí o que ele ia fazer? Abrir a Aurenys. Na hora que abrisse a Aurenys, ia pegar todo mundo e jogar lá. Era pra jogar lá, pra lá mesmo. Só que ele não contava que ele ia perder uma eleição. E ele perdeu a eleição (ENTREVISTADA 04).

Após Moisés Avelino ter ganhado as eleições para ocupar o cargo de segundo Governador do Estado do Tocantins (1991-1995), houve a regularização de quadras da área norte da cidade. Coccozza (2007) expõe que:

Moisés Avelino foi o governador responsável pela ocupação da Via União. Em entrevista concedida ele avalia que foi uma maneira de conter as invasões em áreas de proteção da cidade o que estava ocorrendo principalmente em áreas de fundo de vale, e locar a população carente não distante do centro, como em Taquaralto e Aurenys, mas perto da região central (entrevista concedida em 27/10/2006) (COCOZZA, 2007, p. 116).

Além de solucionar a problemática de ocupações em áreas verdes e de preservação, Coccozza (2007) afirma que o então governador também visava resolver a questão da favelização que se implantava em diversas regiões da cidade através das numerosas ocupações. Para tal, a entrevistada 01 relatou que: “O Moisés Avelino mandou abrir, coisar os lotes, os piquetes dos lotes e para cada família eles entregavam uma senha, né? Aí preenchiam o papel e dava um comprovante, assentava a pessoa em cima.” (ENTREVISTADA 01).

Coccozza (2007) destaca que o planejamento inicial das quadras da Vila União sofreu algumas alterações significativas. Uma dessas modificações foi relacionada ao tamanho dos loteamentos. Segundo o autor, “Por se tratar de uma área de baixa renda familiar, o parcelamento priorizou a ocupação com lotes unifamiliares e menores do que os padrões das outras quadras, provocando assim uma rápida ocupação e um maior adensamento” (COCOZZA, 2007, p. 137).

A decisão de priorizar lotes menores em áreas de baixa renda pode ser interpretada como uma tentativa de maximizar a utilização do espaço urbano, porém, levanta questões pertinentes acerca da equidade no planejamento urbano. Observa-se que, em áreas de alta renda, a predominância de lotes maiores e menor densidade populacional tende a garantir melhores condições de vida para seus habitantes, algo previsto na concepção da Vila União, uma vez que a região foi destinada a indivíduos de maior poder aquisitivo. Tal contraste se torna ainda mais evidente ao se constatar que, em cidades como Palmas, há extensos vazios urbanos que poderiam ser destinados ao desenvolvimento habitacional ou urbano, contudo, esses terrenos permanecem ociosos, muitas vezes com o objetivo de valorização imobiliária, o que revela uma contradição nas práticas de planejamento urbano, favorecendo certos grupos em detrimento de outros.

Originalmente, a área destinada à Vila União havia sido planejada para abrigar pessoas de maior poder aquisitivo, sendo prevista uma configuração urbana diferente, com lotes maiores e uma infraestrutura que atendesse às necessidades desse público. Entretanto, ao alterar o público-alvo da localidade, optou-se também por modificar o projeto urbano previamente concebido. A escolha de lotes menores para a Vila União pode ser vista como uma forma de segregação espacial, onde os mais pobres são relegados a espaços mais comprimidos, perpetuando assim as desigualdades socioespaciais, em vez de mitigá-las.

A entrevistada 01 relatou que os moradores de cada quadra da área norte costumavam se reunir regularmente no barracão de um dos ocupantes, em galpões e até mesmo debaixo de árvores, com o intuito de discutir seus direitos sociais e organizar o território. Nessas reuniões, os moradores elaboravam projetos e ofícios destinados a reivindicar melhorias e atender às necessidades específicas da região, havendo um alto grau de mobilização e engajamento dos residentes em busca de soluções coletivas para os desafios sociais e estruturais enfrentados na área. A participante da pesquisa discorreu ainda que nessa época os reivindicantes não tinham acesso a computador, e que os documentos eram redigidos em uma máquina de datilografia. Ao final da elaboração de cada documento os moradores assinavam e encaminhavam os mesmo para a Assembleia Legislativa do Estado e para a prefeitura.

Também como uma estratégia de reivindicação, a entrevistada 03 explanou que participou de um movimento chamado “Grito da Terra”, que tinha por objetivo demandar urgências e políticas públicas para a população necessitada. A organização do movimento preparava a alimentação para os militantes em um galpão, e após a refeição estes se reuniam na frente dos órgãos públicos para manifestar a efetividade dos seus direitos.

Tinha um programa aqui, um movimento chamado Grito da Terra, que eles vinham. Era um movimento... Nós não perdíamos nada com esses meninos pequenos, nem dormíamos. A gente ia pra ali, pro galpão, e cozinhava comida, era pra quinhentas pessoas do movimento, que iam pra frente do palácio, pra frente da prefeitura, gritar por seu pedaço de terra. E assim, é muito importante essa questão da gente lutar até por ser um direito nosso, né? Deve ser um direito nosso, porque todo governo tem um dever e um direito de dar moradia para o seu povo, então... Então, graças a Deus, a gente vai conseguindo. Ainda deixa a desejar, deixa, porque nunca vai ser cem por cento. Isso é fato, né? E nunca deixa de chegar gente, nunca deixa de chegar pessoas. Mas, graças a Deus, eu tenho só agradecer, tenho minha casa, a documentada, no meu nome (ENTREVISTADA 03).

A entrevistada 03 enfatizou que a luta por moradia não é apenas uma necessidade, mas uma obrigação governamental, refletindo a conscientização sobre os direitos sociais entre os participantes. Apesar de reconhecer as conquistas alcançadas, como a obtenção de sua casa documentada, ela também menciona as limitações do processo, e afirma que o problema da falta de moradia persiste e que sempre há novos desafios com a chegada constante de mais pessoas necessitadas, e destacou ainda sobre a necessidade de haver um esforço contínuo para a garantia de direitos.

Dentre as principais reivindicações dos moradores da área, a entrevistada 04 destacou a necessidade urgente do acesso à água tratada, afirmando que a água disponibilizada à população por meio de carros-pipa era de qualidade questionável, o que gerava sérias preocupações quanto à saúde pública. A participante da pesquisa mencionou, inclusive, que seu marido sofreu uma

infecção intestinal após consumir essa água, o que evidencia os riscos associados à falta de um abastecimento adequado e seguro na época.

Este cenário evidencia as condições precárias enfrentadas na época, onde a ausência de serviços básicos, como o fornecimento de água tratada, comprometia diretamente o bem-estar dos moradores e reforça a urgência de políticas públicas voltadas à melhoria da infraestrutura e à garantia de direitos fundamentais.

A entrevistada 04 também destacou a precariedade dos serviços de saúde disponíveis na época, mencionando que havia apenas um hospital público em funcionamento, localizado na Arse 51 (504 Sul). Este, operava em condições precárias, o que comprometia a qualidade do atendimento oferecido à população.

Tal situação não apenas expunha os moradores a riscos à saúde, mas também refletia a fragilidade das estruturas públicas de saúde naquele período, evidenciando a necessidade de uma intervenção governamental mais rigorosa para garantir a segurança e o bem-estar da população.

A entrevistada 04 também discorreu sobre melhoria na condição de vida a partir da posse do segundo prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos (1993-1996). Esta afirmou que assim que o novo prefeito assumiu o cargo, houve a implantação do asfalto e da rede de água.

O Eduardo como prefeito, a preocupação do Eduardo foi asfaltar toda a cidade. Ele asfaltou a cidade de uma vez. Sabe o que é pegar assim? A gente não via, só via pó. De uma certa forma foi bom, e de outra certa forma não foi, porque a gente gastou muito dinheiro, que foi um gasto muito grande, para depois ser tudo rasgado de novo, para ser feito tudo de novo. Vê, o Eduardo, ele ganhou como prefeito, aí ele construiu, teve a construção dessas casinhas e teve, ele veio e fez o asfalto todinho, asfaltou as ruas tudo, asfaltou tudo. Só que ele asfaltou e ele não colocou rede de esgoto (ENTREVISTADA 04).

A partir da fala da entrevistada 04, é possível verificar uma ambivalência sobre as políticas de infraestrutura implementadas durante o mandato de Eduardo Siqueira Campos. Por um lado, a pavimentação das vias públicas é vista como uma melhoria significativa, que trouxe benefícios imediatos à qualidade de vida da população, especialmente ao mitigar os problemas causados pela poeira, que foi um ponto destacado pelas participantes da pesquisa.

Esse tipo de investimento em infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento urbano, pois facilita a mobilidade, melhora a saúde pública e valoriza as propriedades. No entanto, a entrevistada 04 também levanta críticas importantes, apontando que a execução das obras foi incompleta e mal planejada. O fato de o asfalto ter sido colocado antes da instalação da rede de esgoto sugere uma falta de coordenação entre diferentes projetos de infraestrutura, resultando em desperdício de recursos públicos. A necessidade de “rasgar” o asfalto recém-

colocado para instalar a rede de esgoto não só implicou em custos adicionais, como também causou transtornos aos moradores e atrasou a realização plena dos benefícios esperados. Um problema que pode ter sido gerado decorrente da pressa em demonstrar resultados imediatos, que, a longo prazo, se mostram ineficazes.

A entrevistada 04 discorreu sobre diversos problemas decorrentes da falta da rede de esgoto na cidade, tais como enchentes e acidentes.

O serviço dele [Eduardo Siqueira] foi visto e foi bem aceito, por quê? Porque todo mundo estava na poeira. Aí o cara chega de uma vez e asfalta tudo. O povo vê só o asfalto passando, asfalto, asfalto, asfalto, asfalto, todo mundo viu o serviço na flor da pele. Só que quando o outro chegou [Odir Rocha] pegou na bagunça aonde tava... toda vez que chovia, puxava a carro, era acidente, a bagunça era feia, era feia aí ele teve que... rasgou a cidade todinha e fizeram a rede de esgoto que o Eduardo asfaltou mas não foi rede de esgoto, ele fez a rede de água, o Eduardo fez a rede de água, que não tinha, foi muito bom por isso né, agora rede de esgoto não, a rede de esgoto quem fez foi o Odir Rocha, o Odir Rocha que rasgou a cidade todinha e saiu colocando rede de esgoto (ENTREVISTADA 04).

A decisão de Eduardo Siqueira de asfaltar sem considerar a rede de esgoto é vista pela entrevistada como uma estratégia política para ganhar apoio popular de forma rápida, no entanto, falhou em garantir a sustentabilidade e a funcionalidade da infraestrutura posteriormente. Como resultado, a população acabou sofrendo com as consequências de uma infraestrutura incompleta, e a cidade teve que arcar com os custos e os transtornos de obras subsequentes para corrigir essa falha.

Além da implementação de infraestruturas e da entrega de loteamentos realizados pelo governo federal, estadual e municipal, as entrevistadas 03 e 04 relataram que também houve distribuição de materiais para a autoconstrução, e entregas de moradias de interesse social.

Eu sei que cada um que trabalhou né, os próprios donos da casa que um era pedreiro, outro era pintor, outro era carpinteiro, ajudante, um ajudava o outro. Tipo, 'a semana que vem nós vamos levantar a casa do Sr. Raimundo', por exemplo. Aí todo mundo se empenhava só em trabalhar naquela ali. Quando terminava aquela ali, aí já era outra, casa de outra pessoa. E era tudo jogo rápido. E o governo foi quem doou todo o material, e ainda pagava a mão de obra. Eles trabalhavam, eles ganharam o material, ganharam o lote, ganharam o material e ainda ganhava mão obra para trabalhar, construir sua própria casa, então assim, pra mim foi muito bom e justamente por isso que eu vou votar no Eduardo, se Deus quiser, eu sei que não vamos falar de política, mas tudo envolve política. E aí só foi crescendo, né? Só foi a crescer (ENTREVISTADA 03).

A iniciativa de distribuir materiais para a autoconstrução reflete uma política de incentivo à participação ativa dos beneficiários no processo de edificação de suas próprias residências, o que pode promover um senso de propriedade e envolvimento comunitário. Embora possa ser positiva em alguns aspectos, como o fortalecimento de vínculo da comunidade, essa abordagem apresenta desafios significativos.

Embora as entrevistadas não tenham abordado a questão da fiscalização das obras, é importante destacar que o modelo de autoconstrução, quando não acompanhado por assistência técnica e planejamento adequado, pode gerar habitações de qualidade desigual, expondo os moradores a possíveis riscos de segurança e conforto. A entrega de materiais sem o devido acompanhamento agrava essa situação, uma vez que famílias com maior conhecimento técnico ou recursos financeiros podem construir habitações superiores às de outras, mesmo dentro de um mesmo setor. Além disso, esse modelo de autoconstrução transfere a responsabilidade da provisão habitacional para a sociedade civil, desonerando o Estado de seu papel fundamental na garantia de moradias dignas, o que perpetua desigualdades estruturais e compromete a efetividade das políticas públicas habitacionais.

A distribuição de moradias de interesse social é um componente essencial das políticas habitacionais em contextos de alta desigualdade, como o da região abordada. No entanto, a eficácia dessas políticas depende não apenas da entrega física das casas, mas também do acesso contínuo a serviços básicos, infraestrutura e oportunidades econômicas para garantir a integração plena desses territórios ao tecido urbano. A entrevistada 03 relatou que após a entrega e construção de moradia as coisas começaram a melhorar na região, havendo, em seguida a instituição de escola, posto de saúde, e área para lazer, mesmo que, para a implementação desses equipamentos públicos, fora necessário muitas lutas e reivindicações.

No dia 18 de junho de 1993, com a promulgação da Lei nº 554/93, foi instituído o Colégio Criança Esperança. Segundo as entrevistadas 01, 02 e 03, as aulas da escola foram inicialmente realizadas em um galpão localizado na 303 Norte. A entrevistada 01 relatou que o terreno onde a escola foi construída foi doado por uma antiga proprietária que havia recebido o lote do governo. Ela cedeu o terreno, e a partir dessa doação foi erguido um barracão onde as primeiras atividades escolares ocorreram. Posteriormente, esse barracão foi ampliado, com a construção de quatro salas de aula e banheiros, o que permitiu o crescimento gradual do colégio, que hoje se apresenta com uma estrutura significativamente maior.

O Colégio Criança Esperança contou também com o suporte da Igreja Católica. De acordo com a entrevistada 03, a igreja contribuiu com a doação de brinquedos para as crianças e assistiu as famílias da região com doações de roupas e alimentos. Esse apoio foi mediado por uma freira de origem alemã, que desempenhou um papel central na mobilização de recursos e no auxílio às famílias sem condições financeiras. A partir da interação entre a instituição religiosa e a escola é possível observar a importância do engajamento comunitário e das redes de solidariedade na construção e sustentação de espaços educacionais em áreas de vulnerabilidade.

A entrevistada 01 mencionou sobre a implantação da praça e da quadra de esportes na 303 Norte, um processo que só se concretizou após oito anos de inúmeras reivindicações por parte dos moradores da região e promessas recorrentes do governo. A construção desses espaços de lazer reflete a persistente luta dos moradores para garantir a melhoria das condições de vida na região, destacando, ao mesmo tempo, a demora do poder público em atender às demandas básicas da população, e evidencia a desconexão entre as promessas governamentais e a realidade vivida pelas pessoas de menor poder aquisitivo, que muitas vezes enfrentam longos períodos de espera e mobilização antes de verem suas necessidades atendidas.

Também sobre espaço de lazer, a entrevistada 03 destacou a criação da Praia das Arnos como um marco importante para a área, fruto de uma mobilização comunitária significativa. A formação do Lago de Palmas, decorrente da construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães nos municípios de Miracema do Tocantins e Lajeado, trouxe impactos consideráveis à região, que antes era composta por um conjunto de chácaras. Com a invasão dos terrenos pelo lago, os proprietários foram indenizados, e a primeira iniciativa dos governantes foi a construção da Praia da Graciosa, projetada para ser um dos cartões-postais da cidade.

Em contrapartida, o movimento pela criação da Praia das Arnos surgiu de forma espontânea, impulsionado pelos moradores locais, predominantemente de baixa renda. Ao constatarem que a região estava tomada por capim e lama, os residentes começaram a se organizar para limpar a área e torná-la acessível, demonstrando, assim, a resiliência e a capacidade de auto-organização dos habitantes diante da negligência do poder público.

As participantes da pesquisa relataram que, durante o segundo mandato de Siqueira Campos como governador do estado (1995-1998), surgiram rumores de que ele ainda tentava transferir os moradores da Vila União para bairros mais distantes. Essas informações eram obtidas por meio de relatos de aliados que mantinham contato com alguns políticos. Entretanto, o governador não conseguiu efetivar a remoção desses moradores, uma vez que a Vila União já estava consolidada e bem estabelecida na região.

Embora muitos indivíduos tenham conquistado lotes, materiais para autoconstrução e até mesmo moradias, os recém-chegados frequentemente não obtinham esses benefícios de imediato e, conseqüentemente, eram obrigados a permanecer em ocupações irregulares.

A entrevistada 05 relatou que chegou a Palmas após os anos 2000. Tendo saído do interior do Maranhão, a entrevistada migrou para a capital tocantinense em busca de melhores oportunidades de emprego e estudo, influenciada por uma tia que havia se estabelecido recentemente na cidade. Antes de sua chegada, a entrevistada idealizava uma cidade estruturada e dinâmica; contudo, ao chegar, deparou-se com uma "cidade muito desocupada", com grandes

áreas vazias, que lhe transmitiam a sensação de estar ainda em uma localidade interiorana. Apesar da decepção inicial, resignou-se com a situação, afirmando: "aqui eu estava, aqui eu vim para fazer a vida, né?". Ela também expressou surpresa ao se deparar com a moradia de sua tia, onde passaria a residir. A habitação situava-se na Arno 72 (605 Norte), em uma área de ocupação irregular, composta por barracos de lona e madeira, tendo permanecido nesta por cerca de 5 anos.

Segundo Caminha (2018), as ocupações urbanas são vistas como uma forma de reivindicação do "direito à cidade", defendendo o acesso equitativo a todos os espaços e recursos urbanos, incluindo o uso de bens e serviços públicos, independentemente da posição social ou econômica do indivíduo. No entanto, estas ações muitas vezes enfrentam resistência e são parte de um esforço maior para obter reconhecimento e legitimidade.

Diferentemente dos relatos das participantes de pesquisa 01, 02, 03 e 04, a entrevistada 05, ao descrever suas experiências, destacou as violências e discriminações vivenciadas pelos moradores da ocupação da Arno 72 (605 Norte), tal área não faz parte do recorte da pesquisa, mas faz-se importante considerando que está localizada próximo à Vila União e foi constituída através de ocupação e da luta dos trabalhadores empobrecidos. Também vale ressaltar que se trata de um período distinto, marcado por intervenções governamentais mais amplas, diante do desenvolvimento, ainda que lento e gradual, do estado. A entrevistada 05, que ao chegar à cidade conseguiu um trabalho como empregada doméstica na residência em uma área nobre, localizada nas Arses, região sul de Palmas, comentou sobre as diferenças no tratamento dispensado pela guarda policial aos moradores das duas áreas.

Eu frequentava aquela parte ali das Arses, pois eu trabalhava nas Arse. Eu andava dentro das Arse, inclusive quando eu dormia na casa dessa minha patrona, nós andava dentro das Arse, a pés, entendeu? E não tinha essa repressão. À noite, não tinha. E já pra Vila união tinha essa repressão, né? (ENTREVISTADA 05).

O relato da entrevistada 05 evidencia uma nítida discrepância no tratamento das forças de segurança pública conforme a região da cidade, refletindo uma prática de repressão seletiva. A experiência de caminhar livremente em áreas nobres, na região sul, sem sofrer repressão policial, contrasta fortemente com a situação vivida na Vila União, onde os moradores enfrentavam uma presença policial ostensiva e opressiva.

Diante desse fator, a entrevistada 05 relatou a existência de uma política implícita e não oficializada na época, na qual os moradores das áreas ocupadas informalmente eram sujeitos a restrições de circulação durante determinados horários. Aqueles que desrespeitavam essa prática tácita, permanecendo fora de suas residências após às 22 horas, frequentemente se

tornavam alvos de diversos tipos de violência por parte das forças policiais. “Era tipo uma ditadura mesmo”, expressou a participante da pesquisa.

Você tinha o horário pra você sair e o horário pra você chegar porque se você chegar... porque se você chegasse tarde, seria capaz de apanhar, né? Ou a mulher ser abusada, entendeu? Tinha toda essa questão. A gente não sabia dizer ao certo o que ia acontecer com a gente, mas a gente sabia que as ameaças existiram, entendeu? Então, assim, tinha toda essa questão da insegurança, entendeu? Por mais que existisse a segurança e que a segurança era muito forte, mas era da própria segurança que vinha essa questão, entendeu? (ENTREVISTADA 05).

A repressão policial dirigida especificamente a regiões periféricas informalmente reforça a marginalização dessa população e perpetua um ciclo de exclusão. A fala da entrevistada 05 revela que, apesar do progresso e das intervenções governamentais, as políticas públicas falharam em tratar de maneira justa e igualitária todos os cidadãos, permitindo que a violência institucional se manifestasse de forma discriminatória.

Para evitar serem alvos de violência por parte das forças policiais, os moradores da região norte de Palmas adotaram uma estratégia de organização coletiva. Segundo o relato da entrevistada 05, eles combinavam horários específicos para se reunir em pontos estratégicos, de onde seguiam em grupos até as paradas de ônibus e, posteriormente, deslocavam-se juntos das paradas até suas residências, visando minimizar os riscos de agressões e assédios, sendo necessária essa autodefesa comunitária diante da ameaça constante de violência.

Apesar da opressão e violência enfrentadas, a participante da pesquisa mencionou que os moradores se viam impedidos de abordar publicamente sobre essas questões, uma vez que qualquer manifestação poderia resultar em perseguições, havendo uma nítida tentativa de intimidação e controle exercido sobre os ocupantes, onde a denúncia de abusos era silenciada pelo medo de retaliações.

Teve caso de líder mesmo que teve que ir embora, que teve que abandonar tudo, sumir com a família, entendeu? Teve todas essas questões aí, entendeu? Porque era muita perseguição, era muito. Porque, como eu te falo, você não poderia ficar falando [dos abusos e violências] ... Nunca, nunca que você ia cogitar um trem desse. Era questão assim, nem emprego, nem emprego você iria encontrar, Você não achava, as portas se fechavam, ninguém não queria, não queria de jeito nenhum, entendeu? (ENTREVISTADA 05).

A entrevistada 05 destacou ainda a repressão e censura que também predominava na época em relação à cobertura midiática das expressões da questão social e políticas, descrevendo um ambiente onde a liberdade de expressão era severamente limitada, com os jornalistas incapazes de relatar a verdadeira gravidade das situações devido ao medo de retaliação.

Segundo a entrevistada, aqueles que se manifestavam contra o governo, ou ousavam expor as injustiças, enfrentavam perseguições, não apenas a si próprios, mas também às suas famílias. Esse "silêncio imposto" reflete uma estratégia de controle social, onde a omissão de informações e a repressão eram ferramentas utilizadas para impedir a mobilização popular, demonstra ainda a vulnerabilidade dos mais pobres e a manipulação das narrativas públicas para ocultar as desigualdades e abusos cometidos por aqueles no poder.

Além de enfrentarem a violência e o silenciamento, a entrevistada relatou que a população também vivia sob constantes ameaças de destruição dos seus barracos. De fato, esses barracos chegaram a ser destruídos em uma ocasião, reforçando o clima de insegurança e vulnerabilidade que permeava a vida dos moradores.

Uma vez foi avisado, só que teve a... questão da resistência, a gente resistiu, não saímos, família nenhuma saiu, então tardou, mas chegou. Teve esse dia que realmente os tratores vieram e passaram por cima de várias construções ali, sabe, várias mesmo, várias famílias que já tinham ali seus barracos, tinham seus pertences, perderam, alguns pertences foram salvos no meio desse conflito todo, porque enquanto o trator estava destruindo um baraco, a gente estava correndo pra tirar as coisas do barraco dos outros, entendeu? (ENTREVISTADA 05).

A resistência dos moradores, que optaram por não sair da ocupação, mesmo diante das ameaças e tentativas de destruição de suas moradias, demonstra a falta de alternativas habitacionais viáveis. A entrevistada 05 relatou que era inviável, para a classe trabalhadora empobrecida que estava migrando para Palmas à procura de emprego, arca com o valor dos imóveis na época, tanto para comprar, quanto para aluguel, “era muito caro, muito caro mesmo, as famílias não tinham condição de se manter, para quem estava chegando, não tinha condição de se manter, tipo eu, eu cheguei com 40 reais no bolso em Palmas, sem serviço, eu ia me manter de que?”, tendo a ocupação como a única opção.

Após a demolição das moradias, parte dos ocupantes buscou abrigo nas residências de pessoas que já possuíam habitações regularizadas, enquanto outros optaram por ocupar um loteamento denominado 'Água Fria', localizado no extremo norte de Palmas. Esse movimento ocorreu por temor de retornar à quadra Arno 72 e enfrentar novamente a destruição de suas moradias.

A entrevistada 05 relatou que levou cerca de duas semanas para que os barracos fossem reconstruídos, embora em menor escala, devido à escassez de materiais disponíveis para as famílias. Além disso, nem todos os antigos moradores decidiram retornar àquela ocupação.

Diante das constantes ameaças e do receio de perderem novamente suas moradias, os ocupantes começaram a se organizar, adotando um sistema de revezamento para vigiar as residências. O objetivo dessa estratégia era garantir que, caso alguém chegasse para demolir ou

incendiar os barracos, os moradores pudessem, ao menos, retirar seus pertences das construções.

[...] tinha sempre aquele medo de todo mundo dormir, agarrar um sono profundo e uma hora acordar com os barracos tudo incendiado porque tinha também essa questão, ‘vão incendiar, vai incendiar o barraco’. Era tão tal que ali, à noite, tinha sempre as pessoas que ficavam responsáveis por não dormir à noite, entendeu? Tipo um vigilante que ficava o tempo todo ali, para se caso chegasse, acontecesse ou tivesse essa questão de incendiar os barracos, acordasse os que estavam dormindo, que estavam descansando [...] (ENTREVISTADA 05).

A fala destaca o estado de alerta contínuo em que os moradores viviam, que, inclusive, não permitia que os ocupantes tivessem um descanso de qualidade, pois o medo de um ataque iminente era constante, podendo perceber a precariedade das condições de vida enfrentadas por estes, onde a proteção e a dignidade humanas eram constantemente violadas.

Diante das diversas batalhas enfrentadas, a entrevistada 05 relatou que o grupo de ocupantes encontrou apoio no Movimento Nacional de Luta pela Moradia- MNLM, a organização se engajou ativamente, realizando visitas à ocupação da quadra Arno 72, oferecendo orientações e suporte aos moradores. Caminha (2018) destaca que os movimentos de ocupação questionam a legitimidade de deixar propriedades privadas sem uso, considerando que estas poderiam ser utilizadas para atender necessidades sociais, como habitação, centros comunitários, etc., cumprindo uma função social e não ficarem inativas quando há demanda por seu uso.

[...] a gente encontrou esse apoio do MNLM, né, que era aqui da 132 [1306 sul], e aí só que eles não estavam diretamente dentro dos barracões, eles iam fazer a visita, né, passavam aquelas orientações ali para a população, faziam aquelas reuniões ali no fundo mesmo dos quintais, ali naquelas área verde ali que tinha em torno, a gente ia assistir a reunião, eles passavam e falavam ‘olha o governo vai estar propondo isso, isso, isso, isso’, se a gente visse que era viável para nós, como várias vezes foi proposto alguns lugares das retiradas dos barracos de lá para outras regiões, mas eles queriam outras regiões bem distante, bem distante do centro, onde não tinha nem transporte, porque eles falavam assim, foi falado até essa frase é muito conhecida ali nas Arnos, para os moradores mais antigos, falavam que o velho Siqueira Canto dizia assim que Palmas, o centro, não era lugar para pobre, que pobre tinha que estar bem distante do centro. E assim, eles queriam jogar a gente para outras regiões bem distantes, segundo as pessoas que estavam ali na frente, na linha de frente, falavam ‘olha, é muito distante, como é que um pai de família vai trabalhar, como é que uma criança vai estudar, não tem escola, não tem transporte’, então assim, daí era onde nascia a resistência né, a gente via que aquilo não era bom pra nós e a gente não aceitava não aceitava as propostas que vinha né do governo pra gente, porque não era viável pra nós, entendeu? (ENTREVISTADA 05).

A entrevistada 05 destacou a importância da solidariedade e da organização coletiva na luta por direitos e dignidade. Afirmou ainda que o MNLM trouxe um senso de orientação aos ocupantes, que se reuniam em espaços informais para discutir as propostas do governo e as estratégias de resistência. A partir da fala da entrevistada, onde esta afirma que o governo

pretendia realocá-los para áreas distantes e desprovidos de infraestrutura, é possível observar mais uma vez a tentativa de se instituir uma política de exclusão e segregação socioeconômica. Essa inclinação de afastar as populações mais vulneráveis dos centros urbanos, reflete uma tentativa de invisibilizar a pobreza e manter as áreas centrais reservadas às elites.

A entrevistada 05 evidenciou que após as orientações e reuniões promovidas pelo MNLM, os ocupantes desenvolveram mais ainda consciência crítica e uma maior resistência, além de que o deslocamento para áreas localizadas no extremo da cidade comprometeria ainda mais suas condições de vida, especialmente em termos de acesso ao trabalho, educação e outros serviços essenciais, e como consequência continuaram desafiando a narrativa de que certos espaços urbanos não são para todos.

Além do esforço para promover a construção de uma consciência política entre os ocupantes, a entrevistada 05 relatou que o MNLM também realizava o cadastramento das famílias para análise de perfil socioeconômico, visando a participação em sorteios de moradias de interesse social. No entanto, a entrevistada mencionou que a liderança do movimento sofria mudanças frequentes, e essas transições resultavam na perda dos cadastros anteriormente realizados, obrigando as famílias a passarem pelo processo de recadastramento diversas vezes. Esse fator gerava uma sensação de insegurança e desconfiança entre os moradores, que se viam constantemente submetidos a um processo burocrático instável e incerto.

Ademais, os moradores da ocupação enfrentavam uma dupla luta: por um lado, resistiam às pressões do Estado na busca por áreas e moradias regularizadas; por outro, precisavam lidar com indivíduos que, de forma oportunista, se infiltravam entre os grupos mais vulneráveis, fingindo pertencer à classe de menor poder aquisitivo para obter benefícios indevidos, como a aquisição de múltiplas residências. Essa dinâmica acrescentava uma camada de complexidade e desconfiança ao movimento, intensificando as dificuldades enfrentadas na busca por justiça social e moradia digna.

As visitas realizadas pelo MNLM, que aconteciam a cada dois meses, conforme relatado pela entrevistada 05, tinham também o propósito de monitorar a estabilidade dos moradores na ocupação, identificando se havia uma rotatividade frequente de ocupantes. O Movimento buscava averiguar quais moradores realmente permaneciam na área e pertenciam à classe trabalhadora empobrecida, garantindo que os recursos e esforços fossem direcionados àqueles que necessitavam de uma residência digna.

Eles dependia da mão de obra do menos, do mais frágil, mas não queria de fato legalizar, ou dar uma área ali no centro para que aquelas famílias se estabilizarem ali, entendeu? Tipo assim, ‘eu preciso de você, mas não quero você aqui’, entendeu? ‘Quero o seu serviço, mas não quero você aqui. Eu não quero acordar e saber que tem

isso aqui do meu lado, na minha casa. Que tá acontecendo isso’, entendeu? Então teve toda essa questão (ENTREVISTADA 05).

A partir da fala da participante da pesquisa, é possível observar a contradição nas relações de poder e classe social em Palmas, evidenciando uma dinâmica na qual a elite econômica e o Estado exploram a mão de obra das classes mais vulneráveis, mas ao mesmo tempo rejeitam a presença física dessas mesmas pessoas em áreas privilegiadas da cidade, evidenciando um padrão de exclusão socioespacial, onde os trabalhadores são considerados essenciais para o funcionamento e desenvolvimento urbano, mas são marginalizados e impedidos de se estabelecerem em locais centrais

A participante da pesquisa afirmou que os moradores permaneceram nessa situação de violência, resistência e luta contínua por aproximadamente 6 anos. Após diversos conflitos e negociações, algumas famílias foram finalmente contempladas com apartamentos e transferidas para a Arse 132 (1306 Sul), uma quadra localizada a cerca de 5 km do centro da cidade, relativamente próxima às áreas centrais. No entanto, segundo a entrevistada, outras famílias continuaram resistindo na ocupação da Arno 72 (605 norte) por mais um ano. Posteriormente, essas famílias foram deslocadas para o Lago Sul, uma região significativamente mais distante, situada a cerca de 18 km do centro urbano.

A concessão de apartamentos a algumas famílias na Arse 132 (1306 Sul) pode ser considerada uma vitória parcial, uma vez que essas famílias conseguiram acesso a uma moradia mais próxima do centro, o que potencialmente facilita o acesso a serviços e oportunidades de emprego. No entanto, o deslocamento de outras famílias para o Lago Sul, uma região consideravelmente mais afastada, levanta questões sobre a justiça social e espacial dessas políticas de reassentamento.

a resistência de vir para a portelinha [Arse 132/1306 Sul], é porque a portelinha foram prédios então o pai de família, a mãe de família que tinha cinco, seis filhos naquela época, um apartamento daquele dali não suportava a família, era preferível que ficasse no barraco que as famílias brincasse, que as crianças brincassem tivesse aquele convívio ali do que está trancafiado, entendeu? Havia muitos pais de família que tinha essa resistência e outros que tinham medo mesmo, falavam que ia cair em cima, que iria cair em cima da cabeça, ‘que eu não vou, vai matar meus filhos’, tinha toda essa questão da falta de informação, então teve essa resistência. Beleza, aí aqueles que não quiseram ir e pleitear e que não foram pleiteado pela questão da família, aquele que não foi pleiteado pelas casas populares aqui pelos apartamentos aqui da 132 da Portela, ficaram lá, continuaram lá, não saíram, ficaram. Depois acho que quase oito meses, nove meses, quase se extinguindo por um ano, teve um novo recadastramento dessas famílias que não queriam sair de lá. Não queria sair. Aí foi quando foi dada a questão do Lago Sul, ‘vamos construir casa no Lago Sul para beneficiar o restante das famílias que ficaram’ (ENTREVISTADA 05).

A falta de informação e a ausência de uma comunicação eficaz por parte das autoridades, ocasionou a resistência das famílias em aceitar os apartamentos baseado no medo de que os prédios não fossem seguros. A fala também revela que as soluções habitacionais oferecidas pelo Estado nem sempre são adequadas às necessidades reais das famílias, a entrevistada expressa que os apartamentos de interesse social da Arse 132 eram vistos como insuficientes para abrigar famílias grandes, levando muitos a preferirem continuar em barracos, onde havia mais espaço para a convivência familiar e para as crianças brincarem. Essa inadequação pode ser interpretada como uma falha no planejamento urbano, que não leva em conta a diversidade das estruturas familiares e suas necessidades específicas.

A criação do Lago Sul em Palmas, localizado em uma região significativamente distante do centro da cidade, reforça e aprofunda a segregação socioespacial já existente na capital. Podendo se configurar como um exemplo de como políticas de desenvolvimento urbano que, de maneira velada, perpetuem processos de exclusão, mantendo as populações de menor poder aquisitivo distantes dos centros de decisão e das oportunidades de crescimento urbano, ao invés de promover a efetiva integração socioespacial.

4.5 Vila União após a luta e resistência

Como mencionado pelas pessoas entrevistadas, a implantação da Vila União foi um processo gradual e conturbado, caracterizado pela resistência dos moradores, a intervenção de movimentos sociais, e as dificuldades impostas tanto pelas condições materiais quanto pelas manobras políticas. Mesmo com as adversidades, os então ocupantes conseguiram se estabelecer e construir uma identidade própria, resistindo às tentativas de remoção e lutando por melhorias em sua qualidade de vida.

Após intensas manifestações e reiteradas reivindicações por parte dos moradores, o bairro foi gradualmente contemplado com uma série de serviços e infraestrutura essenciais. Atualmente, a Vila União conta com uma escola localizada na 303 Norte, um posto de saúde na 307 Norte, espaços de lazer, como praças e uma praia, além de um posto policial e feira comunitária. Além disso, a região dispõe de infraestrutura básica, incluindo pavimentação asfáltica, energia elétrica, e redes de água e esgoto. Esses avanços representam o resultado de um longo processo de mobilização e luta dos moradores da região.

A implementação dos diversos equipamentos públicos na Vila União pode ser considerada uma conquista significativa. No entanto, as entrevistadas destacaram que muitos desses equipamentos encontram-se atualmente em estado de sucateamento. As praças, por

exemplo, apresentam aparelhos de academia enferrujados, parquinhos infantis danificados, ruas e calçadas esburacadas, o que aumenta o risco de acidentes. Esse fator evidencia a falta de manutenção adequada e a necessidade contínua de investimentos para assegurar a qualidade dos espaços públicos nessas localidades.

A entrevistada 01 ressaltou que a 303 Norte não possui uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para atender diretamente os moradores da quadra. Em vez disso, a quadra conta apenas com uma policlínica pública, que realiza exames mediante encaminhamento. Para consultas médicas, os residentes da 303 Norte são obrigados a se deslocar para outra quadra. A entrevistada também evidenciou que o atendimento é demorado, refletindo a alta demanda de pacientes que buscam assistência na UBS, o que agrava ainda mais a situação de acesso à saúde para esse população.

A entrevistada 01, usuária do transporte público, destacou que o sistema de transporte coletivo foi implantado na cidade por volta de 1994. Ela relatou que, inicialmente, considerava a qualidade do transporte melhor, destacando que os ônibus cobriam toda a cidade, havendo uma única rota. No entanto, a entrevistada expressou insatisfação com a atual qualidade do transporte público, mencionando frequentes quebras dos veículos e a necessidade de utilizar dois a três ônibus para chegar a determinados destinos, devido à redução das rotas. Além disso, ela observou que os ônibus não entram mais nas quadras residenciais, como faziam anteriormente, o que aumenta a sensação de insegurança, especialmente para aqueles que utilizam o transporte público à noite.

Embora os moradores da Vila União tenham alcançado significativas conquistas ao longo dos anos, como a implementação de equipamentos públicos e a provisão de serviços essenciais, a precarização atual de grande parte desses espaços indica um descompromisso gradativo do poder público, refletindo a perpetuação das disparidades socioeconômicas e do estigma social que incidem sobre os moradores. A ausência de uma manutenção adequada e a carência de investimentos sugerem que as demandas da Vila União permanecem marginalizadas, reforçando a segregação socioespacial. Desse modo, o caso da Vila União expõe tanto os desafios enfrentados por populações de baixa renda para se consolidarem em áreas de interesse urbano quanto a relevância da articulação coletiva para resistir e promover transformações no espaço urbano, reiterando a necessidade de uma gestão pública comprometida com a inclusão socioespacial e o desenvolvimento equitativo da capital tocantinense.

5 CONCLUSÃO

A conclusão deste trabalho dissertativo tem como objetivo sintetizar os resultados mais relevantes que emergiram após um extenso período de estudo e análise de revisões bibliográficas, leitura e interpretação de dados obtidos diretamente da realidade investigada. A combinação dessas abordagens teóricas permitiu a elaboração de uma compreensão robusta e detalhada sobre o tema em questão, possibilitando a apresentação de insights e conclusões que podem contribuir para o avanço do conhecimento na área estudada.

Inicialmente, buscou-se contextualizar as origens históricas do capitalismo, processo que marcou a transição para o modo de produção capitalista, caracterizado pela desapropriação violenta de terras e pela concentração de recursos nas mãos de uma minoria, gerando a formação de uma classe trabalhadora destituída de meios de subsistência.

As transformações socioeconômicas observadas no período da gênese do capitalismo na Inglaterra e no contexto de industrialização e urbanização no Brasil pré-século XX revelam paralelos importantes em termos de exploração da força de trabalho e de expropriação dos meios de subsistência das classes populares. Na Inglaterra, durante o processo de acumulação primitiva, camponeses que antes detinham pequenas propriedades foram desapropriados, perdendo o acesso à terra e, conseqüentemente, sua autonomia produtiva. Esse movimento de expropriação e cercamento das terras comuns converteu os antigos camponeses em proletários destituídos, forçando-os a vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência. O resultado foi uma oferta abundante de mão de obra assalariada, cujo valor de remuneração era insuficiente para atender às necessidades básicas de subsistência, evidenciando uma estratégia de dominação que subjogava os trabalhadores às novas exigências do mercado capitalista emergente.

De modo análogo, no Brasil, o avanço da industrialização e a primeira onda de urbanização, ocorrida principalmente entre o final do século XIX e o início do século XX, recriaram um processo similar de exploração e precarização das condições de trabalho. A expansão das atividades industriais e agrícolas voltadas para a exportação, aliada à transformação do espaço urbano, gerou uma intensa demanda por mão de obra barata, que foi suprida por trabalhadores despossuídos de recursos e pressionados pela crescente urbanização. Esses trabalhadores, muitas vezes ex-camponeses que migraram para as cidades em busca de oportunidades ou foram expulsos das terras pela concentração fundiária, desempenhavam funções de baixo custo no setor agrícola e industrial, recebendo salários que, assim como no contexto inglês do século XVIII, eram insuficientes para assegurar suas condições de vida.

Embora separados temporal e espacialmente, os processos históricos observados na Inglaterra e no Brasil compartilham a característica de transformar trabalhadores em mão de obra abundante e facilmente explorável, consolidando uma estrutura social que aprofunda as desigualdades e concentra a riqueza em detrimento das classes trabalhadoras. Assim, o que se vê é a permanência de um padrão de acumulação que, apesar de adaptar-se a diferentes contextos e momentos históricos, mantém como elemento central a subordinação dos trabalhadores a condições que garantem a reprodução do capital, enquanto dão continuidade a precarização de suas vidas.

Durante o processo de acumulação primitiva, a desapropriação das terras camponesas gerou uma massa de indivíduos que, desprovidos de qualquer meio de subsistência, passaram a ser vistos como mendigos, assaltantes e “vagabundos”. A resposta do Estado foi a criação de leis severas contra a “vagabundagem”, que previam punições como açoites, escravização temporária ou até mesmo a deportação para as terras de origem, caso esses indivíduos não estivessem inseridos em um trabalho formal. Essas medidas repressivas tinham como objetivo disciplinar e controlar essa população, forçando-a a aceitar as condições impostas pelo nascente mercado de trabalho capitalista.

Situação semelhante ocorreu no Brasil durante os processos de urbanização e industrialização, quando a classe trabalhadora, especialmente as camadas mais pobres, passou a ser vista pela elite e pelos setores políticos como um entrave ao ideal de “progresso e modernidade”. A presença de trabalhadores em condições precárias e em ocupações informais nas áreas urbanas contrastava com a imagem de ordem e desenvolvimento que se buscava projetar nas cidades em crescimento. Assim, políticas higienistas e práticas de remoção forçada de populações pobres emergiram como estratégias para “limpar” os centros urbanos e controlar as classes populares, produzindo a segregação espacial e social, reforçando também a tentativa de disciplinar e invisibilizar os trabalhadores pobres no Brasil e refletindo a mesma lógica de controle e exclusão que marcou a acumulação primitiva na Europa.

Essa tentativa de controle social, observada na Inglaterra entre os séculos XV e XVIII e em diversas regiões brasileiras durante o início do desenvolvimento industrial e urbano, também se manifestou em Palmas, apesar de a capital tocantinense ter sido criada a partir de um denso planejamento urbanístico e já inserida em um contexto de consolidação de leis urbanas e direitos sociais.

Para Palmas foi desenvolvido um projeto urbanístico que buscava promover uma cidade moderna, integrada e sustentável, contemplando diversos aspectos voltados para a qualidade de vida dos moradores e a organização espacial. Entre os princípios previstos no projeto, destaca-

se para a então pesquisa o objetivo de prevenir a segregação socioespacial, distribuindo os usos habitacionais e atividades econômicas de forma equilibrada, com a previsão de uma densidade populacional de 300 habitantes por hectare no interior das quadras, evitando a formação de grandes vazios urbanos.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, constatou-se que o princípio citado anteriormente foi desrespeitado logo nas etapas iniciais de implantação da capital. As entrevistadas, assim como as fontes bibliográficas consultadas, apontaram a criação das Aurenys como um exemplo desse descumprimento. Essa região, situada na extremidade sul da cidade, foi destinada a abrigar grande parte dos trabalhadores que migraram para Palmas com o intuito de participar da construção da nova capital, evidenciando a prática de direcionamento das populações mais vulneráveis para áreas periféricas desde os primeiros anos de formação urbana.

Esse processo refletiu um padrão de segregação que se intensificou ao longo do tempo, resultando em um cenário marcado por déficits habitacionais significativos e pela presença de uma forte especulação imobiliária, especialmente nas áreas mais valorizadas. Os elevados preços dos lotes próximos ao centro tornaram o acesso a essas regiões inviável para a população de baixa renda, forçando-a a buscar moradia em áreas mais afastadas e menos valorizadas, nas quais a infraestrutura urbana e os serviços públicos demoram chegar, e quando chegam, são muitas vezes insuficientes e precários.

Diante desse contexto, a presente pesquisa teve como objeto de estudo as ocupações urbanas localizadas na região das Arnos, mais especificamente no bairro “Vila União”, situada na capital do estado do Tocantins. O bairro fica localizado no centro da cidade, e é habitado por pessoas que fazem parte da classe trabalhadora, contrariando a lógica de enviar para distante do centro a classe trabalhadora. Diante dos desafios urbanos e sociais que caracterizam Palmas, a realização desta pesquisa revelou-se essencial para compreender as dinâmicas de ocupação e as implicações da segregação socioespacial na cidade.

A realização desta pesquisa foi marcada por desafios significativos, que reforçam a importância e o rigor do estudo conduzido. Inicialmente, a experiência com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) foi dificultada pela demora na resposta e na aprovação do projeto, o que gerou atrasos consideráveis no andamento da pesquisa. Além disso, houve uma significativa dificuldade na localização dos sujeitos que compunham o público-alvo pretendido para as entrevistas. Muitos dos participantes originalmente visados já não residiam na área ou eram de difícil acesso, o que exigiu um esforço adicional na busca por fontes que pudessem contribuir de forma relevante para o estudo. Esses obstáculos, embora desafiadores, ressaltam a

complexidade do processo de pesquisa em campo, especialmente quando se trata de estudar áreas que passaram por transformações significativas. Embora a região tenha emergido de uma ocupação urbana, ela se desenvolveu e não é mais caracterizada como tal, o que introduz desafios únicos, pois as dinâmicas sociais e a acessibilidade dos participantes mudaram ao longo do tempo, exigindo do pesquisador uma adaptação constante e uma abordagem sensível para captar as experiências e histórias dessas pessoas em um contexto que já não é o mesmo de antes.

As entrevistadas da pesquisa e moradoras da primeira etapa da Vila União (303N, 305N, 307N), não relataram episódios de repressão ou violência física direta praticada pelo poder estatal durante o período de ocupação da região. Presume-se que essa ausência de relatos possa estar relacionada à limitada presença de forças de repressão, como a polícia, na época em que a ocupação ocorreu. A incipiente estrutura estatal e a baixa capacidade de controle territorial naquele momento podem ter restringido as ações coercitivas, resultando em uma forma de resistência menos marcada por conflitos diretos com o aparato de segurança pública e mais caracterizada por estratégias de permanência e organização comunitária no território ocupado.

Tais participantes da pesquisa enfatizaram que o governo estadual, sob a gestão de Siqueira Campos, demonstrava um claro interesse em destinar a área ocupada para a classe de alto poder aquisitivo. Segundo suas percepções, uma das estratégias utilizadas para atingir esse objetivo foi a não regularização fundiária da região, deixando os moradores originais sem qualquer tipo de infraestrutura básica, enquanto se promovia a construção das Aurenys, um conjunto habitacional destinado a trabalhadores, localizado em áreas periféricas, distantes do centro urbano. No entanto, com a posse do governador seguinte, Moisés Avelino, ocorreu a regularização fundiária parcial e a implementação de alguns equipamentos públicos e infraestrutura na área. Essa mudança, contudo, não ocorreu de forma pacífica, sendo resultado de intensas lutas e manifestações dos moradores locais, que reivindicava melhores condições de vida e o direito à permanência digna no território.

De acordo com as entrevistadas, as manifestações por melhores condições de vida, incluindo a instalação de infraestrutura e equipamentos públicos, frequentemente ocorriam em frente a instituições estatais, como a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal. Contudo, apesar de exercerem o legítimo direito à mobilização e reivindicação, muitas vezes os manifestantes enfrentavam barreiras que limitavam sua liberdade de expressão e participação, sendo impedidos de efetivar suas demandas e pressionar o poder público por melhorias na região.

Já entrevistada 05 relatou que sua experiência de ocupação na Arno 72 (atual 605 Norte) foi marcada por episódios de violência e discriminação. Embora essa área não seja considerada pelos autores como composição da Vila União, a Arno 72 que está situada também na região norte de Palmas, próxima ao território de interesse da pesquisa, é considerada por muitos moradores parte da Vila União e evidencia dinâmicas de exclusão e repressão se manifestaram de formas distintas dentro de um mesmo contexto urbano. É importante evidenciar que a ocupação dessa quadra (605N) aconteceu nos anos 2000, aproximadamente 10 anos depois das ocupações nas quadras (303N, 305N e 307), e que tal época os aparelhos públicos e de repressão do estado já estavam mais consolidados.

A participante da pesquisa descreveu a existência de uma política implícita e não oficializada na época, na qual os moradores das áreas ocupadas informalmente eram submetidos a restrições de circulação em determinados horários, limitando sua liberdade de ir e vir. Além disso, mencionou a presença constante de repressão policial, que se manifestava por meio de ameaças de destruição dos barracos e pela vigilância ostensiva, criando um ambiente de constante tensão e insegurança. Apesar da opressão e violência enfrentadas, a participante destacou que os moradores se viam impedidos de abordar publicamente essas questões, uma vez que qualquer manifestação ou tentativa de denúncia poderia desencadear perseguições e retaliações. Esse cenário gerava uma nítida tentativa de intimidação e controle, onde a denúncia de abusos era sistematicamente silenciada pelo medo. Entretanto, mesmo diante de tais adversidades, a entrevistada enfatizou a importância da solidariedade e da organização coletiva como mecanismos essenciais na luta por direitos e pela dignidade, pois foi por meio dessas estratégias que os moradores resistiram e conquistaram avanços, ainda que limitados.

Assim como na acumulação primitiva, em que a violência e a coerção foram utilizadas para separar os produtores diretos dos meios de produção — as terras —, as práticas repressivas relatadas pela participante tinham como função assegurar a não fixação dos trabalhadores nas proximidades do centro da cidade, áreas estas de maior interesse econômico e urbanístico. A ameaça e destruição dos barracos, as restrições de circulação e o silenciamento das manifestações funcionavam como ferramentas para enfraquecer as comunidades e facilitar o deslocamento dessas populações para regiões periféricas e carentes de infraestrutura, permitindo a apropriação dos espaços centrais por grupos com maior poder aquisitivo.

Essa semelhança com a acumulação primitiva não se dá apenas no nível da violência física e psicológica, mas também no uso de estratégias de invisibilização e criminalização dos sujeitos que resistem. Assim como os camponeses europeus expropriados eram tratados como "vagabundos" sem direitos e impedidos de buscar alternativas, os moradores das ocupações

urbanas, especialmente em suas fases iniciais, são frequentemente marginalizados e deslegitimados pelo discurso dominante que normalmente os classifica como "invasores" e "ilegais", criando um ambiente onde qualquer resistência é vista como uma ameaça à ordem e ao progresso — uma narrativa que, no caso de Palmas, é reforçada pela idealização de uma cidade planejada para as elites e de acordo com um projeto de modernidade excludente.

Assim como os camponeses expropriados buscaram alternativas para garantir sua sobrevivência e dignidade, mesmo diante de processos de repressão, os moradores das ocupações em Palmas, ao fortalecerem suas redes de apoio e manifestarem-se, desafiaram a lógica dominante e transformaram o cenário local, instituindo uma organização comunitária que redefine o espaço urbano a partir de uma perspectiva popular, demonstrando que a apropriação e a permanência são, em si, formas de resistência e contestação às lógicas de acumulação e exclusão capitalista.

Se a classe trabalhadora não tivesse ousado ocupar a região que hoje constitui a Vila União, é provável que esses indivíduos não tivessem garantido sua permanência em uma área tão central de Palmas. Sem a resistência e a mobilização necessárias para reivindicar esse território, muitos desses moradores teriam sido realocados para regiões periféricas, como as Aurenys ou até mesmo o distante bairro do Taquari, conforme previa o planejamento urbano inicial, que direcionava a população de baixa renda para áreas afastadas do núcleo urbano. A apropriação desse espaço não apenas assegurou a presença das classes populares em um setor valorizado da cidade, mas também resultou em uma luta contínua contra processos de segregação e exclusão socioespacial. Entretanto, apesar dessa conquista, a Vila União permanece estigmatizada, sendo frequentemente vista como uma área marginalizada e alvo de preconceitos sociais, o que evidencia a persistência de estereótipos que deslegitimam sua importância no contexto urbano e histórico de Palmas. Torna-se, assim, fundamental abordar criticamente esse estigma social, a fim de reconhecer a ocupação da Vila União como um símbolo de resistência e reivindicação do direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Napoleão Araújo de. A construção de Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair. **A (Trans) Formação Histórica do Tocantins**. Editora UFG. 2002.
- AMARAL, Francisco Otaviano Merli do. **Especulação imobiliária e segregação social em Palmas do Tocantins: uma análise a partir dos programas habitacionais no período de 2000 a 2008**. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- ARBUÉS, Margareth P. A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958 - 1988). In: GIRALDIN, Odair. **A (Trans) Formação Histórica do Tocantins**. Editora UFG. 2002.
- BAZZOLI, João Aparecido. **Palmas em foco: Contradições de uma cidade planejada**. EDUFT. Palmas – TO. 2019.
- BESSA, Kelly; LUCINI, Andreia Cristina Guimarães Cantuaria; SOUZA, Janaína Augusta Neves. Do plano à produção territorial da cidade: uma análise a partir da habitação em Palmas-TO. **GeoTextos**, vol. 14, n. 1, julho 2018. K. Bessa, A. Lucini, J. Souza. 125-154.
- BESSA, Kelly; OLIVEIRA, C. F. P. Ordem e desordem no processo de implantação de Palmas: a capital projetada do Tocantins. **GEOUSP (Online)**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 497 – 517, mai./ago. 2017.
- BOULOS, Guilherme. **Porque ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem tetos. São Paulo: SCORTECCI, 2014.
- BRITO, Eliseu Pereira de. PLANEJAMENTO, ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E OCUPAÇÃO FRAGMENTADA EM PALMAS. **Caminhos de Geografia Uberlândia** v. 11, n. 34 jun/2010 p. 94 - 104
- CAMINHA, Julia Vilela. **Sobre as ocupações urbanas e suas potencialidades como comum**. XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista. Barcelona, 7-12 de mayo de 2018.
- CARMO, D. F. d., MAGALHÃES, H. G. D., Marón Lamadrid, J. R., & Freitas, M. J. C. C. (2007). Nascente do Córrego Suçuapara – um espaço para a educação escolar. **ETD - Educação Temática Digital**, 8(2), 90-100. Disponível em: <<https://nbnresolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-73548>>
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santos Rosa, **O Discurso Autonomista do Tocantins: Primeiras Manifestações**. In: GIRALDIN, Odair. **A (Trans) Formação Histórica do Tocantins**. Editora UFG. 2002.

COCOZZA, Glauco de Paula. **Paisagem e Urbanidade: Os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas.** Tese (Doutorado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) - FAUUSP. São Paulo, 2007.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Terezinha Ramos. **O processo de urbanização no Brasil.** EdUSP, 1999.

DECCA, Edgar; MENEGUELLO, Cristina. **FÁBRICAS E HOMENS** A Revolução Industrial e o cotidiano dos trabalhadores. Atual Editora, 5ª Edição. São Paulo. 1999.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C. UTILIZANDO ESTUDO DE CASO(S) COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA QUALITATIVA: BOAS PRÁTICAS E SUGESTÕES. **ESTUDO & DEBATE**, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

FREIRE, Vanesa Miranda; SANTOS, Miguel Rosa dos. O TRABALHADOR E A SUA LUTA NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA – 1760 a 1895. **Gestão & Tecnologia.** Faculdade Delta. Ano XI, V. 1 Edição 34. Jan/Jun 2022.

FUJITA, Camila. **Dilema urbano - ambiental na formação do território brasileiro: desafios ao planejamento urbano no Brasil.** Tese (Doutorado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) - FAUUSP. São Paulo, 2008.

GONSALVES, E.P. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Alínea, 2001.

GOUVEA, L.A.C. **Brasília: a capital da segregação e do controle social: uma avaliação da ação governamental na área da habitação.** São Paulo: Annablume, 1995.

HERRERA, Carlos Miguel. ESTADO, CONSTITUIÇÃO E DIREITOS SOCIAIS. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 102 p. 371 - 395 jan./dez. 2007

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do Capital.** DP&A editora. Rio de Janeiro. Brasil. 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Nebli. 2016. Itapevi - SP.

LEME, M.C.S. A Formação do Pensamento Urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: **Urbanismo no Brasil 1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel; FAU-USP: FUPAM, 1999. p. 20-38

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

MAGNOLI, Demétrio; ARAUJO, Regina. **A NOVA GEOGRAFIA – Estudos de Geografia do Brasil.** Editora Moderna. 1996.

MARX, Karl. Debates sobre a lei referente ao furo de madeira. **MARX, K. Os despossuídos. Tradução de Nélio Schneider. São, 2017.**

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção do capital. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (Coleção Marx-Engels).

OLIVEIRA, L. A.; MENEZES, W. S. A acentuação da segregação socioespacial em Palmas (Tocantins, Brasil), por meio do processo de verticalização. **Oculum ensaios revista de arquitetura e urbanismo.** v.16, n.1., p.157-178. jan. – abr. 2019. 174 Disponível em: Acesso em: 21 jan. 2020.

OLIVEIRA, Rosy de. A “**invenção do Tocantins**”. In: GIRALDIN, Odair. A (Trans) Formação Histórica do Tocantins. Editora UFG. 2002.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** Associação PróEnsino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR Universidade Feevale. 2 Edição. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil. 2013

RAMOS, Maria Helena Rauta; BARBOSA, Maria José de Souza. Gestão de políticas urbanas e mecanismos de democracia direta. In: RAMOS, Maria Helena Rauta Ramos. **Metamorfoses sociais e políticas urbanas.** DP&A editora. 2003. Rio de Janeiro.

RAMOS, Maria Helena Rauta. **Metamorfoses sociais e políticas urbanas.** DP&A editora. 2003. Rio de Janeiro.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. **Modernidades tardias no cerrado – arquitetura e urbanismo na formação de Palmas.** Florianópolis. Insular. 2018.

REIS, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720).** 2 ed. São Paulo: Pini, 2000.

RIBEIRO, L. C. Q; CARDOSO, A.L. **Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno.** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1996.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** 5. ed., 6 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp. 2023.

SILVA, Maria José Antunes da. **A CIDADE DE PALMAS A PARTIR DA TEORIA MARXISTA SOBRE A RENDA DA TERRA URBANA.** Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, 2019.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA: verso e reverso.** Cortez editora. São Paulo – SP. 1989.

SPOSITO et al. O estudo das cidades médias brasileiras. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TOCANTINS. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. **Histórico**. s/d. Disponível em:
<<https://www.to.gov.br/setas/historico/7u6ew71it2p#:~:text=A%20primeira%20entidade%20respons%C3%A1vel%20pela,n.%C2%BA%20561%2F89.>>. Acesso em: 12 de agosto 2024.